



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Educação

Dissertação de Mestrado

Rio de Janeiro
Junho/2007

CARLA ZOTTOLO VILLANOVA SOUZA

No mundo das normalistas: as representações da futura professora nas páginas das revistas *Instituto e Normalista* (1941-1953).

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, Curso de Pós-Graduação, Mestrado em Educação, da Universidade do Estado do Rio Janeiro – UERJ.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria B. de Mello Magaldi

Rio de Janeiro
Junho/2007

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Dissertação:

No mundo das normalistas: as representações da futura professora nas páginas das revistas *Instituto e Normalista* (1941-1953).

elaborada por Carla Zottolo Villanova Souza

foi aceita e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2007.

Banca Examinadora

Dr^a Ana Maria Bandeira de Mello

Dr. José Gonçalves Gondra

Dr^a Libânia N. Xavier

DEDICATÓRIA

Ao meu marido e filhas, companheiros desta e de tantas outras jornadas, que souberam compreender e valorizar os momentos de produção deste trabalho e compartilharam comigo mais essa pequena conquista.

AGRADECIMENTOS

AO PROF^o SILVIO CLAUDIO SOUZA:

marido e companheiro,
pelo apoio e acompanhamento incansável,
pela leitura atenta e sugestões,
pelo carinho e compreensão,
sem os quais o caminho teria sido muito mais difícil.

ÀS FILHAS LILIAN E MILENA:

pelos cuidados dispensados quando a “mãe” estava envolvida nos estudos e na elaboração do texto.

À PROF^a ANA MARIA BANDEIRA DE MELLO MAGALDI:

pela dedicação e competência com que orientou este trabalho; pelas palavras de incentivo nas horas da incerteza e por me fazer acreditar que poderia ir além. Sua orientação extrapolou os limites da pesquisa;

AOS PROFESSORES DO PROPed/UERJ:

que com seus conhecimentos souberam propiciar um ambiente de comunhão e socialização de saberes.

À PROF^a SONIA MARIA DE CASTRO N. LOPES:

pelas informações preciosas sobre a “Oficina de Mestres”.

AOS COLEGAS DO MESTRADO:

que envolvidos como eu no processo de produção de suas pesquisas, souberam perceber e valorizar o “outro”.

ÀS BIBLIOTECÁRIAS DO ISERJ:

que me apresentaram uma “fonte” de possibilidades de pesquisa.

AOS COLEGAS, PROFESSORES E PROFESSORAS, PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA:

que atualizaram e deram sentido a essa reflexão.

Nas páginas escritas por uns e por outros, as vozes estavam presentes. No estudo e no silêncio tentamos escutá-las e fazê-las nossas. As dívidas serão, então, múltiplas e recíprocas.

Roger Chartier¹

¹ ROGER CHARTIER é diretor de estudos na École des Hautes Études em Sciences Sociales-EHESS (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais), em Paris, e pesquisador especializado em história das práticas culturais e de leitura. A citação que selecionamos foi extraída de sua palestra intitulada *Voces Paginarum*, apresentada no Rio de Janeiro, em setembro de 2005, por ocasião do Colóquio Roger Chartier *Apropriações de um pensamento no Brasil*.

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
RÉSUMÉ.....	09
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	
Entrecruzando falas: sobre normalistas e revistas escolares.	
1.1. A escrita do “outro”.....	19
1.2 <i>Por que serei professora?</i>	30
1.3 A formação pelas revistas.....	35
CAPÍTULO 2	
O <i>Instituto</i> em revista	
2.1 Um cenário de disputas	42
2.2 Por dentro do <i>Instituto</i>	50
2.3 <i>Como é nobre educar?</i>	61
CAPÍTULO 3:	
<i>As professoras que nós seremos...</i>	
3.1 <i>Para a Normalista</i>	81
3.2 Novos tempos?	93
3.3 <i>Escute, Colega!</i>	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	117

RESUMO

O presente estudo, situado no campo da pesquisa em história da educação brasileira, tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre as representações relativas ao magistério, tendo como foco a futura educadora, nas décadas de 1940-1950, utilizando-se como fonte privilegiada as revistas escolares, produzidas no âmbito de uma instituição formativa modelar, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Pretende-se demonstrar, um pouco da vivência e dos anseios das futuras professoras, percebendo, em suas representações, a constituição da identidade da normalista, que tem como foco o futuro - também valorizado no caso das ações educativas que possuem como alvo a criança. Em nossa análise, partimos do entendimento de que a constituição da identidade de um grupo, compreendida em uma dimensão multifacetada, deve ser analisada no quadro de construção dos processos de representações. Sendo assim, nos interessa observar os aspectos relacionados à construção da identidade da futura professora através da problematização da condição feminina no período analisado e da impregnação dos valores morais de orientação cívica e religiosa no processo de formação docente. Valorizando principalmente os aspectos levantados, acreditamos poder contribuir com este estudo para um melhor entendimento a respeito dos discursos e práticas relativos à formação de professoras no período focalizado, considerando as representações como formas culturais que se transformam e se distinguem, histórica e socialmente.

RÉSUMÉ

Ce travail, dont le terrain de recherche est l'histoire de l'éducation brésilienne, a le but de développer une réflexion sur les représentations des enseignants ayant comme point de repère la future institutrice pendant les décennies 1940/1950, en utilisant comme source privilégiée les revues scolaires produites au sein d'une institution éducative l'Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Notre intention est celle de démontrer un peu de l'expérience et des aspirations des futures professeures en apercevant, dans leurs représentations, la constitution de l'identité de la femme-éducatrice, ayant comme point de repère l'avenir, valorisé aussi dans le cas des actions éducatives possédant comme cible l'enfant. Dans notre analyse, nous partons de la compréhension que la constitution de l'identité d'un groupe comprise dans une dimension à plusieurs niveaux, doit être analysée dans le cadre de construction de processus de représentations. Notre intérêt sera donc d'observer les aspects concernant la construction de l'identité de l'institutrice à travers la problématisation de la condition féminine dans la période analysée et de l'impregnation des valeurs morales d'orientation civique et religieuse dans le processus de formation des enseignants. En mettant en valeur surtout les aspects soulevés nous croyons pouvoir contribuer avec cette étude à une meilleure compréhension en ce qui concerne les discours et les pratiques relatives à la formation des professeures, en considérant les représentations comme des formes culturelles qui se transforment et se présentent une distinction, historique et sociale.

INTRODUÇÃO

Não se nasce mulher, torna-se mulher. A constituição do sujeito-mulher, segundo essa concepção, empenha-se em desarticular a construção do feminino apenas enquanto o “outro” do homem. Nessa direção, Simone de Beauvoir (1949) nos propõe a refletir sobre a seguinte questão: “O que é uma mulher?” A busca de um significante geral para a multiplicidade do *ser-mulher*, segundo a autora, aponta para a afirmação de um sujeito e não apenas um reflexo invertido ou uma construção do olhar masculino.

O que é uma professora e no que consistiria a multiplicidade que integra o ser-professora? O pensamento da filósofa, a que se recorre para responder a essa questão, também poderia sofrer a seguinte apropriação: não se nasce professora, torna-se professora. Ao refletir sobre esse processo de *vir a ser* mulher-professora encontro, de certa forma, no passado, traços que contribuem para pensar a minha própria construção.

Fui alfabetizada por minha mãe, em casa, juntamente com mais um grupo de crianças, prática comum nos idos dos anos 1970. Foi em casa que encontrei meu primeiro modelo: mulher-mãe/mulher-professora e foi com minha “mãe-professora” que comecei a fazer do “brincar de escolinha”, minha brincadeira preferida. Década de 1980, um grande gosto pela profissão docente, o magistério para as séries iniciais era o caminho vislumbrado. Era bastante “natural” a escolha para o magistério, tanto é que nem sequer lembro de ter havido algum tipo de discussão ou interferência em casa sobre o concurso de admissão para o qual eu me inscreveria, após concluir o ginásio. Sim, naquele momento, o Curso Normal era o que eu queria.

Minha família mudou-se para Goiânia, no meu ano de ingresso no antigo “Curso de Magistério para as séries iniciais em nível de 2º grau” e tive, então, que prestar concurso para o 1º ano no Instituto de Educação de Goiás que, apesar de não ter o mesmo “*glamour*” da instituição no Rio, ainda era visto como uma escola distinta, situada em um prédio também imponente, com rigor nos horários e na disciplina. De qualquer forma, eu lamentava todos os dias não poder freqüentar o Instituto de Educação aqui no Rio. Voltamos no ano seguinte e, por não haver mais vagas de transferência para o Instituto, fui então encaminhada para o Colégio Estadual Júlia Kubitscheck (CEJK), no centro da

cidade, prédio moderno com excelentes instalações e ótimos professores. Mas, que pena, não era o Instituto de Educação! Obviamente, com o passar do tempo, já me sentia pertencendo ao “Júlia”, cantando alegremente nas cerimônias escolares e nas aulas de música: “Salve Júlia Kubitscheck! Templo Augusto, Doce Lar, o teu nome saberemos entre luz, glorificar”.²

Apresentei essas considerações, porque as considero emblemáticas, quando penso nos meus tempos do Curso Normal e de como, mesmo em outra instituição de ensino, o *locus* de formação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro ocupou um espaço privilegiado nas minhas memórias de normalista. A sensação que eu tinha era a de que normalista combinava com Instituto, ou vice-versa, como se fosse um “par perfeito”. Mais de vinte anos me separam do momento do Curso Normal, e ainda sei “de cor” a letra do hino da escola e do hino das normalistas. Tornam-se claras, assim, minhas relações de pertencimento e as marcas que esses espaços imprimiram em minha trajetória.

Atualmente, no exercício da orientação educacional na rede pública de ensino, me deparo freqüentemente com as múltiplas realidades que permeiam os processos educativos e, apesar de minha função na escola ter como foco principal o aluno e suas demandas sócio-educativas, percebo, no convívio com as professoras, o quanto elas estão angustiadas e de certo modo descrentes quanto à forma de organização do sistema escolar, mas não propriamente quanto ao “sentido” da escola e de suas funções enquanto docentes. Muitas delas, aliás, demonstram uma grande vontade de se aprofundar nos temas pedagógicos e nas novas metodologias, fato que se observa nas várias reuniões e nos grupos de estudos realizados ao longo de cada período letivo. É também recorrente na fala dessas educadoras, a idéia do resgate social via educação, idéia que se mescla, em grande medida, com a crença no futuro, em um tempo mais promissor, viabilizado pela promoção social dos educandos e pela urgente, e necessária, valorização sócio-econômica do magistério.

A multiplicidade de situações percebidas e vivenciadas no espaço escolar, e os estudos sobre a educação perspectivados pela análise histórica desenvolvidos desde os tempos da graduação em Pedagogia, revelaram-se, ao longo da minha vida acadêmica, um campo fecundo de idéias e possibilidades

² Refrão do Hino do CEJK.

de pesquisa. Assim, o interesse pela abordagem histórica, valiosa para a investigação de temáticas educacionais, conduziu-me à elaboração de questões sobre as representações relativas ao magistério. Foi com esse enfoque que busquei o curso do Mestrado em Educação da UERJ, onde pude estabelecer contato com debates promovidos no campo da história da educação brasileira, o que, sem dúvida, marca essa dissertação.

Cabe ressaltar que a escolha pela perspectiva da história da educação deve-se, além do gosto especial pela disciplina, ao fato de percebermos no passado elementos que podem contribuir para uma melhor compreensão das questões do presente, para além do que propõe a perspectiva pragmática, pois não se pode “resgatar” o passado em sua originalidade temporal e nem, tampouco, dele se pode utilizar para solucionar os problemas da atualidade. A intenção dessa pesquisa é, assim, a de produzir uma reflexão sobre a construção de sentidos acerca do “ser-professora”, no passado, empreendimento, em grande medida, estimulado pela percepção das fortes permanências observadas nas representações relativas ao magistério, construídas no presente.

Considerando o interesse em desenvolver uma reflexão que contemple o *ser-professora*, tendo em vista as motivações iniciais já apresentadas, vimos propor nesse estudo, situado no campo da pesquisa em história da educação brasileira, uma análise das representações da normalista, futura educadora, aluna do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, nas décadas de 1940-1950, utilizando-se como fonte privilegiada as revistas *Instituto e Normalista*, produzidas e veiculadas naquele espaço de formação docente. Para isso, recorreremos ao instrumental metodológico da pesquisa histórica apoiado na análise de fontes documentais conduzida por meio do diálogo permanente com a bibliografia sobre o tema em questão. Cabe destacar a importância para os estudos de nossa área, da imprensa periódica, cujo dinamismo possibilita o acompanhamento de ações e debates tratados em suas páginas no tempo mesmo em que se desenvolvem.

A escolha das fontes, bem como a periodização, foi estabelecida em função do interesse em refletir sobre a presença de valores religiosos-católicos em discursos veiculados no âmbito da referida instituição educativa, o que se mostraria presente com maior força em um quadro de perda de espaço dos

“escolanovistas” na cena pública e, ao mesmo tempo, de influência crescente da Igreja Católica junto ao núcleo de poder varguista.

Cabe apontar que a demarcação do recorte cronológico foi, de modo particular, definida em função do próprio *corpus* documental levantado, tendo sido nossa intenção que o período focalizado possibilitasse a reflexão sobre contextos históricos diferenciados – do regime do Estado Novo e do cenário de redemocratização -, em cuja análise deveria ser conferida atenção à dinâmica de continuidades e descontinuidades.

Pretende-se demonstrar, por meio da análise do material escolhido, um pouco da vivência e dos anseios das futuras professoras, percebendo, em suas representações, a constituição da identidade da mulher-educadora, que tem como foco o futuro -, também valorizado no caso das ações educativas que possuem como alvo à criança. Em nossa análise, partimos do entendimento de que a constituição da identidade de um grupo, compreendida em uma dimensão multifacetada³, deve ser analisada no quadro de construção dos processos de representações, que têm efeitos intensos na forma como as identidades são percebidas e vividas.

Desse modo, estaremos considerando as identidades não como algo acabado, mas como um processo em andamento, sendo formadas e transformadas a partir das representações, em particular, dos discursos construídos sobre o “vir a ser-professora”. Daí a proposta de trabalharmos com o termo *futura professora*, por percebermos a imagem da jovem normalista associada à idéia da projeção, de um sujeito em construção que se projeta para o futuro.

Com relação à estrutura da dissertação, no primeiro capítulo, pretendemos situar o trabalho no quadro de pesquisas produzidas no campo da história da educação brasileira, sob a perspectiva da História Cultural Contemporânea, objetivando desenvolver questões conceituais, referentes ao tema das representações docentes. Procuraremos, também, desenvolver uma reflexão sobre os trabalhos que se dedicam à imprensa educacional, perspectivando esse tipo de material como importante instância formativa.

³ Cf. HALL, 2001.

No segundo capítulo, apresentaremos a revista *Instituto*, marcada por um forte viés cívico-religioso, situando-a em seu lugar de produção: o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, em 1941. Para compreendermos melhor o espaço escolar traduzido em suas páginas, tivemos que nos remeter a um quadro mais ampliado, que se inscreve em uma longa trajetória de disputas em torno de projetos educacionais e de propostas de formação docente, recorrendo, para isso, à idéia de planos de observação⁴. Este viés, que também estará sendo considerado no capítulo seguinte, contribui para pensarmos o local em relação a um contexto mais ampliado.

No terceiro capítulo, nos dedicaremos à análise da revista *Normalista*, considerando o período de sua produção (1948-1953). Pretendemos identificar os traços de permanência e eventuais rupturas que digam respeito aos valores religiosos articulados aos valores cívicos no âmbito de formação para o magistério, entendendo ser o Instituto de Educação do Rio de Janeiro um lócus privilegiado de circulação desses valores. Buscaremos, também, perceber a presença de ideais identificados a uma noção de modernidade, em termos de educação e comportamento, a fim de que, no entrecruzamento das diferentes “vozes”, possamos ampliar o entendimento acerca dos discursos e práticas de formação docente da época.

Cabe destacar que, na análise das duas revistas, estará sendo conferido destaque à participação das normalistas, alunas da instituição, objetivando identificar a unidade e a diversidade dos enunciados presentes nos textos, considerando as relações de poder e os pontos de tensionamento, observáveis entre os diferentes sujeitos e que se expressam nas prescrições e recomendações escritas à futura professora. Buscaremos indicar, a partir de Foucault (1993), formas sutis de controle, dispositivos propagados através das superfícies discursivas materializadas nas revistas *Instituto* e *Normalista*. Segundo esse entendimento, são as práticas sociais atravessadas pelas relações de poder que favorecem certos discursos, permitindo a emergência de determinados temas e não outros.

Também nos interessa observar os aspectos relacionados à construção da identidade da educadora, através da problematização da condição feminina

⁴ Cf. REVEL, 1998.

no período analisado e da impregnação dos valores morais de orientação cívica e religiosa no processo de formação docente. Valorizando os aspectos levantados, cabe ressaltar que acreditamos poder contribuir, com este estudo, para um melhor entendimento a respeito dos discursos e práticas relativos à formação de professoras no período focalizado, considerando as representações como formas culturais que se transformam e se distinguem – histórica e socialmente.

Entendemos ser o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, marca de uma história, lugar social instituído como centro de referência e propagação da cultura e do saber. Nossa hipótese inicial é a de que houve, no período analisado, uma intensificação no processo de *monumentalização*⁵ do Instituto, enquanto Instituição formativa privilegiada, na qual circulavam orientações e prescrições de forte teor moral-cívico-religioso, bem como uma idealização da figura da normalista, o que interfere diretamente no processo constitutivo de suas representações e se expressa nas suas práticas sociais. Ressaltamos, entretanto, que não entendemos esses elementos como determinantes, e partimos do pressuposto de que, em toda regularidade, é possível identificar desvios, aspecto digno de atenção ao se focalizarem as diferentes vozes expressas nas páginas das publicações.

Os nomes escolhidos para as revistas nos remetem às representações daquele espaço escolar: O *Instituto*, com suas fachadas imponentes e seus jardins bem cuidados, a *Normalista*, moça de virtude e compromisso, com seu porte altivo e uniforme impecável. Retratos de uma época, traços de distinção. Quando entramos no prédio do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, ao iniciarmos a pesquisa, em 2005, e nos deparamos com a grandiosidade do pátio central e das grandes galerias que levam as salas, nos “assaltaram” as imagens das normalistas do passado. Como suas vozes chegaram até nós? Seus escritos poderão nos dizer.

5

Cf. LE GOFF (1985), que elege como materiais da memória, os monumentos (herança do passado) e os documentos (escolha do historiador): *O monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação.

CAPÍTULO 1

Entrecruzando falas: sobre normalistas e revistas escolares.

O que fabrica o historiador quando faz história?
Para quem trabalha? Que produz?

Michel de Certeau

História da educação, espaço do desejo...⁶ Campo fecundo em idéias e possibilidades. O desejo aqui entendido como o ato inaugural que se movimenta na direção dos sujeitos e de objetos habitados pela história. O que nos inquieta, quais os rumos que orientam nossas pesquisas, qual a melhor forma de promover o diálogo com outros trabalhos, uma vez que a originalidade de um estudo não se reporta necessariamente a temas inéditos, mas também ao aprofundamento e a revisitação de objetos anteriormente explorados?

Cabe assinalar que as questões acima levantadas não se aplicam exclusivamente ao campo de pesquisa no qual inserimos nosso estudo. Na verdade, acreditamos que elas devem estar presentes no horizonte de qualquer trabalho investigativo. A dimensão do desejo aqui colocada, também não se contrapõe ao rigor teórico próprio da pesquisa científica, mas, pelo contrário, o alimenta. Nesse sentido, se o desejo é o elemento desencadeador, a instituição científica é o “lugar”⁷ que nos fornece o instrumental necessário à nossa prática enquanto pesquisadores.

Considerando nosso interesse em procedermos à discussão acerca das representações da futura professora nas décadas de 1940-1950, à luz dos referenciais da Nova História Cultural-NHC⁸, entendemos como necessária a inserção no debate acadêmico sobre discursos e práticas de formação docente e, em especial, sobre sua expressão em um espaço educativo modelar, no caso o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Antes, porém, gostaríamos de

⁶ Cf. NUNES, 1990.

⁷ Cf. DE CERTEAU, 1982.

⁸ Cf. BURKE (2005), a Nova História Cultural (NHC), expressão que entra em uso no final da década de 1980, indica a forma dominante de História Cultural, servindo a palavra “nova” para distinguir a NHC das formas mais antigas. Já a palavra “cultural” serve tanto para a distinção entre a história intelectual, quanto à história social.

problematizar um pouco mais algumas questões que nos remetem à escritura de nosso texto e ao diálogo com outros trabalhos.

Ao transitarmos de nossa prática investigativa para o texto escrito, entendidos aqui não como elementos excludentes, mas complementares, escolhemos tomar, como fio condutor de nossa reflexão sobre o campo da historiografia, o pensamento de Michel de Certeau (1982), para quem a história não existe fora de um lugar social, das regras de disciplina e de um registro escrito. Ao problematizar o “fazer” história, o autor afirma que:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). (op.cit.,p.66)

Partilhando dessa proposição teórica, podemos inferir que as produções do campo da História são, ao mesmo tempo, resultado e sintoma de um grupo (op.cit.,p.73): “Como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou a ressurgência de uma *realidade* passada: é o produto de um lugar.”

Apresentamos essas considerações para podermos compreender o “lugar” do qual partimos enquanto pesquisadores e produtores de um texto. Ressaltamos, ainda, que as notas iniciais deste capítulo, cumprem a função de ampliar nosso entendimento acerca da prática da pesquisa histórica e levam-nos a considerar que, se no âmbito humano tudo é inventado, tudo terá, portanto, uma história.

Em suma, partimos do entendimento sobre o “fazer histórico” como uma construção, que exige sempre a elucidação da relação mantida entre o discurso do saber e o corpo social que o sustenta. Para isso, entendemos como necessária a postura investigativa que nos conduza ao diálogo com outros estudos de nossa área. Reconhecemos, ainda, como Pierre Caspard (1995), a diversidade de formações dos pesquisadores que se dedicam aos estudos históricos, fenômeno que se apresenta como “fonte de riqueza e otimismo”. Por outro lado, ainda que pesem as diferenças de concepção e

pertencimento, torna-se necessário o mínimo de linguagem e problemas comuns para que possam ser estabelecidas as relações dialógicas.

Consoante com essas afirmações e considerando nossa inserção no campo de pesquisa da História da Educação, torna-se importante, ao construirmos nosso texto, explicitar as aproximações com outros trabalhos que tangenciam nosso objeto de estudo. Muitos desses trabalhos, produzidos no âmbito de programas de pós-graduação em educação, têm se dirigido à investigação sobre a formação docente e a cultura escolar, tendo como foco o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, lugar de veiculação das revistas escolhidas como fontes privilegiadas para essa pesquisa.

Alguns desses estudos⁹ se aproximam do nosso, pois promovem uma discussão acerca das práticas escolares (de leitura e escrita, de organização das disciplinas, das práticas discursivas de formação para o magistério, de circulação de impressos etc), de certa forma, concebendo-as em sua relação indissociável com os saberes produzidos e veiculados na (e pela) instituição escolar.

No diálogo estabelecido com as obras selecionadas, procurou-se identificar de qual lugar instituído falam as autoras e qual o enfoque que privilegiaram ao abordar a temática escolhida. Tal procedimento foi adotado para que se tornasse possível fazer um contraponto em relação ao nosso próprio trabalho sobre as representações da futura professora.

Destacamos, também, que a leitura desses textos foi crucial para a compreensão e delimitação do tema que nos propomos a desenvolver e que o esforço de nossa crítica é não apenas individual, mas também coletivo. Porque, como se sabe, a ampliação de entendimentos e horizontes investigativos no campo instituído da História da Educação não se dá exclusivamente pela nossa vontade, enquanto sujeito-pesquisador, mas também pelos rumos que assume o conjunto da produção no qual nosso trabalho se insere.

⁹ Dentre estes, destaco as teses de Sonia Maria de Castro Nogueira Lopes, Ângela Maria de Souza Martins e Diana Gonçalves Vidal. Ver referências bibliográficas.

1.1 A escrita do “outro”.

O que é que o historiador fabrica quando se torna escritor? Seu próprio discurso deve revelá-lo.

Michel de Certeau

Um dos trabalhos com os quais dialogamos é a tese de Ângela Maria Souza Martins, produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1996, tendo como orientador o Prof. Dr. José Silvério de Baía Horta. A UFRJ, “lugar” de produção deste trabalho, caracteriza-se, nos últimos anos, por uma ênfase na pesquisa sobre instituições, conforme identificamos no estudo de Cláudia Alves (2005, p.137): “Na década de 1990,(na UFRJ),quando entra em cena a produção de inúmeros novos programas de pós-graduação, os temas relativos a instituições formadoras ultrapassa todos os outros com uma margem de distância”.

Diante do acima exposto, ao analisarmos a tese em questão, percebemos esse traço peculiar, que forjou um campo de práticas e escritas específicas e que, no referido estudo, se expressa pela ênfase na temática sobre a formação de professores no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, reafirmando o perfil institucional da pesquisa em história da educação na UFRJ.

A tese *Dos Anos Dourados aos Anos de Zinco: Análise Histórico Cultural da formação do Educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro* propõe uma reflexão, acerca das crenças, valores e representações de magistério que fundamentaram as propostas educacionais para a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, entre 1945 e 1960, período caracterizado pela autora como o dos “anos dourados” da formação do professor primário na então capital federal.

Com relação aos referenciais teóricos utilizados, destacamos, assim como Diana Vidal (2005b) em seus estudos sobre as tendências observadas no campo de produção da história da educação, que há, na maior parte dos trabalhos desenvolvidos nos últimos dez anos, um acercamento da perspectiva teórica da Nova História Cultural, fato que se observa marcadamente, por exemplo, nos estudos que versam sobre as práticas escolares.

Na tese selecionada, o educandário é enfocado como lugar irradiador de uma cultura pedagógica específica, que forjou a identidade dos professores

cariocas, resultando na produção de padrões e práticas pedagógicas modelares. Sua interpretação se apóia na concepção de representação e de apropriação¹⁰ que, segundo a perspectiva da história cultural, seriam fundamentais para a compreensão da especificidade e do funcionamento das diferentes formações sociais, assim como das operações intelectuais que permitem a apreensão do mundo.

Destacamos para a importância de refletirmos sobre a cultura escolar em suas múltiplas possibilidades e significados, o que nos conduz a uma ampliação do entendimento acerca de “uma cultura pedagógica específica”, e nos remete, inclusive, ao uso da terminologia “culturas escolares”¹¹. A ampliação desse entendimento está presente em boa parte dos estudos que se orientam pela perspectiva da NHC, conforme sinalizado por Burke (2005,p.11):”A nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana,segundo esse entendimento, a base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída.”

No estudo em questão, o foco na cultura, enquanto categoria para pensarmos o processo de formação docente, é fundamental. Destacamos, ainda, no caso desse trabalho, a construção de aproximações teóricas entre o pensamento de Gramsci e a História Cultural. A incorporação desses referenciais por Ângela Martins pode ser observada, por exemplo, na apropriação das categorias de homem, concepção de mundo e ideologia, tal como explicitadas por Gramsci, uma vez que contribuem para “fornecer pistas importantes para a construção de uma visão mais ampliada e complexa de cultura e produção cultural”. (1996, p.36).

Os conceitos de apropriação e representação, ressignificados pelo pensamento de Roger Chartier (2002), adquirem grande expressão nos estudos que se orientam pela perspectiva teórica da NHC. Nessa direção, por *apropriação* compreende-se a questão dos usos e das interpretações referidos a suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem. Segundo essa corrente, as *representações*, enquanto práticas culturais, são necessariamente históricas e constantemente objetos de disputa

¹⁰ Cf. CHARTIER, 2002.

¹¹ Cf. VIDAL, 2005a.

entre os diversos atores sociais. Cabe assinalar que tal entendimento foi de fundamental importância para orientarmos nossas reflexões acerca das representações docentes.

Considerando a centralidade assumida pelas revistas escolares, no corpus documental com o qual pretendemos trabalhar, identificamos, na tese em questão, as primeiras referências aos periódicos produzidos pelas alunas do Instituto de Educação. Ressaltamos ainda que, no referido estudo, o tratamento dado a esse material é breve, tendo despertado nosso interesse em seu aprofundamento. Destaca-se a menção feita às revistas *Normalista*, *Estrela Azul* e *Tangará*, produzidas nas décadas de 1940, 1950 e 1960, sendo que o periódico *Normalista* situa-se como uma das fontes privilegiadas em nossa pesquisa e sobre a qual nos dedicaremos mais detalhadamente em capítulo posterior.

Segundo a autora, os registros contidos nesses impressos fornecem importantes indícios para compreendermos a dinâmica dos discursos e práticas que forjaram a imagem da normalista dos “anos dourados”, e que ainda hoje povoa corações e mentes “saudosos” daqueles que vivenciaram o período. No que concerne ao interesse de nossa pesquisa, foi possível detectar, em seu trabalho, alguns elementos sobre o “*ser-professora*”, no processo de educação da infância, que apontam para um determinado tipo de representação ligada aos referenciais familiares e religiosos, apresentados como traços constitutivos do imaginário docente, características identificadas na maior parte dos trabalhos que tangenciam essa temática.

A autora, no recorte temporal que escolheu trabalhar, procura também demonstrar o que qualifica como os “anos de zinco”, situando-os a partir da década de 1980 até os dias atuais, cenário, segundo ela, marcado pela pauperização e desprestígio da professora primária junto à sociedade brasileira, em oposição à idéia dos “anos dourados”, também analisados. A partir da desconstrução da imagem idealizada das professoras, a autora sinaliza para uma alteração nos padrões das representações docentes, observada ao longo do tempo.

O estudo, produzido no ano de 1996, ocasião da promulgação da nossa segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos remeteu ao problema do professorado do ensino fundamental, principalmente o do 1º

segmento (antigos professores primários), através da análise de sua formação no Instituto de Educação, nos períodos de 1930,1940,1950, demonstrando o quanto as contingências do presente impactaram o interesse da autora e orientaram sua investigação.

Destacamos ainda, nesse trabalho, o recorte temporal ampliado que, ao traçar uma trajetória sobre a formação do professorado primário, objetiva marcar a questão das condições precárias em que se realiza o trabalho do professor do 1º segmento na atualidade, em contraste com a imagem cada vez mais distanciada dos “anos dourados”. Este cenário é caracterizado por um professorado valorizado, em um tempo em que, segundo a autora, se não havia as condições reais de exercício digno da profissão docente, ao menos se tinha essa perspectiva como norte.

O trabalho de Sônia Maria Castro Lopes, *A oficina de mestres do Distrito Federal: História Memória e Silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)*, também é motivado pelas alterações na formação do professorado do 1º segmento do Ensino Fundamental, propostas pela LDBEN 9394/96 e que implicam na organização do Curso Normal Superior.

Apresentado como tese de doutoramento no programa de pós-graduação em Educação Brasileira da PUC/Rio em 2003 e orientado pela Profª Drª Ana Waleska Pollo Campos Mendonça, o trabalho foi publicado em 2006¹². Na PUC/Rio, conforme Claudia Alves (2005,p.135) “ a ênfase nos temas relativos à política educacional- uma marca geral na década de 1970 – convive, desde o início, com o interesse por intelectuais e idéias”. Na década de 1990, prevalecem os temas relativos à ação de intelectuais, idéias e, sobretudo, ao conceito-chave de representações. Verifica-se uma tendência, nos trabalhos produzidos no campo da pesquisa em educação, em compreender melhor o pensamento pedagógico brasileiro e alguns de seus principais expoentes, com particular atenção para a atividade/pensamento de Anísio Teixeira e suas contribuições para o campo educacional brasileiro.

¹² LOPES, Sonia Maria de Castro. *A oficina de Mestres do Distrito Federal: História, Memória e silêncio sobre a escola de professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

No trabalho em questão, tal tendência se expressa, pelo fato de seu objeto nos remeter diretamente ao projeto reformador encaminhado por Anísio Teixeira, no que se refere ao tema da formação do professorado carioca na década de 1930 e, em especial, à experiência da Escola de Professores, “a oficina de mestres”. A autora se propõe a analisar a experiência de formação para o magistério primário no Brasil em nível superior, conduzida na Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939), à luz dos referenciais da História Cultural, o que revela uma linha teórica partilhada com o trabalho anteriormente citado, procurando focar o Instituto de Educação como um lugar de memória da formação docente.

Concordamos com a autora em sua reflexão teórico-metodológica sobre a NHC¹³. Cabe destacar a indicação dos problemas presentes neste tipo de abordagem, como por exemplo, o excesso de fragmentação promovido, gerando, na expressão de François Dosse (1992), uma “história em migalhas”. Entretanto, atentos aos possíveis problemas colocados, acreditamos que a afirmação da história cultural seja um indicador de possibilidades que apontam para outras direções de pesquisa voltadas, por exemplo, para as culturas, as famílias, as escolas, as práticas de leitura e escrita; ampliando, assim, as formas de entendimento acerca da realidade, realidade essa que se revela parcial, contingente e historicamente construída.

Ao descrever o “lugar” profissional em que se insere e sua relação com a docência no Normal Superior no próprio Instituto de Educação, ante as resoluções da LDBEN 9394/96, a autora dialoga com sua própria memória de normalista da década de 1960, afirmando que o historiador precisa escolher o seu ponto de partida e não poderá encontrá-lo senão em seu próprio tempo. Em seu trabalho, esse “ponto de partida” é evidenciado pela questão presente, a construção do Curso Normal Superior do ISERJ, que “desloca” a autora ao passado, de forma a resgatar o próprio sentido da formação do professorado primário em nível superior. Ao definir sua linha de argumentação e fundamentação teórica, Sonia Lopes traz para o debate o conceito de memória, a partir do qual reflete sobre os “silenciamentos” produzidos na história. Apesar da relação estabelecida pela autora entre passado e presente, sua

¹³ Cf. LOPES, 2003, p.32.

argumentação não apresenta indícios de um “pragmatismo presentista”¹⁴, posicionamento que, ao contrário do assumido, limitaria o tratamento do tema, reduzindo o potencial de entendimento de seu estudo.

A problematização das fontes é outro traço característico, no trabalho em questão. Seu enfoque privilegia o periódico intitulado *Arquivos do Instituto de Educação*, os quais são citados pela autora como elementos que expressam indícios de representações de alunos e professores. A pesquisa chama a atenção para uma interrupção, bastante sugestiva, das publicações, que teria contribuído para o obscurecimento da memória da Escola de Professores: as revistas não são publicadas entre 1937 e 1945, período que compreende o Estado Novo.

Os *Arquivos* destinavam-se à divulgação de relatórios de atividades administrativas e relatos de práticas pedagógicas e culturais, contando com a participação de professores e alguns alunos da instituição. Tal estudo nos sensibilizou para a importância de novas investigações sobre outras publicações que circulavam na mesma instituição escolar, estimulando nosso interesse em trabalhar com as revistas *Instituto* e *Normalista*.

Foi a partir do trabalho de Sonia Lopes, que vimos ganhar maiores contornos a idéia de enfocarmos, como fontes e objetos de análise, os periódicos produzidos no Instituto de Educação, no período do Estado Novo e no momento político posterior, conferindo atenção à dinâmica das continuidades e descontinuidades. A partir de sua pesquisa e dos indícios dos “silenciamentos” produzidos pela história, passamos a nos interessar por esses materiais, percebendo-os como instâncias formativas e lugar de expressão das representações de normalistas.

São também privilegiadas, no mesmo trabalho, outras possibilidades de práticas e estratégias discursivas, como relatos, entrevistas de ex-alunas e os currículos e conteúdos das disciplinas escolares. O enfoque dado à memória enquanto categoria de análise se expressa no entendimento da escola como uma das instituições mais importantes de reprodução de uma “memória desejável”, capacidade que conferiria à instituição escolar importante papel de criar um elo social entre as gerações.

¹⁴ Cf. WARDE, 2000.

Configurada essa linha de raciocínio, a autora apresenta-nos algumas das preocupações majoritárias da investigação no campo da história da educação e que nos remetem à questão dos arquivos, dos centros de documentação e museus escolares. Cabe ressaltar que ela mesma participou da organização, nas dependências do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, de um Centro de Documentação e Memória, Projeto Memória do ISERJ¹⁵ (PROMEMO), e que, atualmente, disponibiliza vários dados documentais e informações para os pesquisadores que se dedicam à pesquisa sobre a instituição.

Finalmente, nos reportamos ao estudo de Diana Gonçalves Vidal, *O exercício disciplinado do Olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-37)*, originalmente, como os anteriores, uma tese de doutoramento¹⁶, orientada pela prof^a Dr^a Marta Maria Chagas de Carvalho¹⁷, publicada em 2001, pela Editora da Universidade São Francisco, Coleção Estudos CDAPH - Série Historiografia. O trabalho é citado nas duas teses já mencionadas e se constitui como importante fonte teórica para os estudos que se dedicam à investigação sobre as práticas de formação docente, promovidas no âmbito do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, na década de 1930. Podemos perceber, na sua escrita, que a autora guarda uma relação afetiva com a instituição escolhida, tendo ela própria frequentado aquele espaço de formação, conforme o seguinte trecho:

Olhando para o passado, enquanto aluna do Instituto de Educação, ao narrar estas histórias, muitas vezes revejo flagrantes da minha infância e adolescência. Na sala de aula do primário, lembro-me da frequência constante das professorandas do normal. Não sei se por isso, acabei, eu mesma, sendo normalista. No fundo da sala, um pequeno armário, de prateleiras abertas, acolhia livros de literatura infantil. Sempre que terminava as tarefas antes de meus colegas, corria para aquelas prateleiras e, sentada na esteirinha, ao seu lado, mergulhava silenciosamente, no mundo da literatura. (2001, p.46)

¹⁵ O projeto Memória ISERJ (PROMEMO) foi criado em março de 2001 pelas professoras Sonia de Castro Lopes e Maria Carolina Granato da Silva. Ao longo dos anos de 2001 e 2002, começou a coleta e organização de seu acervo. A professora Sonia Lopes então iniciava sua tese de doutorado, cujos objetivos se confundiram com o desenvolvimento do projeto. O referido projeto foi aprovado pela FAPERJ em dezembro de 2005 e atualmente está articulado ao CEMI – Centro de Memória Institucional do ISERJ –, criado pela necessidade de reunir documentos históricos da instituição. Site para consulta: www.cemiiserj.blogspot.com

¹⁶ Tese defendida em 1995 no programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de São Paulo/USP.

¹⁷ As reflexões da professora Marta M^a C.de Carvalho em torno da Nova História Cultural em suas interfaces com a história da educação têm se constituído em contribuições fundamentais para os estudos da área.

A forma como é apresentada a narrativa nos remete à própria vida da autora, fazendo-nos tomar parte de toda uma atmosfera de mistério e encantamento que envolvia a figura das normalistas, forjando uma identidade muito forte entre os elementos que integravam esse grupo e sua relação com a instituição que freqüentaram. É digno de nota que esses referenciais também estão presentes de alguma forma nos trabalhos anteriormente citados. Conforme destacamos no trabalho de Sonia Lopes, sobre suas próprias memórias de infância, quando “sonhava” ser normalista:

O prédio majestoso da rua Mariz e Barros é tema recorrente do meu presente e do meu passado. Evoca lembranças muito antigas, datadas do início dos anos 1960, quando do interior do bonde, eu voltava o olhar, extasiada, diante da beleza e grandiosidade daquele momento. Jovens normalistas, orgulhosas em seu uniforme, coalhavam a calçada e eu as fitava com um misto de inveja e admiração. Quando seria uma delas? Dali a uns cinco, seis anos, talvez. O tempo de espera me parecia infinito, inalcançável... (2003, p.11)

Também Ângela Martins, mesmo que evocando uma outra dimensão daquele espaço de formação, ao se referir aos “anos de zinco”, compõe, em seu texto, uma imagem idealizada daquela instituição escolar, indicando o quanto esse traço distintivo permaneceu como elemento integrante da memória da instituição:

Dez horas da manhã, dia 9 de abril de 1996, uma sensação de desalento e abandono nos envolve ao entrar no prédio interno do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Parecia que um tufão tinha adentrado aquele prédio imponente (...) Como aquele prédio portador de uma significativa história educacional, que abrigou tantos sonhos e propostas educacionais transformadoras, podia apresentar tal estado de abandono? (1996, p.181).

O estudo de Diana Vidal enfoca o Instituto como *escola-laboratório*, no período de 1930-1937, e ressalta as políticas relativas ao livro e a leitura, apoiadas nos preceitos da Escola Nova, como elementos cruciais para a formação da educadora. Construído com base em extenso corpus documental, incluindo entrevistas, leis, decretos, fotografias, livros e revistas, o trabalho descreve e analisa vários dispositivos destinados a institucionalizar um programa de formação docente fundamentado pelos referenciais escolanovistas.

A autora busca trabalhar também, como Sonia Lopes, com a memória da Instituição, através das imagens e representações das alunas daquele período, focalizando a forma como era percebido o espaço escolar, assim

como as atitudes desejadas enquanto discentes e futuras docentes. Nos registros buscados para problematizar esses elementos, encontramos a descrição da organização e do funcionamento da biblioteca da Escola de Professores e sua análise sobre as prescrições de leituras e formas de ler.

Essa reflexão sobre as práticas de leitura também colabora em nossa análise sobre as revistas pedagógicas, uma vez que tais práticas revelam-se fundamentais para pensarmos a “formação via impressos”, no que diz respeito ao teor dos enunciados veiculados e dos suportes materiais utilizados, contribuindo para a ampliação do entendimento acerca das representações do “*ser-professora*”.

A tese, na temporalidade a que se dedica, traz à cena uma escola-laboratório em que observar, pesquisar e experimentar são práticas constitutivas do cotidiano escolar de alunos e professores e contribui para a compreensão da Escola Nova no Brasil, enfocando as políticas relativas ao livro e à leitura como dispositivos de formação docente. Percebe-se, nesse estudo, o interesse por identificar formas sutis de controle, dispositivos que se propagam através das superfícies discursivas materializadas nos suportes de leitura.

Diana Vidal pretende, com seu estudo, demonstrar que muitas das práticas instituídas durante o período que analisa permaneceram, pelo menos até meados dos anos 1970, “atravessando o tempo, criadas e recriadas nas práticas das antigas alunas que, transformadas em professoras da Casa, zelaram pela sua continuidade”(2001,p.19). Dentre essas práticas, destacam-se, sem dúvida, aquelas relacionadas aos impressos e à leitura, contribuindo para que se forjassem os princípios de uma cultura docente de cunho profissional.

Diante do que foi exposto até agora, evidenciamos relações dialógicas entre as produções que investigam temas afins, sob perspectivas que ora se aproximam, ainda que com apropriações particulares, ao considerarmos, por exemplo, a concepção teórica da NHC, e ora se singularizam, revelando a dimensão da subjetividade do pesquisador.

Convém lembrar que, nos estudos históricos, a tentativa de “resgate” do passado e as explicações derivadas são necessariamente parciais e, nessa parcialidade, há sempre um universo que nos escapa, o que para nós, em

termos de pesquisa, representa um espaço sempre em aberto para estabelecermos novas metas e definirmos outros caminhos.

A leitura desses trabalhos acadêmicos, entrecruzada com a de outros textos que investigam o Instituto de Educação e ainda outras instituições e experiências de formação docente¹⁸, ampliou nossa perspectiva de trabalho e nos indicou fontes e referenciais teórico-metodológicos fundamentais para o nosso estudo.

Do lugar de produção em que ora me situo, trago também marcas de outros lugares pelos quais já passei. Reportando-nos agora ao início desta fala, afirmamos que são nossas disposições internas, a motivação e o desejo, que nos habilitam à condução de uma pesquisa e de uma escrita da história. Nesse “investimento existencial”, ao “fabricarmos” nosso texto, dialogamos com os outros e também com nosso próprio pensamento. Recorremos à nossa memória, que também é uma memória de normalista e nos remetemos a situações passadas com sensações ainda presentes.

No contato com tantas falas, obtidas a partir dos textos lidos, das disciplinas cursadas e da participação no grupo de pesquisa no Mestrado, de minha memória de normalista, das inquietações do grupo de professoras da escola em que trabalho, destacou-se, como um elemento de interseção entre elas, as representações que fazemos do magistério. Ficou muito claro que, enquanto pensarmos a Escola, (pelo menos esta escola que ainda se fundamenta pelos referenciais da Modernidade), teremos também que continuar a pensar sobre os discursos e práticas de formação docente, historicamente situados e perpassados pelas contingências que os impactam e, de certa forma, os redefinem.

Com a leitura das teses, aprofundou-se o interesse em observarmos a penetração dos valores cívicos e religiosos no período do Estado Novo, no espaço escolar do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, bem como suas possíveis permanências no chamado período da *redemocratização* brasileira, situado a partir de 1945. Ainda no caso de nosso trabalho, situa-se o objetivo

¹⁸ Dentre eles destacamos os trabalhos de Carlos Monarcha (1999), Maria das Dores Daros (2002) e Andrea Caruso (2006), o primeiro enfocando a Escola Normal de São Paulo, o segundo objetivando a formação de professores na década de 1940 e o terceiro priorizando a formação feminina em um colégio católico via análise de periódicos.

de aprofundamento da reflexão sobre as fontes de pesquisa, no caso os periódicos, enfocando-os como veículos de expressão de vozes diversas e como instâncias formativas privilegiadas, nos quais foi possível observar os discursos e práticas de formação docente como elementos constituintes das representações da futura professora, idéias que desenvolveremos com maior profundidade nos capítulos seguintes.

A preocupação com a concepção do *futuro* também se mostra presente nessa pesquisa, tendo sido nossa intenção trabalharmos com o termo *futura-professora*, justamente por percebermos, no horizonte das representações docentes, esse traço característico, que se faz presente ainda nos dias atuais e que adquire maior expressão quando nos reportamos ao magistério das séries iniciais: prepara-se para o *futuro*, forma-se para o *futuro*, espera-se o *futuro*, constrói-se o futuro cidadão. Observa-se que esse período de postergação e de preparação para a vida adulta encontra sua máxima expressão no plano escolar e no discurso corrente do comprometimento da educadora para com o êxito desse futuro, seja na perspectiva da redenção social, seja contemplando a educação na perspectiva emancipadora.

A partir do contato com os trabalhos analisados, especialmente os dois últimos, bem como outros estudos inscritos na produção recente de História da Educação, observa-se a importância assumida pelo cenário do Distrito Federal nos debates pedagógicos e nas ações conduzidas no campo das políticas públicas em torno da causa educacional, a partir das décadas de 1920/30.¹⁹

Um aspecto ainda a destacar, acerca de nosso estudo, é o de que pretendemos refletir sobre as representações da futura professora, veiculadas em suas revistas, levando em consideração, em nossa análise, um horizonte mais ampliado. Por isso, estabelecemos, na abordagem do objeto, três planos distintos— e complementares - de observação²⁰, privilegiando, respectivamente, o aspecto político educacional do Estado, a dimensão dos debates

¹⁹ Ver entre outros, os estudos de Clarice Nunes (1991), Zaia Brandão (1992), Ana Waleska Mendonça (1993), Libânia Xavier (2002), Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi (2001), relacionados nas referências bibliográficas.

²⁰ Cf. Jacques Revel (1998,p.12) “É preciso reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise – ou da escala de observação.” Afirmamos assim como esse autor que “nenhuma escala tem privilégio sobre outra, já que é o seu cotejo que traz o maior benefício analítico.”(ib.p.14)

educacionais e do pensamento pedagógico e o contexto escolar, ou seja, o lugar de congruência desses elementos, no caso, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Tal procedimento nos possibilitou refletir sobre o ambiente do Instituto de Educação, observando a expressão, em seu interior, de diferentes vozes que se entrecruzavam e ocupavam determinados “lugares de poder”,²¹ o que pôde contribuir para pensarmos as relações saber-poder e as práticas de assujeitamento, importantes em nossa reflexão sobre a construção da identidade da normalista.

Feitas essas considerações que contribuem para pensarmos as representações relativas ao magistério para além do que sugere a mítica dos “anos dourados”, discutiremos, a seguir, algumas questões relativas ao gênero enquanto categoria de análise, útil para a reflexão sobre o tema.

1.2 “Por que serei professora?”

Há poucos dias alguém me fez essa pergunta: Por que serei professora? Que me terá levado a ingressar nesta Casa, hoje tão querida?²²

Com relação à formação acadêmica e profissional da mulher, no período que enfocamos, o ingresso no Instituto de Educação²³ alcançava o estatuto de um *rito de passagem*. Rito esse dos mais significativos na vida das jovens, pois o sucesso obtido pela distinção em ser uma normalista daquela instituição já representava para muitas moças, principalmente daquelas oriundas das classes médias baixas, a certeza do ingresso direto no magistério público, viabilizando uma carreira bem vista pela sociedade e um futuro promissor. Tais

²¹ Cf. FOUCAULT (1993,2000,2004)

²² Revista *Normalista*, 1948, p.5. “Por que serei professora”.

²³ O aumento pela demanda do Curso normal resulta na criação da escola Normal Carmela Dutra, em 1949 e, no início dos anos 1960, foram criadas as escolas Sara Kubitschek, Julia Kubitschek, Heitor Lyra e Inácio Azevedo Amaral. Ver, a esse respeito, o trabalho de Sarita Schaeffel (1999).

idéias são recorrentes em muitos dos artigos das revistas que analisamos e dos quais trataremos nos capítulos seguintes.

Para compreendermos melhor as particularidades (e generalidades) dos discursos e das práticas sociais observáveis na época que nos propusemos a investigar, recorreremos ao conceito de gênero enquanto categoria histórica. Este conceito, importante para a reflexão sobre o processo de feminização do magistério, mostra-se útil na composição do quadro, que percebemos matizado, sobre as formas como se apresentam e são representadas as normalistas, futuras professoras, formadas em uma instituição modelar de preparação para o magistério, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Nos dizeres de Louro:

Magistério e escola, como atividades ou instituições sociais, transformam-se historicamente. Os sujeitos que circulam nesse espaço se diversificam e a instituição talvez seja, sob vários aspectos, uma outra instituição. Entre as mudanças que marcam de forma mais evidente, esse processo de transformação está a *feminização do magistério*. (1997, p.94)

Cabe destacar que o processo de feminização da profissão docente que tem como foco principal a atuação da professora das séries iniciais, vem se constituindo desde meados do século XIX. Conforme já indicado em outros estudos, como o de Diana Vidal e Marília Carvalho (2001), esse processo tem sido freqüentemente associado apenas ao ingresso majoritário de mulheres no magistério, fato que, apesar de representar fenômeno importante, não deve ser enfocado apenas como uma mudança na composição sexual do corpo docente, e sim como uma dinâmica de profundas transformações nos significados sociais atribuídos à docência nas séries iniciais, significados esses que dizem respeito, por exemplo, às expectativas sociais dirigidas a homens e mulheres e às prescrições sobre a infância e a maternidade.

Sobre as expectativas acerca dos papéis sociais da mulher e da sua atuação como professora das séries iniciais, é recorrente a idéia, nos artigos que analisamos, de que a mulher, quer seja em sua atuação como mãe, esposa ou mestra, deve ser a regeneradora da sociedade e da humanidade. Tal missão se apoiaria em sua atuação como a primeira grande educadora e formadora dos espíritos infantis.

Entendendo que a temática do gênero mostra-se de fundamental importância em um trabalho que, como o nosso, focaliza a identidade da normalista, faz-se necessário, primeiramente, discutir a distinção entre sexo e gênero. Se o sexo se refere aos caracteres biológicos de uma pessoa, o gênero, em uma outra direção, se refere ao conjunto de caracteres adquiridos ao longo de um processo educativo, em vias formais e/ou não formais, caracteres que contribuem para a constituição das representações sobre os dois gêneros, conduzindo, segundo situações sociais específicas, a uma hierarquia de dominação-subordinação:

Relacionada a princípio, às distinções biológicas, a diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens. Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero. (Louro, 1997,p.45)

Com os estudos de Joan Scott (1990), historiadora norte-americana que privilegia o conceito de gênero enquanto categoria histórica, a reflexão torna-se mais radical, quando consideramos que é preciso desconstruir o caráter permanente da oposição binária masculino-feminino. Segundo essa autora, observa-se, nas sociedades, um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros, usualmente concebendo homens e mulheres como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão.

Essa ideologia tem como um dos seus principais alicerces a escola e a família, instituições que contribuem para que as crianças dos dois sexos cheguem a transformar-se em indivíduos de gêneros opostos. Assim, sob o axioma “não se nasce mulher, torna-se mulher”,²⁴ o feminismo analisou profundamente a maneira como as instituições patriarcais fizeram com que as mulheres fossem femininas e os homens masculinos e, de modo particular, analisou como a família, a Igreja e a Escola formaram a mulher para ser esposa e mãe, através de mecanismos repressivos de sua sexualidade, apresentada como algo que se deve negar ou esconder. Em sua análise sobre o magistério e o trabalho feminino, Michael Apple propõe,

²⁴ Cf. BEAUVOIR, 1949.

segundo certas contingências históricas, que as próprias tarefas associadas a uma determinada ocupação reforçam a segregação sexual:

Como a atividade docente, por exemplo, tem componentes de cuidar de criança e servir, isso ajuda a reconstituir sua definição como trabalho de mulher. E como “nós” associamos cuidar de crianças e servir com menor qualificação e menor valor que outros trabalhos, nós revivemos assim as hierarquias patriarcais e a divisões horizontal e vertical do trabalho²⁵.(1995, p.56).

Outros estudos sobre o trabalho feminino frisam que certos aspectos, como, por exemplo, a criação dos filhos e as relações afetivas na família, foram considerados como integrantes do mundo do privado, onde se situaria a mulher, durante um longo tempo. Esta era mantida, assim, afastada do público e do político, sendo-lhe negado, portanto, o acesso a decisões que atingiam profundamente sua vida e que lhe tiravam forças para ter sua voz reconhecida em outras esferas sociais.

Mas como pensar esse sujeito, a mulher, na sua subjetividade enquanto educadora? Como pensar a constituição do ser-professora e seu processo de subjetivação, sem cair nas malhas do determinismo a-histórico e acrítico que tende a rotular, reduzindo a uma caricatura o que se pretende investigar? É no pensamento de Michel Foucault que encontramos importantes elementos para pensarmos essas questões. Ao analisarmos a historicidade das práticas discursivas, afirmamos, assim como Michel Foucault (1993), que as mesmas representam um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, o que colabora para compreendermos o caráter contingencial das representações e da inteligibilidade instituída pelos discursos sobre o gênero.

Contrário às grandes esquematizações totalizantes, Foucault concebe o poder como uma multiplicidade de relações de força que são imanentes ao domínio onde se exercem e são constitutivas de sua organização, sendo assim que a múltipla face do poder desenha seu perfil na identificação dos corpos. O

²⁵ Conforme esse autor, o trabalho remunerado feminino é constituído em torno não de um, mas de dois tipos de divisão. Primeiro, o trabalho está associado a uma divisão *vertical*, em que as mulheres, como um grupo, estão em desvantagem face aos homens, no que toca às condições sob as quais trabalham. Segundo, sua atividade está envolvida na divisão *horizontal* do trabalho, em que as mulheres se concentram em tipos específicos de trabalho, sendo o magistério uma dessas ocupações.

sexo, assim entendido, serviu à articulação dos novos e modernos mecanismos do poder e do controle social.

Partilhando dessa proposição teórica, afirmamos que a desnaturalização das funções sexuadas e dos corpos marcados biologicamente se faz a partir das práticas discursivas. Acreditamos, ainda, que esses referenciais nos fornecem elementos importantes para pensarmos a história e as condições de liberdade ou das práticas de liberação dos sujeitos, pois, conforme nos recomenda Foucault (2004,p.84): “Certamente é preciso enfatizar que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. É preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade”.

Considerando que o pensamento é uma forma de ação, nos interessa observar, nos periódicos com os quais estamos trabalhando, o teor dos enunciados que se expressam nos artigos veiculados, bem como a conseqüente afirmação das subjetividades das futuras professoras, no processo de constituição de suas identidades.

Nosso foco nas representações, associadas ao processo de constituição de identidades, e na forma como determinados agentes sociais percebem (e são percebidos) no seu cotidiano, contribui, a nosso ver, para a desnaturalização do entendimento sobre o *ser-professora*. Entendendo o processo de constituição de identidades segundo a perspectiva da história cultural, valemo-nos também, dos referenciais encontrados em Roger Chartier:

Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “*ser-percebido*” constitutivo de sua identidade. (1990,p.73).

É na direção desse *ser-percebido*, que não é dado definitivamente, que orientamos nossa investigação, esperando dar-lhe contornos que nos possibilitem a aproximação do *ser-normalista*, que compreendemos como algo multifacetado, não possuidor de uma identidade única e estável. Conforme Stuart Hall (2001), a concepção sociológica clássica entende a identidade como sendo formada na interação entre o eu e a sociedade e preenchendo o espaço entre o mundo pessoal e o mundo público. Entretanto, argumenta-se atualmente que o sujeito, previamente entendido como tendo uma identidade

única e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades. Reconhecemos a importância dessa concepção teórica e, apesar da mesma ser dirigida fundamentalmente à construção da identidade na contemporaneidade, entendemos ser esse referencial útil para refletirmos sobre o nosso objeto, pois contribui para pensarmos o processo constitutivo das identidades de forma mais complexa, e não de maneira unívoca.

Em nossa análise, compreendemos que a constituição da identidade de um grupo, em suas múltiplas dimensões, está profundamente relacionada aos processos de construção de representações, que têm efeitos intensos na forma como os sujeitos se percebem. Conforme Hall (2001.p.38): “A identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre sendo formada”

1.3 A formação pelas revistas.

A imprensa educacional é um corpus documental de vastas dimensões, pois se constitui em um testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional. Desse modo, é um excelente observatório, uma fotografia da ideologia que preside.

Pierre Ognier

Ao enfocarmos o Instituto de Educação como instituição privilegiada de formação de futuras professoras, buscamos identificar as diferentes vozes que constroem representações desses sujeitos, a fim de demonstrar que as representações, ao mesmo tempo em que os constituem e os transformam, são também constituídas e transformadas histórica e socialmente pela ação dos mesmos.

Como traço que singulariza nosso estudo, elegemos os impressos produzidos no Instituto de Educação como sendo um *lugar* de veiculação de discursos e práticas que nos possibilitam uma melhor compreensão daquela realidade educativa e de suas representações. Afirmamos, assim como Nóvoa:

É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre teoria e prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação, São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia. (1997,p.31)

Notamos que os impressos na área da educação têm sido muito valorizados nas pesquisas que se propõem a refletir sobre a história da cultura escolar, uma vez que contribuem para um melhor entendimento das práticas e discursos característicos de determinada época. Segundo Catani (1997), a análise das revistas de ensino tem permitido conhecer várias dimensões da vida escolar e da organização do espaço profissional dos educadores.

Inseridos nessa linha de investigação, fizemos um levantamento dos últimos congressos promovidos pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)²⁶ e de seus respectivos eixos temáticos, tendo sido possível identificar algumas tendências na elaboração das pesquisas. Segundo dados da própria SBHE, o I Congresso Brasileiro de História da Educação – CBHE, conforme artigo de balanço das comunicações apresentadas no evento²⁷, distinguiu algumas tendências na elaboração dos trabalhos, como por exemplo, a influência da História Cultural Contemporânea como matriz teórica e o interesse pela pluralidade das fontes e a preocupação com a preservação documental, características essas que permanecem nos dois congressos seguintes, cujos dados encontram-se disponíveis para consulta.

Considerando-se o predomínio da perspectiva da Nova História Cultural, que traz em seu bojo a questão da problematização das fontes, é ainda digno de nota o crescimento dos estudos que tomam como objeto e/ou fontes os impressos educacionais. Também nos foi possível identificar com essa análise que, aliado ao interesse sobre a imprensa pedagógica, permanece a

²⁶ Cf. site acessado em 03.01.2007. www.sbhe.org.br

²⁷ Cf. XAVIER, 2001.

preocupação com a cultura e as práticas escolares, bem como com a história da profissão docente, conforme indicam os estudos de Diana Vidal (2005b, p.23): "Há aproximadamente 10 anos, a categoria cultura escolar vem subsidiando as análises historiográficas e assumindo visibilidade na estruturação de eventos no campo da História da Educação". A relevância dos estudos que privilegiam os impressos educacionais encontra-se expressa em Denice Catani:

Com a preocupação de avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas e as práticas educativas, a imprensa periódica educacional – feita por professores para professores, feita para alunos, por seus pares ou professores, feitas pelo Estado ou outra instituições (sindicatos, partidos políticos, associações e Igreja), contém e oferece muitos dados básicos para a compreensão da História da Educação e do Ensino. (1997, p.5)

Cabe destacar o último Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, realizado em Uberlândia em abril/2006²⁸, que contou com grande número de pesquisadores e que disponibilizou o eixo temático intitulado *Imprensa, Impressos e Discursos Educacionais*, o que indica um progressivo interesse na área por esse tipo de documentação tratada como objeto análise mas também como fonte de investigação.

Na produção acadêmica que se dedica a esse tipo de matéria, destacamos trabalhos como os de Marta Chagas de Carvalho, Cynthia Pereira de Souza, Denice Bárbara Catani, Maria Helena Câmara Bastos e Antonio Nóvoa, dentre outros, que se utilizam da imprensa educacional na análise de discursos e das práticas educativas, fornecendo-nos subsídios importantes para que se elaborem novas compreensões acerca da(s) cultura(s) pedagógicas de determinada época.

Segundo Nóvoa (1997), a análise da imprensa educacional permite apreender discursos que possibilitam o conhecimento de práticas e teorias que se situam no nível macro do sistema, mas também no plano micro da experiência concreta, denunciando situações do presente e exprimindo desejos do futuro.

²⁸ Na ocasião, apresentamos o trabalho "As representações da futura professora - década de 1940", onde fizemos considerações acerca dos discursos cívico-religiosos expressos na revista *Instituto*.

Ao privilegiarmos o teor dos enunciados veiculados nas revistas escolares, abordadas aqui como instâncias formativas, situamos os periódicos como lugar de expressão e veiculação não somente de idéias pedagógicas, mas, também, de padrões de comportamento e atitudes. Para colaborar com nossa argumentação, citamos Beatriz Fischer, em seu estudo sobre a professora primária nos impressos pedagógicos²⁹. Ao analisar o periódico com o qual trabalha, a autora afirma que:

Partindo do pressuposto de que *comunicar é sempre uma certa forma de atuar sobre outras pessoas*, aqui são analisadas possíveis contribuições da Revista do Ensino ao processo de subjetivação das suas leitoras. Descreve-se parte das práticas discursivas ali edificadas que possivelmente ajudaram a constituir o próprio objeto de que falam, isto é, um tipo de professora para quem a revista foi pensada e destinada desde sempre, à professora de primeiras letras. (2005, p.325)

Conforme já indicamos, percebemos as práticas sociais atravessadas pelas relações de poder, relações essas que favorecem as condições (e as possibilidades) para a emergência de certos temas e não outros, o que nos leva a relativizar o entendimento sobre os elementos que constituem a identidade de um grupo, neste caso, a futura professora e as formas pelas quais esta é representada. Dessa forma, definimos as representações enquanto práticas culturais nas quais se posicionam seus agentes, concebendo-as como formas de pensar a realidade e constituí-la, uma vez que as percepções do social não são discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade sobre as outras³⁰.

Ao escolhermos constituir como fontes as revistas produzidas no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, interessa-nos observar as condições de funcionamento de práticas discursivas específicas, que podem nos fazer compreender aquelas publicações como instâncias formativas. Nas revistas com as quais trabalhamos, pôde-se constatar a veiculação de idéias que buscam reforçar características específicas sobre o pensar e o fazer docente,

²⁹ Mesmo considerando o fato de estarmos trabalhando não propriamente com revistas pedagógicas, mas escolares, estamos entendendo essas revistas como instâncias formativas privilegiadas, nas quais também é possível observar discursos e práticas direcionadas às futuras professoras. Sobre as possibilidades de investigação com esses tipos de impressos associados à formação docente, ver trabalhos de Cynthia P.de Sousa (1997) e Denice Catani (1997).

³⁰ Cf. CHARTIER, 2002.

elementos que contribuíram para forjar uma especificidade cultural daquela instituição escolar e das representações das futuras professoras que por ali passavam.

Ao longo das páginas folheadas, vai se delineando uma imagem da professora, ora associada ao cumprimento cívico e missionário de seu papel social, ora associada ao modelo moderno de mulher professora, com destaque para a questão da profissionalização e da formação em bases científicas, idéias essas que são apresentadas não necessariamente como excludentes, mas, sobretudo, como elementos complementares ao bom exercício do magistério.

Diante do que foi exposto até agora, entendemos as revistas de ensino ou a imprensa especializada, e, em nosso caso, as revista escolares, como uma das melhores formas para apreendermos a multiplicidade de situações presentes no espaço-tempo educativo que investigamos e, segundo estudos de Maria Helena Bastos e Denice Catani, há pelo menos duas alternativas que as revistas de ensino podem oferecer aos estudos histórico-educacionais:

De fato, as revistas especializadas em educação constituem uma instância privilegiada para apreensão de modos de funcionamento do campo educacional, pois fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico, o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Além disso, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida da imprensa periódica educacional permite conhecer as lutas por legitimidade que se travam dentro do campo e também analisar a participação dos agentes produtores do periódico na elaboração dos discursos que visam a instaurar práticas exemplares. (1997, p.7)

Para procedermos nosso estudo sobre as representações da *futura-professora*, estaremos, assim, apoiando-nos na análise das fontes documentais, as revistas *Instituto e Normalista*, tomando-as como *núcleos informativos* para a compreensão dos discursos e práticas de formação docente, constituintes daquelas representações e por elas também instituídos.

Com o intuito de apresentar alguns elementos que entendemos ser de fundamental importância para situarmos o leitor com relação ao material que constituímos como fontes, ressaltamos que as características materiais dos exemplares conservados são o arquivo mais maciço – e talvez o mais rico – de uma história das condições e dos hábitos que governam a produção dos textos

impressos, conforme idéias de Don McKenzie, apropriadas no trabalho de Roger Chartier (2002). Assim, consideramos como preferencial a postura investigativa de consultar os textos em sua materialidade original, pois "é preciso lembrar que dar a ler um texto em uma forma que não é a sua primeira pode comprometer a compreensão que o leitor pode dele ter. (ib.p.248). Obviamente, há que se considerar as condições de conservação e de disponibilidade dos materiais, as quais muitas vezes inviabilizam o trato direto com a forma concreta do que se pretende investigar.

Em nosso caso, após consulta ao acervo da Biblioteca do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro - ISERJ – setor de obras raras –, selecionamos as revistas e definimos o recorte temporal a ser trabalhado, a partir do material disponível, tendo sido também nossa intenção que o período focalizado possibilitasse a reflexão sobre contextos históricos diferenciados – do regime do Estado Novo e do cenário de redemocratização-, em cuja análise deveria ser conferida atenção à dinâmica de continuidades e descontinuidades, objetivando perceber os elementos constitutivos das representações da futura professora em uma perspectiva sócio-histórica. As revistas, em razoável estado de conservação, foram disponibilizadas para o nosso estudo, em visitas periódicas à instituição, tornando-se possível o contato direto com os exemplares, preservados na sua textualidade original.

Procederemos, a seguir, a uma descrição e análise das revistas com as quais trabalhamos, cientes de estarmos construindo uma narrativa que visa fundamentalmente ao processo de construção de significados e que, nesse processo, está necessariamente imbricada a relação *leitor-texto*. Situando-nos assim, como *leitores-produtores* de um texto, acreditamos poder contribuir para a pesquisa sobre os impressos e os discursos, através de nossa reflexão sobre a produção de sentidos que são forjados nas relações entre formas impressas e representações.

A seguir, apresentamos um quadro esquemático das publicações dos periódicos. Cabe ressaltar que essa demarcação tem como objetivo facilitar a expressão da perspectiva espaço-temporal que pretendemos privilegiar, não tendo como propósito a rígida periodização ou faseologia.

REVISTA	ANO	NÚMERO	PÁGINAS
<i>Instituto</i>	1941	1	44
<i>Normalista</i>	1948	1	60
<i>Normalista</i>	1949	2	49
<i>Normalista</i>	1950	3	48
<i>Normalista</i>	1951	4	36
<i>Normalista</i>	1952	5	42
<i>Normalista</i>	1953	6	38

A partir da análise dos impressos assinalados, buscou-se identificar a participação das alunas – futuras professoras, no processo de elaboração do material. Dessa forma, tornam-se os periódicos, ao mesmo tempo, fonte importante para a pesquisa e também objeto de estudo, uma vez que encerram práticas escolares envolvidas na sua produção, com a participação de alunos e professores. Com essas reflexões, conduziremos os próximos capítulos, a partir do foco nas publicações *Instituto* e *Normalista*.

CAPÍTULO 2

O *Instituto* em revista.

Do mais puro civismo a centelha
Todo o nosso Instituto ilumina
E a grandeza da Pátria se espelha
No divino esplendor da doutrina.³¹

Ao adentrarmos o espaço do Instituto de Educação, em 1941, ano da publicação da revista *Instituto*, que passaremos a analisar, são observáveis marcas muito claras, nesse ambiente escolar, da cultura política do Estado Novo, como poderá ser identificado. Para compreendermos, no entanto, o cenário traduzido nas páginas dessa revista escolar, torna-se necessário analisá-lo tendo como base um quadro mais amplo, inscrito em uma longa trajetória de disputas em torno de projetos educacionais e de propostas de formação docente, que já vem sendo alvo de muitos estudos.

2.1 Um cenário de disputas

Conforme já indicado em vários trabalhos dedicados ao pensamento político-educacional no Brasil, a Associação Brasileira de Educação (ABE) foi, nos anos 1920, a principal instância de articulação do chamado movimento de renovação educacional. Marta Carvalho, em suas considerações sobre a ABE, afirma que nela “se congregaram numa mesma campanha pela causa *cívico-educacional*, grupos de educadores que iriam se antagonizar mais tarde, após a Revolução de 1930” (1999,p.17). Segundo a autora, no cerne da disputa que

³¹ Trecho do *Hino do Instituto de Educação*, letra escolhida em concurso promovido pelo então diretor do Instituto, coronel Arthur Rodrigues Tito, em 1941. A letra vencedora é de autoria de um professor da Instituição, Theobaldo Recife, responsável pelas aulas de Educação Cívica.

visava à reorganização política do país naquele momento, colocava-se em pauta a questão da modernização e da reconfiguração do plano educacional.

No Brasil, ao longo dos anos 20-30 do século passado, afirmar-se moderno significava tentar assumir um lugar privilegiado no debate científico e artístico. Cabe ressaltar que, a partir das últimas décadas do século XIX, idéias como novo, progresso, ruptura e revolução começam a fazer parte do imaginário social e do discurso intelectual e a caracterizar os projetos de intervenção junto à sociedade. Em sua reflexão sobre a construção de uma “modernidade nativa”, Herschman e Pereira (1999) indicam que aquele período se caracteriza no Brasil como um momento especial, de configuração de uma consciência ou de busca de uma identidade nacional calcada sobre a afirmação da força nativa, sem que isso impedisse a importação, às vezes literal, do pensamento das vanguardas européias da época.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, a criação do Ministério da Educação e Saúde representou um marco importante na reorientação educacional no Brasil, indo ao encontro da demanda política dos educadores caracterizados como renovadores. Em um cenário de indefinição política, o consenso em torno da *causa educacional* transforma-se em disputa pela implementação de programas educacionais concorrentes. Segundo essa perspectiva, o chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, pode ser considerado “a expressão das lutas ideológicas em defesa da laicidade, obrigatoriedade e gratuidade de ensino” (Bomeny, 2001 p.47).

Os intelectuais que estavam à frente das reformas implementadas nas décadas de 1920 e 1930³², como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, partiam da crítica à escola existente, combatida por sua seletividade social e pelo privilégio conferido ao enfoque humanista e à formação profissional dissociada do ensino comum. Esses educadores buscavam elementos, de ordem material e cultural, que ressignificassem a formação do educador, pois se partia do pressuposto de que eram necessários mestres bem preparados intelectualmente e espaços escolares que denotassem novas propostas metodológicas coadunadas com a educação renovada.

³² Cf. BOMENY (2001, p.44): As reformas de São Paulo(1920), Ceará(1922-23), Bahia(1928), Paraná (1927-1928), Rio Grande do Norte (1925-18) Rio de Janeiro, então Distrito Federal (1922, 1928, 1932)

Considerando a influência político-educacional do Rio de Janeiro no período em questão, tendo em vista seu status de capital federal, e a ênfase dada à formação do professorado carioca, destacam-se as reformas de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira e a criação da UDF, como importantes medidas que criaram as condições para a construção de um novo modelo do *professor-profissional*, em consonância com os ideais de reestruturação social via educação da população.

A reforma Fernando Azevedo³³, no Rio de Janeiro, propôs importantes alterações no ensino da Escola Normal, que passava a adquirir um novo status, uma vez que saía da categoria de simples ginásio com cadeiras pedagógicas, para um ensino profissionalizante. Com a reforma de 1932, marcada pela visão de Anísio Teixeira, foi acentuado o caráter profissional e técnico da formação de professores, transformando a Escola Normal em Instituto de Educação. Para Anísio, a preparação do educador deveria ser conduzida pelo conhecimento científico, conciliando ciência e arte, teoria e prática, enfatizando a idéia de *escola-laboratório*, o que ainda não se realizava na formação oferecida na escola secundária até então estruturada. Por isso, esse educador, no exercício do cargo de diretor geral da instrução pública do Distrito Federal, propôs a criação da Escola de Professores³⁴ do Instituto de Educação, pautada em um modelo de formação em nível superior, que deveria possibilitar a formação profissional, fornecendo instrumentação técnica e teórica para os novos mestres.

A preparação dos professores para o magistério primário passava então a se organizar da seguinte forma: o aluno deveria ingressar na escola secundária, onde receberia uma formação cultural em dois ciclos: o fundamental de cinco anos e o complementar de um ano. Concluídos os dois ciclos da Escola Secundária³⁵, passava-se para a Escola de Professores³⁶

³³ Dec.lei nº 3.281 de 23 de janeiro de 1928.

³⁴ Vide o decreto nº3.810 de 19 de março de 1932.

³⁵ A aprovação no exame de admissão à Escola Secundária era a única forma de se chegar à Escola de Professores. Somente cursando os cinco anos de ginásio e um ano de complementar, seria permitido o ingresso no Curso Regular de Formação de Professores Primários.

³⁶ Cf.LOPES (2003, p.97): "Além do curso de preparação docente para o ensino dos graus primários e secundários, a Escola de Professores mantinha cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão".

onde era oferecido um curso profissional que fornecia ao aluno *status* de nível superior.

Esses “educadores profissionais”, que assumiram a educação enquanto um campo mais amplo de atuação política, não estavam sós no espaço que ocuparam, tiveram concorrentes e esses *outros* também estavam formulando projetos e propostas, buscando estabelecer alianças com o poder instituído, conforme idéias que se expressam na análise de Clarice Nunes (1992 ,p.34):“ Os educadores profissionais e seus opositores e aliados, mesmo que temporários, ocuparam posições num *campo de possibilidades*”.

É nesse cenário, da década de 1930, que se observa a expressão de um embate entre o grupo dos “renovadores” e dos “educadores católicos”³⁷. Entre as questões em disputa em torno da escola pública, situavam-se, por exemplo, a do papel do Estado e da família na educação, do ensino leigo ou religioso e da coeducação. Considerando os espaços e as condições de atuação da corrente que representava o pensamento católico, afirmamos, assim como Helena Bomeny:

A definição de um programa educacional para o país implica muitas escolhas e recusas. São muitos os atores que têm interesse nesse programa. A Igreja Católica, por exemplo, interferiu ativamente em todo o processo de reforma educativa do pós-1930. Dona de uma rede de escolas em todo o país, e consciente de seus interesses como formadora de mentalidades e condutas, correu com outros setores da sociedade que, igualmente se empenharam em intervir no seu processo de reformulação. (2001,p.47).

As pressões da ala católica foram constantes e se intensificaram no período da gestão de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde³⁸ (1934-1945): “Ao contrário da crença liberal de que a sociedade se constrói pelo resultado do contrato estabelecido por indivíduos livres e autônomos, a Igreja compartilhava a crença de que a sociedade marcada pelo

³⁷ Ao utilizarmos a expressão “educadores católicos”, estamos considerando, assim como Ana Magaldi (2001), não a fé religiosa do intelectual em questão, de uma forma particular, mas a sua adesão a um projeto de educação inserido no movimento mais amplo de renovação católica.

³⁸ Cf.BOMENY (2001 p.52): “A importância do Ministério Capanema na História da Educação Brasileira pode ser compreendida por seu conjunto de iniciativas. A Reforma do Ensino Secundário, em 1942, a reforma Universitária, a Nacionalização do Ensino, a criação do sistema de ensino profissional (SESI,SENAI,SENAC,SESC) tudo isso ganha forma na Era Vargas. Ficaram pendentes para a reabertura política de 1946 as legislações sobre o ensino primário e o ensino normal, ou seja as duas pontas do segmento da educação básica: alunos e professores”.

individualismo se torna vulnerável à desagregação”.(ib.,p.50). Disputando questões em torno da educação, relacionadas por sua vez, com o tema da própria organização da sociedade brasileira, cabe lembrar que o movimento católico, em curso desde a década de 1920, obteve importante vitória com o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas, em 1931. Pouco depois, a Constituição de 1934 reafirmava a presença desse tipo de ensino na educação pública, inserido como facultativo e definido como matéria. Ressaltamos, ainda, que, dentre as seis constituições republicanas³⁹ promulgadas até hoje, a única que exclui totalmente essa modalidade de ensino é a Constituição de 1891, sendo, nas demais o ensino religioso mencionado como facultativo.

Um aspecto importante a destacar em nossa reflexão, portanto, é o do embate, promovido por lideranças católicas e escolanovistas, no campo da pedagogia, focalizando em especial a questão da formação dos professores⁴⁰. Marta Carvalho (1998) aponta, em seus estudos, para o fato de que ambos os grupos definiam, como uma tarefa central, a de normatizar e orientar as práticas do professor, promovendo uma mudança de mentalidade capaz de fazer da escola um instrumento eficaz de organização nacional.⁴¹

No que se refere ao nosso objeto de estudo, cabe destacar que, nos anos 1930, Anísio Teixeira, como diretor da Instrução Pública, conduzia então uma ação decisiva, observada no espaço da Escola Normal do Rio de Janeiro, transformada em Instituto de Educação do Distrito Federal, no sentido de forjar uma nova mentalidade entre aquelas que se tornariam as futuras professoras. O prédio imponente, situado à rua Mariz e Barros, no tradicional bairro carioca da Tijuca, torna-se o símbolo não somente de uma nova proposta educacional, fundamentada pelos preceitos escolanovistas, mas também lugar de formação de um novo tipo de professorado, com visão intelectual e social, dotado de eficiência técnica e saber científico.

³⁹ Foram seis as Constituições promulgadas no Brasil: 1891,1934,1937,1946,1967 e 1988.

⁴⁰ Cf.MAGALDI & VILLANOVA. *Valores católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do “ser professora”* (1930/1950), trabalho apresentado no VI Congresso Brasileiro de História da Educação, Goiânia - Nov/2006.

⁴¹ Cf. também estudos promovidos no grupo de pesquisa *Pensamento Católico, Modernidade e relações família/educação na sociedade brasileira (anos 1930-1950)*, do qual participamos, sob a orientação da Profª Drª Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi - UERJ.

De acordo com Liete Accácio (1993), o Instituto de Educação era considerado, naquele momento, como um centro de documentação e pesquisa fundamental para a formação de uma cultura pedagógica nacional, representando, em outras palavras, um pólo irradiador de concepções e práticas que serviriam de modelo à formação de professores. Conforme indicam vários estudos que se dedicam a essa investigação, tornava-se possível a implementação do novo projeto educacional a que se propunham os pioneiros, uma vez que a obra realizada no Instituto articulava-se à política educacional levada a efeito pela administração do Distrito Federal.

O período pós-1935⁴² marca o início do autoritarismo que teria no Estado Novo (1937-1945) sua manifestação formal, atingindo diretamente Anísio Teixeira e muitas das propostas dos renovadores. A experiência da Escola de Educação, ou Escola de Professores, como era mais comumente conhecida, começou a perder força com o golpe de Estado que instaurou o novo regime em 1937, sendo criadas as condições para a sua extinção, em 1939. Nesse período, observa-se, na esfera escolar, no Instituto de Educação do Distrito Federal, uma tendência nacionalista e patriótica que invade também outros espaços sociais.

O período do *silenciamento da memória* no Instituto de Educação do Distrito Federal teve como fatos emblemáticos a extinção da Escola de Educação, o retorno ao Curso Normal e a marca do civismo associada às imagens religiosas, que assumem lugar de destaque, fundamentalmente na década de 1940. É digno de nota que, naquele momento, um coronel do Exército, Arthur Rodrigues Tito, ocupasse a direção da instituição e que as aulas de educação cívica contemplassem também o aspecto da formação religiosa, conforme identificamos no programa de educação cívica de 1941⁴³, que associava o direito, a moral e a religião como “preceptivas da conduta humana”.

⁴² No espaço de formação do Instituto de Educação, no período em questão, forja-se uma espécie de “processo de esquecimento”, conforme indicado no trabalho de LOPES (2003) que leva ao silenciamento do projeto dos pioneiros no Instituto de Educação que, ao menos em parte, haviam sido derrotados quando da saída de Anísio Teixeira da Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito Federal (em 1935), já então transformada em Secretaria de Educação e Cultura, em um momento tensionado pelas disputas políticas.

⁴³ Programa de Educação Cívica. Departamento de Educação Nacionalista nº144, DF: 07/05/1941.

No plano mais amplo da política varguista, observa-se um esforço conduzido por agências institucionais diversas, no sentido da afirmação de valores cívicos, apoiados na identificação entre a idéia de nação, o projeto autoritário do Estado Novo e a figura de Vargas. Nesse contexto, marcado pelo destaque conferido à construção de uma memória nacional na qual o projeto do Estado Novo ocupava um lugar de destaque, estratégias diversas são mobilizadas, e é nesse quadro que pode ser compreendida a publicação de uma revista como *Instituto*.

Em suas páginas, observamos a presença do discurso cívico-militar, fortemente associado a imagens religiosas. Cabe ressaltar que, naquela época, a Igreja Católica encontrava-se muito próxima do governo de Vargas⁴⁴ e os valores cívicos e religiosos, muito interpenetrados, eram estimulados por meio de estratégias diversas. Assim, não seria estranho observar a presença do ideário católico, naquele tempo, em uma instituição pública de formação de professores.

Apresentaremos, a seguir, um quadro sinóptico dos artigos que integram a edição e as respectivas autorias, sendo de nosso interesse identificar o teor dos enunciados inscritos nas representações acerca do magistério e em especial, da normalista. Por meio do entrecruzamento das vozes presentes nos artigos escolhidos, buscaremos identificar os pontos de aproximação e afastamento entre elas, bem como os lugares de poder ocupados.

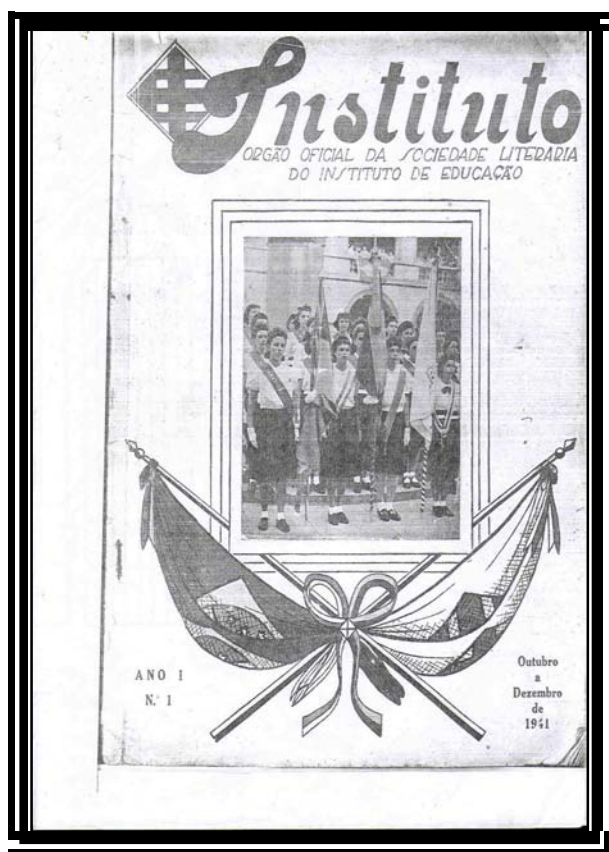
⁴⁴ Cf. LOPES(2003,p.220): Durante o período que esteve à frente do Ministério da Educação(1934-45),Gustavo Capanema aliou-se aos setores católicos que se faziam representar, principalmente por Alceu Amoroso Lima, líder da reação católica ao movimento dos educadores que defendiam uma educação igualitária sob responsabilidade do Estado. Entretanto, o ministro de Vargas, preocupava-se também em não perder o vínculo com os intelectuais renovadores, com os quais também buscava pontos de aproximação.

Revista/ano	Artigo	Autor ⁴⁵
Instituto/1941	1. Palavras de apresentação e de fé	Alunos- Equipe de Redação
	2. Getúlio Vargas	D.I.P
	3- Rui Barbosa em Haia	Profº Alberto B.da Silveira- História
	4. A você Bacharelado	Alunos - Equipe de Redação
	5. Hino do Instituto de educação	Prof Theobaldo Recife Moral e Cívica
	6. O Hino do Instituto	Prof Theobaldo Recife Moral e Cívica
	7. Às Normalistas	Prof Theobaldo Recife Moral e Cívica
	8. A família e a defesa nacional	Prof Celso Kelly Sociologia e Moral e Cívica
	9. O filho único no Jardim da Infância	Profª Celina Nina Diretora do Jardim de Infância
	10. O Instituto de Educação	Aluna (pseudônimo)
	11. O Dia da Bandeira	Alunos – Equipe de Redação
	12. Panorama do ensino de música na concepção moderna de educação	Maestro José Vieira Brandão Professor de Música.
	13. O teatro no Instituto de Educação	Alunos – Equipe de Redação
	14. A vocês professorandos de 1941	Alunos – Equipe de Redação
	15. Culto à Pátria	Alunos – Equipe de Redação
	15. Carta	Aluna (pseudônimo)
	16. Cadetes e Aspirantes	Aluna (pseudônimo)
	17. Não é lenda, Será costume?	Dinah Barros (?)
	18. Aviação	Aluna Marina de Carvalho
	19. Infância e Velhice	Aluna Helena da Silva.
	20 A lenda da Vitória Régia	Jeannete de Souza (?)
	21. O dia do Mestre	Aluna Mª Helena Ramos
	22. A gloriosa carreira de Manuel Luiz Osório	Aluna Adalgisa M. Castro
	23. O que pretendo ser no futuro?	Aluna Nereida p. de Sampaio
	24. A Imprensa e o papel	Mira Cassilevitz (?)
	26. Sonho	Nilson Lopes (?)

⁴⁵ As interrogações colocadas no lugar dos autores indicam que não nos foi possível precisar se os mesmos estavam enquadrados na categoria de discentes, docentes, ou colaboradores. Destacamos, ainda, que nos foi possível atribuir a autoria de alguns artigos a alunas da instituição, por apresentarem características que indicavam as relações de pertencimento discente ao Instituto.

2.2 Por dentro do *Instituto*.

Analisando os textos escritos, bem como as imagens e componentes gráficos de *Instituto*, pode-se perceber a forte dimensão simbólica e funcional que perpassa a publicação, produzindo importantes significados, que estimulam o nosso esforço de leitura. Esta marca é evidenciada na capa de apresentação, onde se observa uma foto das normalistas em cerimônia de hasteamento da bandeira. Percebe-se, como numa moldura, as futuras professoras, perfiladas no pátio, em seus uniformes de gala, sustentadas pelas bandeiras do Brasil e do Instituto de Educação, entrelaçadas, o que nos remete ao viés cívico que permeava o período.



Acima da foto, a grafia da palavra *Instituto*, ladeada à sua esquerda pelo emblema da escola e pela apresentação, abaixo, do caráter oficial da publicação compõe um conjunto em que pode ser apreendida a idéia de unidade e de pertencimento a uma instituição, tão ao gosto dos padrões de

formação escolar característicos daquele momento, segundo os quais a constituição do sentido de nacionalidade deveria ser o principal objetivo da educação transmitida nas escolas.

Cabe assinalar que, no período do Estado Novo, o discurso governista ganha espaço nas instituições escolares e se traduz em diversas estratégias de ação, como a organização dos centros cívicos e a celebração de datas emblemáticas que evocam o sentimento patriótico, como o Dia da Bandeira, que tem uma nota especial na revista *Instituto*. A equipe de redação assim se refere ao evento:

Foi uma solenidade que calou, profundamente, no coração de todos que tiveram a ventura de presenciar-la, pois, serviu para demonstrar a quão alto se elevam os nossos sentimentos patrióticos, nesta fase de momentos tão trágicos para o mundo. Homenageando a Bandeira do Brasil, símbolo sagrado desta terra abençoada por Deus, sentimos dentro em nosso peito, pulsar mais fortemente, um desejo intenso e sincero de elevar até os píncaros da glória esta Pátria que tanto adoramos. (*Instituto*, 1941, p.14)

Os valores de exaltação à nacionalidade também se fazem presentes pelas imagens publicadas, destacando outro princípio fundamental do ideário político da época, que privilegiava o enaltecimento da Pátria em seu contorno físico, suas riquezas, seu posicionamento e grandeza geográfica. Tais idéias são confirmadas, a partir da observação de várias fotos, em notas salpicadas pelas páginas. Com o título “Nosso Brasil”⁴⁶, as imagens retratam vistas panorâmicas de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo e algumas de suas obras arquitetônicas.

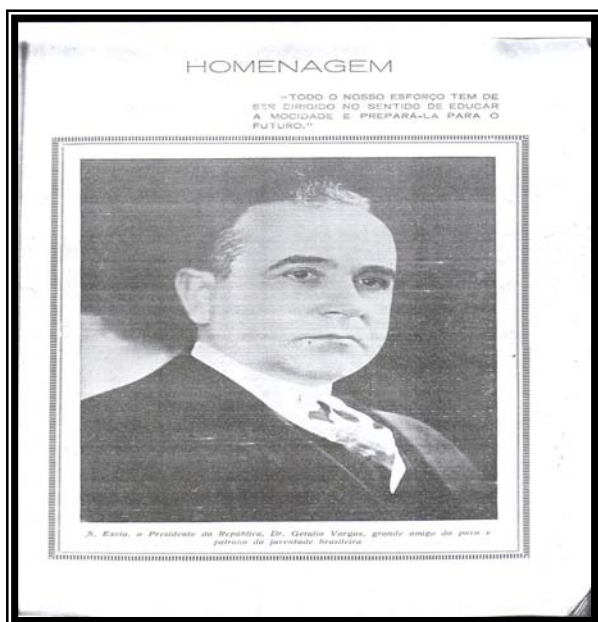
Não identificamos nenhuma espécie de propaganda comercial na revista, que apresentada como órgão oficial da sociedade literária, demonstrava cumprir uma função de representação do próprio Instituto de Educação e, em certa medida, veicular as idéias governistas relativas à unidade e disciplina, no processo de construção da Nação. Observamos várias notas de agradecimento dos alunos responsáveis pela edição, ao diretor, aos professores e figuras do cenário político brasileiro, como por exemplo, o Secretário Geral de Educação e Cultura, Coronel Pio Borges. Devemos,

⁴⁶ Cabe ressaltar que a qualidade das imagens, devido ao tempo e as condições de conservação do material, não nos possibilitaram sua reprodução para expô-las neste texto.

inclusive, chamar a atenção para o fato de um militar ocupar a pasta da educação. Em nota de agradecimento, pelo apoio ao projeto da revista, a equipe de redação assim se refere ao diretor:

Não podemos calar a nossa gratidão ao Diretor desta casa, coronel Artur Rodrigues Tito, que recebeu a idéia com o caloroso apoio que nunca recusa as boas iniciativas. Guarda zeloso da disciplina e fator decisivo do progresso do Instituto, ele não esquece também que é nos irrequietos impulsos da mocidade que se estão forjando as personalidades que mais tarde têm de dirigir os destinos do Brasil. (*Instituto*, 1941, p. 2)

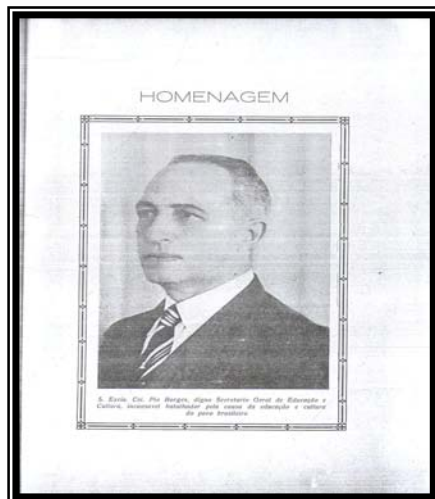
Folheando o *Instituto*, o leitor trava contato com várias homenagens, dirigidas pelos editores às autoridades do cenário político-educacional nacional e do Distrito Federal. Tais referências podem ser constatadas nas seguintes imagens, contendo legendas enaltecedoras da pessoa em questão. Cabe ressaltar que as imagens aparecem ao longo da publicação, em ordem hierárquica, considerando-se o lugar de poder ocupado pelo homenageado, aspecto que se refletia, também, nas dimensões das fotos, apresentadas da maior para a menor.



Getúlio Vargas - Presidente



**Dr. Henrique de Toledo Dodsworth
Prefeito do DF**



Cel. Pio Borges
Secretario da Educação e Cultura



Cel. Arthur Rodrigues Tito
Diretor do Instituto de Educação

São também feitas homenagens ao corpo discente, em que se observa a função de destacar as qualidades acadêmicas e a distinção moral das alunas. As alunas citadas, que obtiveram excelência nos estudos, integram o quadro de honra, cabendo ressaltar que, neste quadro, não constava referência a nenhum estudante do sexo masculino. O destaque exclusivo conferido às alunas será um aspecto problematizado mais adiante, quando tratarmos do público que freqüentava a instituição, naquele período.



Formanda Yvonne Braga



Quadro de honra.

Como já identificamos, a revista *Instituto* teve apenas uma única edição, em 1941⁴⁷, apesar de, nas suas páginas, existirem várias referências a um próximo número, conforme observamos em uma de suas notas:

Com este número de “Instituto”, órgão oficial da Sociedade Literária do Instituto de Educação, sai também esta página de charadas e problemas, a qual a partir do próximo número, espera contar com a valiosa cooperação de todos os alunos deste educandário. (...) cientificamos que as soluções certas estarão concorrendo a um valioso prêmio, o qual constituirá por certo uma agradável surpresa.

A Redação

Mesmo considerando as referências pontuadas ao longo do impresso, que nos permitem afirmar que havia a intenção de se publicarem outros números, não nos foi possível precisar as razões pelas quais se deu a interrupção, ainda que esta nos pudesse sugerir uma possível relação com o cenário político em que se inscreveu. Segundo indicam Ângela Martins (1996) e Sonia Lopes (2003), ao abordarem o contexto da formação docente no Instituto de Educação no Estado Novo, seriam identificadas, naquele período, práticas de controle às idéias veiculadas no interior do Instituto, tanto na dimensão docente quanto discente. Essa tendência incluiu, por exemplo, o encerramento das sessões do cinema educativo⁴⁸ e o afastamento de professores⁴⁹ e demais funcionários, suspeitos de integrar partidos e organizações que se manifestavam contra o governo varguista. Entretanto, pudemos observar, que as atividades culturais promovidas no Instituto de Educação não foram propriamente extintas, mas mudaram de natureza.

Tal fato se expressa, por exemplo, na própria publicação da revista com a qual estamos trabalhando, cuja principal função, segundo os dizeres que integram o artigo de apresentação, seria a de “elevar culturalmente o Instituto de Educação, numa época em que todos se organizam, em que todos ocupam

⁴⁷ Destacamos também que a publicação dos *Arquivos do Instituto de Educação*, anuário que se destinava a veicular os acontecimentos ocorridos na Instituição, sofre uma interrupção em sua publicação, voltando a ser publicado, depois de uma lacuna de 8 anos, em 1945, sob iniciativa do então diretor Venâncio Filho.

⁴⁸ Inaugurado em 1934, o cinema que servia às atividades acadêmicas e ao lazer, foi interrompido durante o período de 1936 a 1946 e voltaria a funcionar na administração dos professores Veiga Cabral (1946-7) e Djalma Régis Bittencourt (1947-9), conforme estudos de Sonia Lopes (2003, p.276) .

⁴⁹ Entre estes, situam-se os professores Edgard Sussekind e José Paranhos Fontinelli, afastados de suas funções no Instituto de Educação durante a vigência do Estado Novo, conforme informações colhidas no Periódico *Arquivos do Instituto de Educação*. Instituto de Educação. Secretaria de Educação e Cultura. Distrito federal.2(3):50,jun.1950.

na sociedade o posto devido nessa cruzada em prol do progresso do Brasil(...)”. Nesse momento, segundo o que era apresentado, “a mocidade do Instituto não pode ficar inerte, sem tomar parte neste concerto patriótico”.⁵⁰ Cabe lembrar que tal idéia vai ao encontro da proposta educativa do Ministro Gustavo Capanema, que, em sua fala sobre o ensino secundário, afirma: “Ele deve ser um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da Pátria”.⁵¹

Como já foi assinalado, a revista *Instituto* apresentava-se como o Órgão Oficial da Sociedade Literária do Instituto de Educação, tendo como objetivo principal o de desenvolver o gosto pelas letras e atividades recreativas e sendo o diretor-responsável pela edição, o professor Julio Nogueira, catedrático de Literatura. Sob sua orientação, integravam a equipe de produção da revista os alunos da 6ª série de 1941⁵², assim distribuídos em suas funções: Secretária: Thilde Carthaxo Pereira; Redator-Chefe: Francisco P.F.Pessoa; Redatores: Oscar da Cunha Peixoto, Francisco L.C.Machado, Tasso Alves, Yedda Vaissié Navarro e colaboradores.

Segundo se pode perceber, os alunos que compunham a redação, em sua maioria, eram rapazes, aspecto importante a considerar na análise das mensagens veiculadas, já que se trata da ocupação de um espaço de poder. A partir dessa constatação, gostaríamos de partilhar algumas das inquietações que nos mobilizaram quando tivemos contato com o impresso que ora apresentamos. A primeira delas diz respeito ao fato de ter sido atribuída sua produção aos alunos, isto é, a um grupo de alunos, que estaria cursando a 6ª série. Ora, então caberia a primeira pergunta: por que escolher essa revista e não outra, cuja autoria fosse atribuída exclusivamente às alunas do curso normal?

Considerando-se que não havia, no Instituto de Educação, nenhuma publicação de natureza semelhante, no período que compreende o Estado

⁵⁰ Revista *Instituto*, 1941.

⁵¹ Cf. idéias expressas na “Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário” in Vandick Londres da Nóbrega. Enciclopédia da legislação do ensino. Rio de Janeiro, 1952, pp.311 a 314.

⁵² Segundo a organização do Curso de Formação de professores primários naquela época, a 6ª série correspondia ao chamado ciclo complementar.

Novo, vamos buscar, a título de caracterização do espaço-tempo vivido nos idos de 1941, elucidar algumas questões sobre o que era a 6ª série naquele momento e como estava organizado o curso normal. Valemo-nos para isso da reflexão de Sonia Lopes (2003,p.236) sobre o assunto: "De acordo com a referida legislação⁵³, o Instituto de Educação seria formado pelo conjunto das escolas secundária, primária e pré-primária, constituindo-se como um estabelecimento padrão para as pesquisas pedagógicas". Vale ainda observar que, por esse regulamento, o **2º ciclo** da escola secundária – chamado de complementar, tinha a duração de um ano e habilitava apenas ao curso de formação do professorado primário.

Tendo em vista a organização do ensino normal na época, essa série do ensino complementar correspondia ao 6ª ano, série integrante da escola secundária. Assim, como já foi assinalado anteriormente, na escola secundária do Instituto de Educação, o aluno receberia uma formação dividida em dois ciclos: O fundamental, de cinco anos e o complementar, de um ano. Concluídos os dois ciclos da escola secundária, passava-se ao Curso de Formação de Professores Primários (CFPP). Portanto, podemos nos referir àqueles jovens como futuros professores em potencial, pois poderiam vir a prosseguir seus estudos direcionados a formação para o magistério.

Cabe ressaltar, segundo as indicações presentes nos estudos já realizados sobre o tema, que há uma certa ambigüidade na organização do curso de formação para o magistério das séries iniciais, no período que compreende os anos de 1939 a 1942, no que se refere à organização do ensino e a orientação pedagógica promovida. Torna-se interessante observar que muitas das práticas renovadoras, conduzidas no período anterior, mesmo com o *silenciamento* da memória dos pioneiros, "enraizaram-se na cultura escolar do Instituto de Educação sendo reapropriadas e ressignificadas através de várias gerações de professores" (Lopes, 2003,p.38).

Com relação à freqüência do colégio, destacamos, que, somente em 1943⁵⁴ foi conferida uma nova organização ao curso de formação de

⁵³ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL *Leis, Decretos e Regulamentos municipais relativos ao sistema escolar do Distrito federal e sua administração vigente em 31.12.1939.*

⁵⁴ Legislação de reorganização do Ensino Normal expresso pelo decreto 7.941 de 25 de maio de 1943, em consequência da reforma feita no Ensino Secundário (decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942).

professores do Instituto de Educação, que passou então a ser limitado ao sexo feminino. Entretanto, na prática, o público alvo do curso normal, já na década anterior⁵⁵, era composto em sua quase totalidade por mulheres, o que pode ser observado em muitos dos artigos em questão, nos quais as prescrições destinavam-se às professoras, ou às normalistas, como sendo as principais interlocutoras do texto. Nesse sentido, o impresso que constituímos como fonte pode ser entendido como lugar em que se expressam representações da futura professora das séries iniciais no período analisado, ainda que estas estivessem sendo produzidas, também, por homens, muitos dos quais ocupando lugares hierarquicamente superiores.

Voltemos à organização da revista. À época de sua fundação, 22 de agosto de 1941, a sociedade literária englobava as atividades culturais, no campo da arte dramática, literatura e música. Conforme já indicamos, a revista, como seu principal veículo, tinha como objetivo noticiar os eventos culturais e pedagógicos e as ações praticadas no âmbito de formação daquela instituição escolar. Na mensagem de apresentação, observa-se a veiculação de um discurso que visa a promover uma idéia de unidade entre os alunos que integravam o Instituto, associando tradição e seriedade como traços significativos daquele espaço escolar e construindo uma representação discente que remete a uma idéia de distinção e seletividade:

Esta revista não é a primeira tentativa que se faz, portas adentro da antiga escola Normal, de tão respeitáveis tradições, e do suntuoso Instituto de hoje: é a última, porque será a definitiva. Ela viverá, dizemo-lo com a mais grata das convicções, porque aos colegas que nos sucederem transmitiremos este precioso legado intelectual, que há de ser o arquivo das atividades mentais da classe. Ela será a voz de **todo** este modelar estabelecimento, onde vimos formando o nosso espírito e será uma forma de coordenação das várias escolas que aqui se reúnem, porque **todas se aquecem ao calor do mesmo entusiasmo, do mesmo anelo, que é contribuir para elevar cada vez mais o lar espiritual em que vivemos como uma só família.** (1941,p.2) (grifos nossos).

⁵⁵ Sobre a face feminina da instituição, Diana Vidal (2001,p.37): “ A freqüência era quase que exclusivamente feminina, incentivada pelo Departamento de Educação. A restrição da matrícula masculina a 10./ do total de aprovados consta no artigo 60, do decreto 5.000, de 11/07/1934. Apesar de não ser formalmente vetada a matrícula aos rapazes, pode-se afirmar que, na prática, o público da escola normal era quase que exclusivamente feminino e, apesar de não ser formalmente vetado, caiu para um único registro o ingresso masculino, em 1935. No entanto esse rapaz abandonou a escola.”

Essa afirmação do “todo” por meio da unidade representativa das “várias escolas”, nos sugere a sintonia em relação ao projeto político do Estado Novo, no que diz respeito à questão da representação político-partidária e ao projeto de Nação. Nos dizeres de Ângela de Castro Gomes:

A construção da unidade nacional não comportava a existência de partidos ou facções que impediam a formação de um verdadeiro espírito nacional. O Estado Nacional propunha-se a articular um autêntico consenso moral e espiritual da nacionalidade. Assim, o individualismo e o partidismo liberais eram superados pela proposta globalizadora de uma unidade cultural que não esmagaria o homem. (1988, p.223) .

Ao longo dos 26 artigos que analisamos, são apresentadas temáticas que exaltam a Pátria (e a figura do então presidente Getúlio Vargas), a Família, o Instituto de Educação e a função docente, conforme observamos em vários textos, como por exemplo: *Palavras de Apresentação e de Fé, Getúlio Vargas, Culto à Pátria, O hino do Instituto de educação, A família e a defesa nacional, Às Normalistas, O dia da bandeira, A vocês, professorandos de 1941 e O dia do Mestre*. Heróis nacionais e figuras de expressão política em épocas passadas também são lembrados, como nos artigos: *Rui Barbosa em Haia e A gloriosa carreira de Manuel Luiz Osório*.

A ênfase nos fatos e nomes da História do Brasil e o estímulo ao espírito patriótico, revelam a importância desses elementos no período em questão, marcado por uma sociedade que vivenciava profundas transformações, entre as quais se situava, desde décadas anteriores, um processo de urbanização e industrialização crescente, com a afirmação das classes populares no cenário sócio-político. Nesse contexto, à educação escolar era atribuída um papel central, de conformação dos sujeitos nos quadros de um cenário social de modernização. O aspecto religioso também subsidia esse pensamento, pois, somente a ênfase num corpo doutrinário organizado, como fundamento da moral católica, poderia contribuir para que o jovem se firmasse na sociedade em bases apropriadas. Segundo esse entendimento, conforme explicitado pelo Centro Dom Vital⁵⁶, instituição central na articulação do pensamento católico,

⁵⁶ As sugestões do Centro Dom Vital versaram sobre os quesitos do inquérito Capanema sobre o Plano Nacional de Educação. Elas contêm artigos de Alceu Amoroso Lima (diretor do Centro), Everardo Backheuser (professor da escola Politécnica) e do padre Arlindo Vieira (Professor do Colégio Santo Inácio), dentre outros. Ver *Centro Dom Vital. Algumas sugestões do Centro Dom Vital ao Plano Nacional de Educação*. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais.

congregadora do laicato, “a construção da moral supõe a exaltação dos bons valores e exemplos existentes na nossa história”. Daí a importância dos grandes feitos e das figuras cívicas, destacadas em alguns dos artigos do *Instituto*, como bons cristãos, tementes a Deus, defensores da Pátria, dentre outros.

Conforme já destacado, o periódico ora analisado, apresentado como “o porta voz de um modelar estabelecimento”, estava sob a orientação de um docente da casa, o professor Julio Nogueira. É digno de nota, também, que um coronel do Exército fosse o responsável pela direção da instituição, naquele momento, o que nos leva a relativizar o entendimento acerca da “liberdade” de criação dos artigos apresentados no impresso e dos temas abordados. Assim é retratado o Cel. Arthur Rodrigues Tito, diretor do Instituto na época de publicação da revista, no livro sobre a História do Instituto de Educação⁵⁷:

Exerceu, com indiscutíveis vantagens para a coletividade: Secretário da Prefeitura de Niterói (1924); Diretor do Instituto de educação (1939-1942); Diretor do departamento de Instrução Primária (1949), Secretário geral de Educação e Cultura (interino, 1951). Conservou-se na direção do Instituto de educação de 26 de Julho de 1939 a 23 de março de 1942, e a sua gestão trouxe vantagens ao conceituado educandário(,,). Enérgico, mas afável, manteve uma disciplina louvável, sem usar métodos prussianos, e das alunas teve grande simpatia.(...) e não pode deixar de ser acentuado em uma época materializada, a sua qualidade de filho extremo. (Silveira, 1954, p.107):

Sob a direção de um coronel do Exército, o Instituto de Educação, sobretudo nos primeiros anos da década de 1940, era uma instituição onde se “respirava” civismo. Naquele período, a vinculação entre o Estado Novo e os discursos e práticas escolares passaram a se construir por meio de premissas que valorizavam o aspecto de unidade e da ordem, obtidas a partir da ênfase na tradição e na disciplina⁵⁸. Conforme essa perspectiva, a maneira de *ser-nacional* se efetivaria não somente pela “raça”,⁵⁹ mas pela ação, que

⁵⁷ Balthazar da Silveira, professor da escola secundária, escreveu o livro *História do Instituto de Educação*, publicado pelo Departamento de Educação, em 1954. O livro reporta-se à antiga Escola Normal da Corte, fundada em 1880, buscando reforçar as idéias de origem e da tradição. Tendo como foco as biografias dos diretores da instituição, procura desqualificar as tendências mais liberais em educação, dando ênfase aos valores ligados à ordem e a disciplina, como elementos fundamentais ao progresso do país.

⁵⁸ Cf. site do CPDOC/FGV. verbete Estado Novo, acessado em 22.03.2007

⁵⁹ Termo presente nos discursos que propagavam as ideais estadonovistas que buscavam reconstituir a unidade e a identidade do povo brasileiro.

desencadearia um “sadio tradicionalismo”⁶⁰ e o reencontro de uma cultura fundamental, que remontaria à idéia de origem.

Segundo esse entendimento, o papel da juventude⁶¹ e de sua educação adquiriria uma expressão singular no processo de formação do futuro cidadão, onde se desenvolveria o espírito da consciência, da responsabilidade e do compromisso com os interesses da Pátria e do povo. Assim, buscando o engajamento dos jovens às propostas do novo regime, identificamos que boa parte das recomendações e das prescrições encontradas ao longo das páginas da revista é direcionada à juventude, convocada para a organização do Brasil, por meio da promoção do sentimento de brasilidade, da fé cívica e do entusiasmo característico daquela fase da vida humana. É exemplar dessa constatação, o seguinte trecho extraído do artigo “Culto à Pátria”:

Não poderia deixar de integrar o primeiro número de Instituto, não pelo valor literário, mas pelo civismo, estas linhas que escrevo a fim de incrementar o culto à Pátria. Não desejava dizer “incrementar o culto à Pátria” porque ele não deve ser incrementado nem despertado, pois é um dever. É a Mãe pátria que nos dá tudo e nada nos pede. Diante de nós mesmos prometamos defendê-la com o mais ardoroso de nossos carinhos, com todas as nossas forças, nem que para isso seja preciso o sacrifício da própria vida, pois, o Brasil é digno do esforço de seus filhos porque se não é definitivamente forte em material o é moralmente. (*Instituto*, 1941, p.5)

Os discursos percebidos orientam-se para o entendimento de que, se a juventude não conhecer e privilegiar sua Pátria e seu passado, poderá se desvirtuar do bom caminho. A ênfase nesses valores constitui um traço característico dos textos que integram a edição da revista e se coadunam aos referenciais educativos propostos pelo regime do Estado Novo, veiculados em grande medida pelo D.I.P.⁶²

A ênfase na atuação docente modelar, associada à idéia da missão cívico-patriótica, se expressa em vários dos artigos analisados. Abaixo reproduzimos alguns trechos, o primeiro de autoria dos alunos responsáveis

⁶⁰ Cf. ideário propagado pelas publicações do D.I.P (Departamento de Imprensa e Propaganda), na década de 1940.

⁶¹ Em relação à mobilização da juventude e a constituição da nacionalidade, é digno de nota que a política varguista, tenha instituído em 1940 a *Juventude Brasileira*, corporação formada pela juventude escolar de todo o país, com a finalidade de prestar o culto à pátria. Cf. BOMENY, 1981.

⁶² Ver publicações do D.I.P. “Getúlio Vargas: para os escolares”; “A nova Geração em face do Estado Novo”; “O dever da juventude na organização nacional”; in *D.I.P. Estudos e Conferências*. Imprensa Nacional. 1940.

pela redação da revista, o segundo de autoria de um professor, revelando a similaridade dos enunciados e padrões de escrita:

Não ignoramos as dificuldades da jornada que hoje empreendemos; (...); mas uma **chama sagrada** nos acende o peito, neste momento de efervescência nacional. Numa época em que todos se organizam, em que todos ocupam na sociedade o posto devido nessa **cruzada em prol do progresso do Brasil**, a mocidade do Instituto não pode ficar inerte, sem tomar parte nesse **concerto patriótico**. (...) **Elevando seus pensamentos a Deus, para que tome sob sua altíssima proteção os esforços desses jovens, que só aspiram a grandeza do Brasil.** (ib,p.2)⁶³ (grifos nossos).

Confiantes em vossas próprias **forças morais**, prossegui sem desfalecimento na promissora estrada do porvir, vigilantes atentos, destemidos e conscientes. E seja o **hino da pátria gloriosa a oração singela**, comovidamente recitada em coro pelas novas gerações. **Bem unidas e fortes, lançando bem fundo, a sombra do lábaro sagrado, os alicerces indestrutíveis de um Brasil imortal.** (ib.p.10)⁶⁴ (grifos nossos)

Essas estratégias discursivas, que associavam o discurso cívico-militar às imagens religiosas, representavam um traço característico dos textos presentes nesta edição. As relações de proximidade entre o regime varguista, na época do Estado Novo e a Igreja Católica, conforme já indicado, podem contribuir para nossa compreensão da presença desses discursos em uma instituição pública de formação para o magistério.

2.3 Como é nobre educar!

Ao longo das páginas folheadas, delinea-se a imagem da professora, a quem se atribui um “apostolado cívico”, o qual não suporia recompensa de ordem material, mas espiritual: “É justamente a vocês, que está confiada a mais espinhosa jornada. Terão que vencer situações difíceis, mas não esmoreçam; ao contrário, que elas sirvam de estímulo ao prosseguimento da luta que será infinita. Desbravem esta mata imensa onde vivem, na escuridão do analfabetismo, as crianças que lhe serão confiadas.”⁶⁵

⁶³ Revista *Instituto*. “Palavras de Apresentação e de Fé”.

⁶⁴ Revista *Instituto*. “A família e a defesa nacional”.

⁶⁵ Revista *Instituto*. “A vocês, professorandos de 1941” p.21.

Observa-se a utilização da metáfora das luzes e o foco na atuação da professora primária e em sua tarefa árdua, que implica em doação e abnegação, tendo como principal “missão”, a formação de cidadãos para a Pátria. É interessante ressaltar, como vários estudos já vêm apresentando, que essa significação da função docente, mais especificamente da docência no ensino primário, associada a um sentido de sacerdócio disseminada em tempos de ditadura estadonovista, não se limita de modo algum, a esta temporalidade⁶⁶. Apresenta, ao contrário, um aspecto de permanência muito acentuado na sociedade brasileira, remontando a ação jesuítica no cenário da colonização portuguesa. No entanto, no cenário político em questão, adquire colorações particulares que merecem análise.

É ilustrativo o artigo intitulado “O Dia do Mestre”, de autoria de uma aluna, que, apesar da flexão no masculino⁶⁷, tem como o foco principal homenagear as professoras do ensino primário, conforme explicitado no trecho que ora reproduziremos, em função de percebermos nele traços indicativos das representações da professora naquele período:

Esta Festa é uma **homenagem às professoras** e foi preparada pelas alunas da quinta série, em colaboração com os representantes das outras turmas. Depois de uma salva de palmas, cantamos o Hino Nacional.(...) D. Orminda Marques, a mais antiga no Instituto, dentre as professoras presentes, foi convidada a ler a “**Oração da Mestra**”, o que fez com muita emoção. Cantamos a “**Saudação às mestras**” e, a seguir, uma comissão de alunos de cada turma ia buscar sua professora e a levava ao palco, onde a representante recebia um ramo de flores e um exemplar da “**Oração da Mestra**”; em seguida, abraçava-a em nome das alunas. Isso era acompanhado de uma salva de palmas. A seguir, foram oferecidas flores às professoras de Prática de Ensino, que também foram nossas mestras. Para terminar, D. Zilah, comovida, agradeceu em nome das professoras, a manifestação a elas prestadas, dizendo que nos consideremos abraçadas carinhosamente por nossas professoras. **Desfilamos cantando “Brasil Unido”. E, assim, passou-se o grande “Dia do Mestre” no colégio primário do Instituto de Educação.** (ib, p.40) (grifos nossos)

A questão do civismo relacionada à importância da instituição familiar também se faz presente em nos artigos publicados, como esse de autoria do

⁶⁶ Ressaltamos também que o sentido missionário atribuído ao magistério remonta ao contexto da Contra-Reforma e, mais especificamente no caso da sociedade brasileira, às práticas da educação jesuítica. Ver a esse respeito análise de Guacira Louro (1997) e Eliane Marta T. Lopes (1998).

⁶⁷ Característica comum, pois, na escrita, há uma tendência em se flexionar a palavra no masculino.

professor de Sociologia e Educação Moral e Cívica, Celso Kelly, com o sugestivo título: “A família e a defesa Nacional”:

A **defesa nacional** cabe fundamentalmente ao **Estado**, que a exerce, dentre outras instituições, através das forças armadas e da escola. As forças armadas corporificam a autoridade, são o elemento permanente de defesa e de preservação da ordem. A **escola** é o elemento construtor dessa ordem e o fator por excelência de **formação moral e cívica**. A essas duas instituições de maior importância, cabe portanto a função precípua do Estado: conservar-se. Deve ser chamada a contribuir a **família**. Sua ação social, particularmente no campo educativo, transcende de muito a esfera que tradicionalmente lhe atribuem. **A família, educada no sentido da responsabilidade e da lealdade patriótica, é o elemento de maior eficiência para a cooperação com o Estado.** Assume, por isso, importância excepcional a formação cívica das famílias. Não basta a ação da escola sobre a criança ou de certas instituições sobre certos indivíduos: é indispensável considerar a ação da família. (ib.p.9) (grifos nossos)

Percebe-se, no trecho acima, que o mesmo se coadunava com as determinações da Constituição de 1937⁶⁸ sobre o ensino obrigatório da educação cívica⁶⁹ nas escolas primárias, normais e secundárias. Nesse sentido, elabora-se, em 1941, o Programa de Educação Cívica, que faz claras referências à família como agência de formação a ser integrada ao discurso escolar. Fazem parte do programa os seguintes temas: “A família brasileira – núcleo da sociedade brasileira; A situação do adolescente na família. Direitos e deveres; A família e a escola – sua cooperação para um fim comum: a educação”.

Em alguma medida, no que diz respeito à família como instituição a ser agenciada, tarefa que se coloca no horizonte de outras importantes instituições sociais, como o Estado, a Igreja e a Escola, ressaltamos que, ainda que pesem os interesses de cada instância sobre esse “agenciamento”, tais interesses, mesmo que tensionados, parecem convergir para o seguinte ponto: a família é uma instituição que precisa e deve ser educada. Conforme Ana Magaldi, em sua reflexão sobre as relações entre Estado, Escola e Família nos debates educacionais das décadas de 1920 e 1930:

⁶⁸ Art.131. A educação física, o ensino cívico e os trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência.

⁶⁹ Cf. Programa de Educação Cívica. Departamento de Educação Nacionalista -Secretaria Geral de Educação e Cultura, 07 de maio de 1941.

Com vistas a transformar a família em uma agência civilizadora sintonizada com os desígnios da modernização educacional, procurava-se, por exemplo, através das lições cotidianamente dirigidas aos alunos nas escolas, adentrar suas casas e famílias, orientando atitudes e modelando comportamentos.

(2003, p.218)

Nesse sentido, o Instituto de Educação revela-se um locus privilegiado para a veiculação dessas idéias, ao sediar a formação da juventude que sairia apta para lecionar no ensino primário, ou seja, seria responsável pela educação das crianças, o “futuro do país”, pois, conforme já mencionado, o discurso estadonovista conferia grande importância à criança, ao jovem, ao futuro.

Cabe ressaltar, entretanto, que esses referenciais de formação do cidadão e de promoção da pátria já estão presentes desde os primeiros tempos do Brasil republicano, conforme idéias presentes em diversos estudos, como o de Carlos Monarcha (1999), sobre a formação docente em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. É digno de nota, porém, que tais ideais são ressignificados e atualizados, assumindo contornos bastante acentuados num contexto ditatorial, de nacionalismo exaltado.

Se considerarmos o exercício profissional docente, e ainda o fato de ter o professorado feição majoritariamente feminina, seriam também as professoras, mães-educadoras, potencialmente responsáveis pela formação dos futuros cidadãos, tanto na dimensão privada quanto na esfera pública. Convém lembrar que o Instituto de Educação, naquele momento, é a única instituição pública de formação para o Magistério no Distrito Federal, quadro que só viria a ser alterado com a inauguração da Escola Normal Carmela Dutra, em 1949⁷⁰.

Com relação aos textos publicados na revista, gostaríamos de destacar que os mesmos são, em grande medida, apropriações realizadas pelos próprios alunos, professores e demais colaboradores, de valores disseminados naquele período. No entanto, observa-se que o regime estadonovista também se faz ouvir de forma direta em *Instituto*, por meio de um artigo elaborado pelo D.I.P, que exalta a figura do então Presidente da República, Getúlio Vargas, o que é um aspecto digno de nota. Citado como amigo e patrono da juventude

⁷⁰ No início dos anos 1960 foram criadas as demais Escolas Normais no Rio de Janeiro, conf. SCHAEFFEL (1999).

brasileira, o discurso de Vargas tem na juventude um de seus grandes focos, conforme se expressa em sua própria fala: "Todo o nosso esforço tem de ser dirigido no sentido de educar a mocidade e prepará-la para nosso futuro" (*Instituto, 1941,p.3*). É da seguinte forma que o presidente é apresentado na publicação:" O Brasil hoje é um país próspero e certo de sua missão histórica, porque tem a sua frente um chefe lúcido, inflexível e fortalecido por sentimentos energéticos de patriotismo" (ib. p.5).

A partir dos referenciais encontrados em Foucault (1993), compreendemos que são as práticas sociais atravessadas por relações de poder que favorecem a veiculação de determinados tipos de discursos, possibilitando a emergência de temas específicos em detrimento de outros. Tal contexto engendra o campo do saber no qual os sujeitos elaboram conceitos e selecionam estratégias de ação. Assim, segundo esse entendimento, podemos inferir que os lugares sociais que os sujeitos ocupam, contribuem para (ou dificultam) suas possibilidades de ação.

É interessante assinalar, segundo essa linha de raciocínio, que dois professores responsáveis pela cadeira de Moral e Cívica, tenham quatro artigos publicados na revista, conforme se pode constatar na análise do quadro sinóptico e, ainda que, no corpo docente da instituição, houvesse um equilíbrio entre homens e mulheres⁷¹, a maior parte dos artigos é composta pela autoria de professores, e não professoras, assim como nos cargos de gestão da Instituição, a predominância é masculina, pelo menos até o período da publicação da revista que ora analisamos.⁷²

Destacamos, ainda, que um dos professores e colaboradores da revista, Theobaldo Recife, é o autor do Hino do Instituto de Educação, cuja letra foi vencedora em concurso promovido naquele ano, quando "zelosamente empenhado em seu intento", o diretor do Instituto mandou abrir concurso de poesia, circunscrito aos professores do Instituto. No artigo "No Instituto de Educação", sobre a premiação no concurso, o professor se dirige aos redatores de *Instituto*, ampliando sua mensagem para os alunos do colégio:

⁷¹ Cf.LOPES (2003)

⁷² Ressalta-se ainda que a direção do periódico estava sob a responsabilidade de um professor, Júlio Nogueira, e não de uma professora.

(...) São palavras que meu coração ditou quando o pensamento se voltava para essa plêiade magnífica de jovens estudiosos, esforçados e conscientes, futuros professores, colaboradores preciosos que hão de ser, do aperfeiçoamento espiritual e moral do Brasil de amanhã. Numa época torturada de lamentáveis competições mesquinhas, aplausos merecem, calorosos, os moços que, como vós, procuram deixar por onde passam, um traço fundo de seu valor mental. Prossegui corajosos na jornada que encetais, seguros de que não vos faltarão o amparo e as bênçãos benéficas do supremo Senhor dos destinos humanos.(...) Quando em nossas aulas de Moral e Cívica, alongo por vezes o meu olhar em torno, parece-me enxergar de perto, impetuosa onda de sentimentos que se avoluma(...).Oh, a Esperança, mensageira gentil das religiões do além, plenipotenciária da fé, enviada por Deus aos peregrinos da Terra para que mais leve se lhes torne a pesada aspérrima jornada (...)

(*Instituto*, 1941,p.9)

O que se observa, na análise desse trecho, é um discurso uníssono que se expressa pelas temáticas abordadas, pela repetição de palavras destinadas a evocar a idéia do sacrifício, da “pesada aspérrima jornada” que seria a prática do magistério em meio “uma época torturada por lamentáveis competições”, revelando o caráter de intencionalidade em colaboração com a idéia de educação escolar posta na direção dos objetivos nacionais de ordem, segurança e disciplina.

O texto intitulado “Dia da Bandeira”, de autoria dos alunos que integravam a equipe de redação, descreve a cerimônia de celebração cívica, indicando não somente a apropriação dos discursos já mencionados, produzidos a partir de diferentes instâncias de poder – tanto do próprio regime varguista, quanto da instituição escolar-, como também a presença física de representantes da esfera pública que ocupavam cargos de destaque no cenário político no Distrito Federal, e de instituições que reforçavam ideologicamente a política do governo. Este é o caso da Liga da Defesa Nacional, cujo presidente estava presente na celebração realizada no Instituto de Educação, organizada pelas alunas do Centro Cívico Benjamin Constant⁷³, conforme trecho que descrevemos a seguir:

⁷³ A inauguração do Centro Cívico Benjamin Constant, em 1940, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, contou com a presença do próprio presidente Getúlio Vargas. A existência de centros cívicos escolares era característica do momento, sendo estes, inclusive, citados no programa de Educação Física produzido pelo Departamento de Educação Nacionalista, em maio de 1941(p.6): “As aulas de Educação Cívica deverão ser articuladas com as atividades dos centros cívicos, que pelo seu âmbito, poderão oferecer oportunidades reais de expressão e fixação de atitudes e sentimentos cívicos.”

Homenageando a bandeira do Brasil, símbolo sagrado desta terra, abençoada por Deus, sentimos em nosso peito, pulsar mais fortemente um desejo intenso e sincero de elevar até os píncaros da glória esta Pátria que tanto adoramos. Com a presença do Cel. Pio Borges, digno Secretário Geral de Educação e Cultura, Cel. Arthur Rodrigues Tito, ilustre diretor deste educandário, figuras de destaque do governo, professores e alunos, além de numerosa assistência(,,,) Sejam pois, otimistas e confiantes quanto aos destinos de nossa Pátria, porque nascemos para uma prosperidade incalculável e saberemos, quando preciso defender esse patrimônio sagrado, com que a Providência, nos seus altos desígnios nos quis dotar. Prosseguiu a solenidade com a entrega de algumas bandeiras brasileiras confeccionadas pelas alunas do centro Cívico Benjamin Constant à Liga de Defesa Nacional (...) (Instituto, p.14) .

O posicionamento dos alunos, pelo menos dos alunos integrantes da equipe de redação da revista, é de apoio às políticas implementadas pelo poder do Estado naquele período, bem como de crítica àqueles “maus brasileiros”, que levam “calúnia sobre sua Pátria e seu governo”, conforme explicitado no seguinte trecho:

Não poderia deixar de integrar o primeiro número de INSTITUTO, não pelo valor literário mas pelo civismo, esta linha que escrevo a fim de incrementar o culto à Pátria. Não desejava dizer incrementar, pois é um dever.(...) Não façamos como aqueles maus brasileiros que negam a sua Pátria, o progresso, o bom viver, levando covardemente além de nossas fronteiras, mentiras e calúnias comprometedoras, pois quem nega sua Pátria, também o faz quanto à sua religião, à sua família e a si próprio(...) E a nós queridos colegas, futuros educadores que seremos, caberá a difícil tarefa de formar espíritos, utilizando-nos a massa plástica que é a juventude , para com ela esculpirmos o Brasil de Amanhã. (ib.p.6)⁷⁴

Dos artigos que analisamos, pudemos identificar a autoria dos alunos(as) da instituição, em grande parte deles. No entanto, convém ressaltar conforme nos recomenda Foucault, em suas reflexões sobre *O que é um autor* (2001, p.268): “Na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever: não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem: trata-se da abertura de um sujeito que escreve e não pára de desaparecer”. Tal afirmação contribui para a nossa reflexão e traduz-se na seguinte indagação “Que importa quem fala?” Se essa perspectiva do apagamento ou o desaparecimento do autor já se mostra conhecida e considerada pela crítica e pela filosofia, o que se faz necessário é “descobrir, como lugar presente e obrigatório, os locais onde sua função é exercida” (id. p.264).

⁷⁴ Revista *Instituto*, 1941, “Culto à Pátria”.

Segundo essa perspectiva, o autor não seria nem o responsável nem o proprietário de seus textos. Entretanto, seu nome funcionaria para caracterizar um modo de ser do discurso, ou seja, para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer que isso foi escrito por tal pessoa, indica que se possa atribuir crédito, valor a determinada palavra. “Uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve em uma dada cultura, receber um determinado status”. (id.p.274). A função-autor, assim entendida é uma característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento dos discursos promovidos no interior da sociedade.

Isso não quer dizer que o fato de identificarmos a autoria dos textos na revista não tenha nenhum valor. O que nos interessa, é relativizar esse entendimento e privilegiar, à luz dos referenciais apresentados, as práticas de apropriação dos discursos, presentes nos textos e as representações da docência que neles se expressam.

Cabe destaque o texto intitulado, “A vocês professorandos de 1941”, uma espécie de despedida dirigida aos formandos daquele ano, que encerra elementos que nos possibilitaram identificar certas representações. Estas evocavam a idéia do resgate do indivíduo e de redenção social via educação, características da formação escolar daquela época, que privilegiava o presente como um tempo de preparação para o futuro. Ressaltamos, ainda, no trecho abaixo o teor do discurso que evoca a unidade institucional e privilegia a dimensão do coletivo, com foco no momento político pelo qual o Brasil, e o mundo, atravessavam:

Como é nobre educar!... Como é Nobre instruir..!
Vocês, professorandos de 1941, dentro em pouco terão a responsabilidade do futuro do Brasil. Quão difícil é a tarefa que irão enfrentar... Só os fortes poderão vencer... Só os fortes, porque só eles, poderão lutar. Sejam heróis, desbravem esta mata imensa onde vivem, na escuridão do analfabetismo, as crianças que lhe serão confiadas! Caminhem com elas e, com a foice do saber, desfaçam os obstáculos, desvendem os mistérios, indiquem-nas o caminho certo a seguir. Procedam assim e serão heróis! Dos atuais professores, dos pais de família, das companhias, das pequenas coisas, depende o futuro da nossa Pátria. Lancem o olhar, por vezes, ao caminho percorrido e vejam, no trecho civilizado, os seus mestres do Instituto de Educação. São eles, exemplos frizantes e inesquecíveis de justiça, consciência, bondade e perseverança, que nunca devem abandonar um mestre. (...) Só assim, conseguirão vencer; e, como vencedores, terão cumprido fielmente seu dever para com a Pátria. (ib, p.21)

Ainda que a maioria dos textos desse teor esteja direcionada ou contemple a atuação da professora primária, algumas expressões flexionam-se no masculino, fato que parece indicar um estilo de escrita próprio da equipe de redação, conforme já mencionado, composta em sua maioria, por alunos. Entretanto, reforçamos a idéia de que os conteúdos das mensagens são destinados de modo muito especial à professora. Interessante é observar que a maior parte dos artigos publicados pelo corpo discente, quando não de responsabilidade da equipe de redação, era de alunas, traduzindo, em alguma medida, aquela ambiência escolar. No entanto, apesar dessas vozes também se fazerem ouvir, os lugares de poder ocupados no âmbito da revista Instituto respondem marcadamente a um recorte de gênero, indicando um sentido rígido de hierarquia, aspecto também sintonizado com o projeto estadonovista.⁷⁵

Retomando-se o conteúdo dos artigos, observa-se, de modo geral, o reforço da idéia de salvação do país pela educação, do presente como um tempo de preparo para o futuro, traço que adquire importância fundamental no processo de representações acerca da docência, que atribui ao exercício do magistério uma dimensão heróica e uma aura religiosa que “libertaria das trevas do analfabetismo os homens de amanhã”.

Cabe ressaltar que a dimensão redentora da sociedade pelo viés educativo, encontra-se no horizonte dos debates das décadas de 1920 e 1930, conforme já especificado em vários trabalhos⁷⁶ que se propuseram a investigar o espaço-tempo do Instituto de Educação do Distrito Federal, traduzido como a obra-síntese da renovação educacional. Lugar de inserção de novas metodologias direcionadas à formação docente, dos saberes pedagógicos que se nutriam das áreas da saúde e da psicologia, transcendendo o aspecto médico-higienista do início do século e privilegiando o laboratório como fonte de experimentação e prática, tornava-se o Instituto, na década de 1930, espaço singular de formação para o magistério, propício para a viabilização da proposta pedagógica renovada.

⁷⁵ Cf. SCHAWRTZMAN, BOMENY (2001), sobre o Estatuto da Família, no qual se expressa uma visão da família também marcada pelo sentido hierárquico bem definido de seus componentes.

⁷⁶ Cf. os trabalhos já apresentados no primeiro capítulo.

Na concepção dos renovadores, as escolas de formação de professores, deveriam ser centros de estudos, ensaios e pesquisa pedagógica e a própria organização das outras escolas, como o Jardim de Infância, por exemplo, deveria se constituir como um ambiente natural para demonstração, experimentação e prática do ensino. Objetivando identificar aspectos de permanência, de continuidade no que se refere à formação docente no Instituto, e tentando lançar um foco sobre a dimensão profissional da professora, sobre sua formação técnica e científica, destacamos os trechos do artigo intitulado “O filho único no Jardim de Infância”, de autoria da diretora do Jardim de Infância do Instituto de Educação, prof^a Celina Nina, que expressa o que vimos argumentando:

No nosso Jardim, o número de filhos únicos não tem sido pequeno e, parece mesmo aumentar de ano para ano. Vejamos a esmo alguns dados estatísticos. Em 8 anos de prática do jardim de Infância no Instituto de Educação, encontramos, sempre, uma proporção de mais ou menos 25 % de filhos únicos. (...) E podemos bem observar como é árdua e espinhosa a tarefa de adaptação desse pequeno ser solitário. Cada jardineira, diante do filho único ainda mais que diante das outras crianças, deve estudar cuidadosamente sua psicologia individual, de modo que o integre ao novo meio, sem choques ou desilusões que possam criar recalques ou complexos, de tão graves conseqüências futuras. (ib,p.11).

Observa-se o recurso a outros campos do saber, como a estatística e a prática da observação embasada em uma perspectiva psicológica, viabilizando a elaboração de um procedimento técnico-instrumental, fator de excelência da pedagogia renovada. O que pode sugerir que, mesmo com o *enfraquecimento da memória* dos pioneiros da Educação Nova, as práticas pedagógicas promovidas no Instituto, no que diz respeito à educação da infância, ainda aproximavam-se, em alguma medida, de concepções da educação renovada, como nos foi possível identificar neste artigo que integra a edição da revista.

A seguir, reproduzimos um trecho de uma ex-aluna, formada na década de 1940⁷⁷, a fim de que possamos entrecruzar a informação contida na revista *Instituto* com as experiências vivenciadas e apropriadas por uma *futura professora* daquela época, acerca da dimensão experimental do curso:

⁷⁷ Cf. LOPES (2003): A presente citação foi extraída de um depoimento de uma ex-aluna Marion Villas Boas Sá Rego, que entrou para a escola secundária do Instituto de Educação no início de 1938 e formou-se em 1944.

Eu nunca esqueci como se lava a vela de um filtro, aprendi no curso de Higiene. E, Física, aprendi a consertar tomadas. Nada era divorciado da realidade. Posso dizer que o curso normal me deu muita segurança...Agora, eu tive uma sorte enorme, porque fui logo trabalhar no Instituto de Educação, onde sempre se fez pesquisa, sempre se estudou muito. A coordenadora pedagógica da escola primária estudava com a gente, observava nossas aulas, ou seja, continuava-se a fazer um trabalho de aperfeiçoamento do professor.(2003,p.267).

Segundo estudos de Lopes (2003,p.240-241), entre 1939 e 1942, a estrutura curricular do Curso de Formação de Professores primário (CFPP), sofre poucas alterações em seu conteúdo, mesmo com a extinção da Escola de Professores, em 1939. Uma das alterações diz respeito ao acréscimo do canto orfeônico à disciplina Educação Musical, muito valorizada naquele momento. Tal inclusão era justificada pela utilidade do canto e da música como fatores educativos, mas também pelo fato de seu ensino, enquanto meio de formação moral e intelectual, ser uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povo. Reproduzimos, a seguir, um trecho do depoimento da ex-aluna Marion, anteriormente citada, que explicita a dimensão formativa da época que ora estamos enfocando:

Havia muitas festas cívicas no Instituto na minha época de aluna, mas a maior de todas era a parada da raça, realizada no campo do Vasco, Ideologicamente a gente não estava nem aí, mas era muito bonito, quando nós cantávamos regidos pelo Maestro Villa lobos. Aquela época como você deve saber, era o auge do nacionalismo. (id, p.250)

Cabe destaque a figura do maestro Villa-Lobos, para quem era preciso: “aproveitar o sortilégio da música como um fator de cultura e de civismo, reintegrá-lo na própria vida e na consciência nacional”⁷⁸. A obra musical de Villa-Lobos, ainda que ancorada em referenciais modernos, sintonizou-se plenamente ao projeto político de Vargas, cujo discurso nacionalista apoiava-se em estratégias que privilegiavam a dimensão coletiva e o caráter de unidade de um grupo⁷⁹. Apesar de forte conteúdo cívico, a proposta da educação musical no Instituto de Educação aproxima-se, também, da dimensão renovadora e civilizadora da educação, conforme explicitado no seguinte texto:

⁷⁸ VILLA-LOBOS, H. *A música nacionalista no governo Vargas*, publicado pelo D.I.P, possivelmente em 1940, apresenta o programa de Canto Orfeônico desenvolvido nas escolas públicas, que se apóia na noção de disciplina, na educação cívica e na educação artística.

⁷⁹ Cf. D'ÁVILA (2006)

A Pedagogia moderna em seu crescente desenvolvimento, alcançou em nossos dias, um progresso patenteado na adoção de métodos e processos, que até então eram considerados inócuos ou inúteis. Hoje, o educador acompanha a evolução da inteligência humana, orientando-a num sentido mais real e mais exato. Foi em 1932, que um idealista⁸⁰ e dinâmico realizador, possuidor de uma fé e um acendrado amor à causa da arte musical, se propôs a contribuir com seu contingente técnico na obra de alicerçar o edifício da renovação nos processos educacionais no Brasil. (*Instituto*, 1941, p.16)

O artigo intitulado “Panorama do ensino da música na concepção moderna de educação”, de autoria do maestro José Vieira Brandão, responsável pelo ensino da disciplina, nos fornece elementos indicativos da relação da educação musical por meio do canto orfeônico, contida na proposta pedagógica de Villa-Lobos, para quem a música proporciona um poder de sugestão e compreensão da disciplina coletiva, traduzindo-se em um importante instrumento de formação cívica:

Entre a complexidade dos problemas do plano educacional da Escola Moderna, destaca-se a educação musical, como fator preponderante e ativo na formação de uma mentalidade sadia e vigorosa, auxiliando e completando o equilíbrio das faculdades espirituais do homem atual. A educação musical implantada nas escolas municipais do Distrito federal, foi orientada pelo Maestro Villa-Lobos, com a finalidade de desenvolver a consciência cívica dos escolares. O ensino do canto orfeônico, é, pois um elemento disciplinizador da vontade, que unifica temperamentos, exalta os indiferentes e detém o excesso dos exaltados. Graças ao auxílio do governo e a compreensão de pais e alunos, vem se cumprindo o programa de educação cívico-musical e da educação artística em favor da formação cultural das gerações novas. (*ib*, p.16)

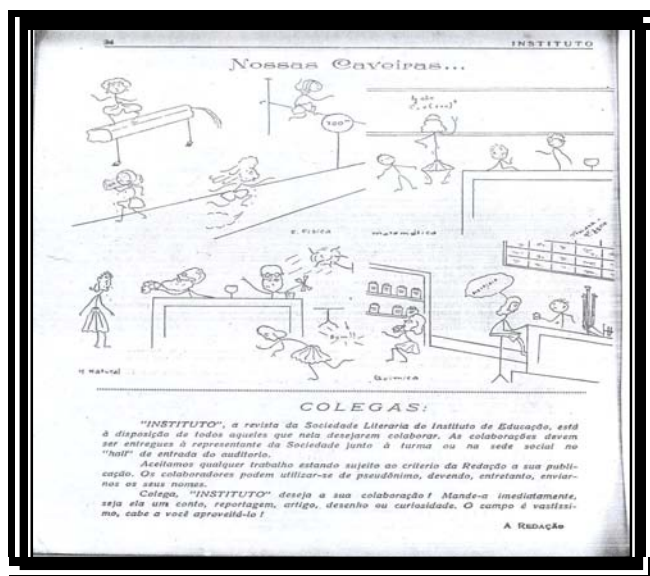
Parece-nos, assim, que a ênfase nos aspectos culturais promovidos no Instituto de Educação, naquele momento, embasava-se em um programa estético-pedagógico de educação da juventude, o qual se ligava a uma proposta geral de formação, ainda que com aproximações de viés renovador, concebidas como um instrumento político do governo nacionalista e autoritário. Em outras expressões artísticas, como o teatro, por exemplo, esse ideário também se nota, conforme observamos em algumas das representações realizadas naquele ano no Instituto, como, por exemplo, o artigo sobre a peça *Marília de Dirceu*, de caráter histórico, cujo tema era a Inconfidência Mineira. Cabe ressaltar, segundo nota da edição, que os artistas do espetáculo, eram todos oriundos do curso de formação do professorado primário e, em sua grande maioria, moças.

⁸⁰ O autor se refere a orientação do maestro Villa-Lobos no processo de implantação da educação musical nas escolas municipais do Distrito Federal.

Acentuando ainda mais o caráter nacionalista do período, destaca-se uma nota sobre a apresentação da peça *Santos Dumont*, como parte integrante das comemorações sobre a “Semana da Asa” que teve na platéia o Ministro da Aeronáutica. É digno de nota, o público externo à audiência das peças revelando a presença de instâncias políticas e militares nos acontecimentos culturais promovidos pela instituição, conforme a seguinte citação:

Em prosseguimento, tivemos, durante a comemoração da “Semana da Asa”, a peça em dois atos, de autoria da nossa distinta colega Marina de Carvalho, que soube reunir de modo agradável e pitoresco os fatos mais interessantes da vida do imortal brasileiro Santos Dumont. Foi, igualmente, um espetáculo que agradou plenamente ao seletto auditório, pois teve a presenciá-lo S.Excia o Ministro da Aeronáutica e altas autoridades. Além disso, as alunas que a representaram tiveram ocasião de demonstrar o quanto são capazes de produzir em matéria de representação, porque proporcionaram a assistência momentos de inesquecível prazer. (ib, p.18)

Ao longo da revista, identificamos um “toque de leveza”, como elemento estratégico do caráter oficial da publicação. Na parte destinada ao entretenimento e lazer, há várias referências bem-humoradas à vida das normalistas na escola, que pretendem “suavizar” o ar um tanto formal e grave do teor das mensagens que, em sua maioria, conforme vimos observando, se traduzem em prescrições de dimensões cívica e moralizante. Na imagem que destacamos, é possível identificar a forma como o autor da charge apresenta sua visão do dia-a-dia da futura professora, como por exemplo, nas aulas de educação física, laboratório e prática de ensino. Nesses momentos, as situações retratadas se reportavam ao intenso ritmo de estudo e trabalho ao qual eram submetidas as normalistas.



Convém relativizarmos essa aparente postura despreziosa por parte dos alunos. É bom lembrar que a organização e a conseqüente seleção dos textos estava sob a orientação de um professor que, obviamente, se orientava pelos preceitos político-educacionais daquele período, mediando assim as relações tema-texto-escritor.

Com relação aos textos assinados por pseudônimos, observamos, pelos assuntos tratados e pela forma de se colocar em relação a práticas promovidas naquele espaço escolar, traços constitutivos de uma escrita, o que nos levou a ampliar o número de artigos cuja autoria poderia ser atribuída às alunas. Outros elementos contribuíram para nossa reflexão, como o fato de alguns dos concursos promovidos pela Sociedade Literária, e que são veiculados na revista, terem como condição para participação, o envio de textos com o uso de pseudônimo. Realiza-se no ano de publicação do impresso o evento *Concurso de Contos*, que se relaciona a um dos aspectos fundamentais da revista, indicando talvez o maior sentido da mesma, enquanto órgão oficial da sociedade literária, que seria o de promover a produção de textos por parte dos alunos, objetivando, segundo os dizeres de seus organizadores (ib.p.19): “revelar os verdadeiros valores existentes entre nós, pois, os pequenos escritores de hoje serão os grandes literatos de amanhã.”

Reproduzimos, a seguir, as condições de participação no Concurso, por entendermos conter importantes informações que nos auxiliam na compreensão sobre a autoria dos textos e as condições de sua produção:

Concurso de Contos.

Além do concurso de Charadas e Problemas, ao qual já nos referimos em outro local, “Instituto” proporciona a seus inúmeros leitores uma ótima oportunidade para se revelarem. Assim é que se apresenta aos alunos deste educandário um grande Concurso de Contos. Nele poderão tomar parte todos os alunos que o desejarem, bastando para isso enviar-nos, até o dia 20 de abril do ano em curso, um conto que poderá abordar qualquer assunto, desde que esteja enquadrado na mais pura moral.(...) Só entrarão em concursos os trabalhos que satisfizerem as seguintes condições: Os autores deverão usar pseudônimo, sendo necessário, porém enviar-nos um envelope à parte devidamente preenchido. (ib.p.13)

Tal fato nos levou a relativizar o entendimento sobre essa prática de escrita, pois esse dispositivo poderia estar funcionando em grande medida como um critério de seleção, objetivando talvez, uma maior lisura no processo

de escolha. Dentre os aspectos que destacamos nesse concurso está a referência a uma nova edição da revista, pois, é apresentado, como um dos fatores de premiação a publicação dos contos vencedores no *Instituto*, o qual, conforme já explicitamos, teve apenas uma única edição. Tal fato indica ter a revista, em sua origem, a idéia de ter continuidade como uma publicação periódica.

Identificamos várias vezes, ao longo dos textos, o uso de certas estratégias de controle e condução da leitura, que dizem respeito ao aspecto da pontuação e indícios de oralidade. Observa-se uma narrativa característica que busca evocar um leitor específico, objetivando estabelecer uma relação de proximidade e de influência sobre o mesmo, conforme os constantes chamados já presentes nos títulos dos textos, como por exemplo: **A você bacharelado, Às Normalistas, A vocês professorandos de 1941.**

Os sinais ortográficos de exclamação e reticências também são estratégias de escrita recorrentes na maioria dos textos, indicando um caráter de oralidade-intimista, de ler silenciosamente o que está sendo dito em voz alta (Chartier, 2002), conforme podemos constatar em passagens como essas, dos artigos intitulados “A Você, bacharelado” e “Instituto de Educação”:

Sim! Era a saudade da minha festa... Quanta recordação! ... Quanta saudade!... Você, bacharelado, que hoje goza toda essa felicidade também não está livre da saudade. Que os próximos anos sejam para você os mais fáceis de serem vencidos e, que dentro de três anos possa ingressar na vida pública do país, onde terá a difícil tarefa de educar, instruir e modelar o Brasil de amanhã. (ib.p.7)

A primeira vez que o vi foi numa noite chuvosa... Aos poucos, porém meus olhos foram notando a beleza sóbria e imponente daquele edifício. Mas que conjunto admirável tem esse prédio!... Quanta coisa parece dizer!... Que pena que o vento não me deixe ouvir! (ib.p.12)

Nas páginas finais da revista, há uma exortação, por parte da equipe de redação, para que as alunas participem e contribuam com seus escritos, fato que nos remete novamente à idéia de futuras publicações (ib.p.34): “Colega, “INSTITUTO” deseja a sua colaboração! Mande-a imediatamente seja ela um conto, reportagem, artigo, desenho ou curiosidade. O campo é vastíssimo, cabe a você aproveitá-lo.”

Reforçando a intenção de uma futura publicação, constatarmos na publicação dessa revista, a referência a três Concursos com premiações: o de

Contos, de Problemas (para o ensino primário), de Charadas e Problemas (aberto a todos), o que nos parece indicar o empenho, por parte de seus organizadores, para uma participação cada vez maior dos demais alunos e, em especial, das alunas.

Conforme mencionamos no capítulo anterior, interessa-nos também identificar desvios, traços de escrita que revelem vozes em dissonância em relação às idéias massivamente expressas ao longo dos textos. Sobressai, nesse sentido, uma carta, ao que parece de caráter fictício, endereçada ao irmão militar, convocado para o campo de batalha, pela jovem que assina sob o pseudônimo de “Sertaneja”, confidenciando: “Irmão de minh’alma, sei que não devia falar assim; sei que o meu dever é estar como muitas mães e irmãs a se vangloriar aparentemente pela partida heróica do “patriota”. (id.p.22). O teor da carta sugere uma crítica aos procedimentos militares de guerra e procura desmistificar o sentido atribuído à honra e à coragem de servir ao país no campo de batalha.

Com relação ao grau de mobilidade dos sujeitos na produção dos textos, achamos oportuno trazer para essa discussão o pensamento de Certeau (1994) que, em sua reflexão, promove uma distinção entre estratégias e táticas, considerando os lugares de ação ocupados pelos sujeitos. Nesse sentido, enquanto a estratégia “postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se pode gerir as relações”, a tática ao contrário, ocupa um “não-lugar”, é o “movimento dentro do campo de visão do inimigo” em suma é a arte do fraco, o que de alguma maneira lhe possibilita um certo grau de mobilidade. Segundo o antropólogo Gilberto Velho (1994, p.103), um projeto “é o resultado de uma deliberação consciente a partir de circunstâncias, do *campo de possibilidades* em que está inserido o sujeito” Logo, é preciso reconhecer as limitações e concessões que precisam ser negociadas pelos sujeitos envolvidos nas *lutas de representações* que caracterizam determinados espaços-tempo históricos.

Feitas essas considerações, podemos compreender a revista *Instituto*, como suporte privilegiado de transmissão de um ideário, inserido em um projeto político-educacional que, denotando um sentido de estratégia, promove uma ação que contribui para o processo de internalização de práticas e discursos de formação docente inscritos no ambiente político do Estado Novo.

Percebemos, através da leitura dos artigos, dispositivos de controle que se propagam nas superfícies discursivas materializadas na revista e que partem de diferentes sujeitos enunciativos. Cabe destacar, entretanto, que, tendo em vista o número reduzido de professores e alunos que nela são citados, e considerando-se sua única edição⁸¹, não se pode afirmar que todo o corpo docente e discente do Instituto de Educação naquele momento estivesse engajado com as propostas de formação que exaltavam o caráter cívico-nacionalista da política varguista. E nem o foco excessivo nos artigos da revista em aspectos ligados à dimensão cívica e patriótica podem nos levar a considerar que a unidade em torno de tal ideário realmente existisse.

O reforço dessas idéias podem estar indicando o quanto era necessário o controle e a disciplinarização das práticas educativas naquele espaço-tempo, sendo possível inferir que uma importante função dessa revista tenha sido a de produção e veiculação de um discurso específico que reforçasse os valores e os sentimentos nacionais na juventude escolar e conscientizasse a futura professora do ensino primário, do seu compromisso e dever para com o país. Em suma, o conjunto de enunciados identificados na maior parte dos textos cumpre uma função formativa, e assumindo um tom prescritivo, contribui para acentuar certos atributos considerados necessários ao exercício do magistério, ligados ao caráter redentor e missionário. A dimensão profissional, fundamentada pelos aspectos técnico-científicos da função docente, parece ser relegada a um plano secundário, pelo menos no que se pode perceber na maioria dos artigos analisados nesta revista.

⁸¹ Com relação à identificação de vozes em dissonância naquele período, lembramos que, até o ano de 1948, não foi publicado no Instituto de Educação, nenhum outro tipo de revista escolar, com a qual pudéssemos estabelecer um contraponto. Para melhor compreensão sobre as posições contrárias ao discurso corrente naquele período, seriam necessários outros caminhos investigativos, que extrapolariam a dimensão de nossa pesquisa.

Capítulo 3

As professoras que nós seremos...

O magistério é um sacerdócio; é retirar das trevas do analfabetismo os homens de amanhã, formando-lhes o caráter, influenciando no que eles possam ser mais tarde. Ser professora é sacrificar-se em prol da infância; é ter nas mãos o destino da Pátria, é instruir é educar.⁸²

A citação que inicia este capítulo nos pareceu emblemática para prosseguirmos em nossa discussão sobre as representações da futura professora. No trecho selecionado, extraído da edição de abertura da revista *Normalista*, em 1948, a primeira publicação a circular após a edição de *Instituto*, a autora, uma aluna do curso normal, demonstra, na construção de sua escrita, traços que indicam relações de continuidade e permanência dos discursos sobre o magistério, tradicionalmente atribuídos ao sentido missionário, conforme já destacado no capítulo anterior, o que nos leva a afirmar que este primeiro exemplar da revista *Normalista* parece dar o tom do que viriam a ser as edições subseqüentes, demonstrando guardar estreitas relações com a revista anterior, *Instituto*.

Mas será que esses traços aparecerão com tanto destaque em todas as publicações? Quais as vozes que serão identificadas ao longo das revistas que compreendem os anos entre 1948 e 1953? Parece-nos, pelo *corpus* documental ao qual tivemos acesso, que teremos um maior número de elementos para problematizarmos essas questões, para além do que supõe o discurso naturalizado do magistério como sacerdócio e sacrifício.

A seguir, apresentaremos o quadro sinóptico da revista⁸³, para procedermos a nossa reflexão, orientada pelas questões já apontadas.

⁸² Revista *Normalista*, 1948 “Mensagem às novas Normalistas”.

⁸³ Com relação à questão da autoria dos textos, foi utilizado o mesmo procedimento adotado na análise da revista *Instituto*.

Normalista/1948	1. "Normalista"	Profº Jacques Raimundo
	2. Solidão	(?)
	3. Mensagem às novas normalistas	Aluna Jussara Guaraciaba
	4. Por que serei professora?	Aluna Daysi Mary Mendes
	5. Castro Alves	Suzana Elizabeth (?)
	6. Música	Célia Faria (?)
	7. Aspectos do Brasil	Suzana Elizabeth (?)
	8. Literatura: Deus e a natureza	Profº Astério de Campos
	9. A Palavra do professor : Educação	ProfªIva Waisberg Bonow
	10. Riam colegas, não se paga imposto.	Mendes Fradique Jr
	11. No mundo das normalistas	Redação da revista
	12. Teatro	Célia Faria (?)
	13. Saúde: "Os Olhos"	Dr. Barbosa da Luz Oculista do Serviço de Saúde do Instituto de Educação
	14. Christo Regnati a. Apresentação b. no poço de Jacó; c. Tribuna Missionária- Vida Escolar d. Se você for chamada a construir um lar.	a. Redação da revista b. Heler (?) c. D. Jaime de Barros Câmara d. Pd.Álvaro Negromente
	15. A pedagogia em face do elemento feminino	Aspirante Aviador Vandir Nogueira.
	16. A excursão à Universidade Rural	Redação da revista.
Normalista/1949	17. Levamos Saudades Colegas	Aluna Helena Machado Quilula
	18. Queria ser um gatinho	Aluna Helena Xavier
	19. Literatura	Profº Astério de Campos
	20. Executantes Musicais	Cristina Fazer (?)
	21. Nossas Caveiras	Aluna
	22. Retrospectivas do ano findo	Redação da Revista
	23. Orações (À l' enfant Jesus)	(?)
	24. Artigo nº 2	Aluna Victoria Amélia
	25. Norma, Lili & Cia	Aluna
	26. A moda e as normalistas	Aluna
	27. A normalista em prova parcial	Aluna
	28. Vivendo e aprendendo	(?)
	28. Saúde e educação	Luiz C.S.Dutra - Estudante de Medicina
Normalista/1950	29. Para a Normalista	Redação da revista
	30. Eta vidinha Boa	Aluna
	31. M.A.B informa	Aluna
	32. Colegial	J.G. de Araújo Jorge
	33. Literatura	Aluna Mª Aparecida Galhanone
	34. Notas históricas sobre teatro	(?)
	35. A ilha de Rachel	Aluna Mª José de Araújo
	36. Páginas Escolhidas de Ruy Barbosa	Redação da Revista
	37. Instituto de educação	Aluna Diva Ferreira
	38. Importância da Espeleologia	Profº Carlos Cantão
	39. Anjinho "O filhote do amigo da Onça".	Aluna "Therezinha"
	40. Quero Saber	Aluna Helena Xavier
	41. A uma colega que partiu	Aluna
	42. Na Berlinda	Mendes Fradique Jr. (?)
	43. Injustiça paterna	Carlos Ramos (?)
	44. Crise de Maridos	Alberto Conrado (?)
	45. Garotas do Instituto	Aluna
Normalista/1951	46. Norma Lili & Cia	Aluna
	47. Congresso Infanto-juvenil de escritores	Aluna Floresilla.
	49. Arte Moderna	Aluna Mª Helena Figueiredo
	50. Reportagens de "anormalista"	João de Minas (?).
	51. "Azul e Branco"	Aluna

	52. É mais ou menos assim	Aluna M ^a Lucia Cozzolino
	53. Sociais	Redação da revista
	54. Um presente barato e valioso	Aluna M ^a Alice de Lucas
	55. Veneza, rainha do Adriático	Prof ^o Carlos Marie Cantão
	56. Porque não estudam nossas alunas	Prof ^o José Teófilo
	57. Caxias	Aluno Jackson Guedes- C.Militar
	58. Música	Aluna Ítala Bella
	59. Gil Vicente	Aluna A Guimarães
	60. "Escreve Ferdy Leew, com exclusividade para <i>Normalista</i> ".	Ferdy Leew
	61. Há quem fale da nossa geração	Aluna M ^a Helena Figueiredo
Normalista/1952	62. Escute Colega	Aluna Marly Mascarenhas
	63. Grêmio Cultural Ruy Barbosa	Redação da Revista
	64. Diretoria da Revista "Normalista"	Redação da Revista
	65. As professoras que nós seremos	Aluna Maria Alice de Lucas
	66. Ruy Barbosa	Aluna Clélia B. Pereira
	67. Uma simples homenagem a uma alma simples	Aluna
	68. Colégio Militar	Cadete Edson Monnerat
	69. Espírito nacional	Aluno Jackson Guedes- Col.Militar
	70. O Sonho da Normalista	Aluna. Heloisa M ^a C. da Silva
	71. Os grandes colaboradores do grêmio Ruy Barbosa	Aluna M ^a Alice de Lucas
	72. Leia isto, por favor!	Redação da Revista
	73. Uma página de diário	Aluna Euse do Nascimento
	74. Ser normalista	Aluna Myrthes de A. Valle
	75. O maravilhoso poder da leitura	Aluna M ^a Alice de Lucas
	76. O cinema Nacional	Aluna Ítala Bella Coslowsky
	77. A dança do Fogo	Aluna Myrthe de A. Valle
	78. Colegas!	Aluna Consuelo de M. Garcia
Normalista/1953	79. O que vai pelo Instituto	Redação da revista
	80. Haverá tantos vadios assim	Prof ^o José Teófilo
	81. Apenas um começo	Aluna Gilda Maria
	82. A História	Prof ^o Veiga Cabral
	83. Estudo das relações Sociais	Prof. Delgado de Carvalho
	84. Falando de Música	Aluna Arcy Mello
	85. O humanismo e o sentido unitário da vida	Prof ^a Virgínia Cortes de Lacerda
	86. Primavera	Aluna Vilma Coutinho
	87. Com amor e ironia	Aluna Sonia Maria
	88. Do que a normalista gosta e não gosta	Aluna
	89. O muito que ficou	Aluna Diva Maria
	90. As veteranas	Aluna Any Morais
	91. Laboratório de Matemática	Prof ^o P.Caldas
	92. Impressões de um baile azul e branco.	Aluna Sarah Pinheiro da Silva

3.1 Para a Normalista.

Observamos, a partir desse levantamento inicial, que grande parte dos artigos direcionados às normalistas é de autoria das próprias alunas do Instituto, sendo elas as responsáveis pelos textos que consideramos mais emblemáticos acerca de suas representações enquanto futuras educadoras. Cabe destacar que o primeiro traço característico e comum que identificamos na análise do material, levou-nos a constatação de que, nesse periódico, as vozes da normalista se fizeram ouvir com maior nitidez e assumiram uma maior expressão. Observa-se, também, um deslocamento em relação às hierarquias rígidas observadas na revista anterior, sendo ainda interessante destacar que o caráter feminino assumido oficialmente pela instituição pode nos fazer compreender a ampliação da participação das alunas na revista. Também não se pode esquecer que, no período de publicação da mesma, configurava-se um cenário em que a mulher ocupava, de modo crescente, espaços na esfera pública.

Os artigos, conforme percebemos no quadro sinóptico, são, em grande parte, elaborado pelas alunas, mas também contavam com a participação de professores e outros colaboradores. As publicações continham, em média, 15 artigos, alguns dos quais distribuídos em seções: como as colunas de cultura e saúde. Destacam-se, nas edições do final da década de 1940, os desenhos ilustrativos de alguns artigos e charges sobre a vida escolar das alunas do curso normal:



Revista Normalista, 1948



Revista Normalista, 1949

No que se refere às capas das revistas, que, em razão de seu mau estado de conservação, não pudemos reproduzir, identificamos, nas três primeiras edições, referências recorrentes à figura da normalista e ao prédio do Instituto de Educação. A ênfase nesses dois elementos, sempre articulados, nos remete à idéia de unidade e seletividade daquele grupo, o que se pode constatar, por exemplo, na própria escolha dos nomes das revistas com as quais estamos trabalhando: *Instituto* e *Normalista*. Nas palavras de apresentação da revista *Normalista*, identificamos uma melhor expressão da idéia que estamos desenvolvendo:

As alunas do Instituto de Educação, sem que se argua diferença entre cursos, o fundamental e o normal, agrupam-se fraternalmente, cerrando fileiras, para levarem a cabo o que de há muito ideavam: _ terem um órgão próprio, publicarem uma revista. No Instituto todas são iguais ou são uma só, se todas aspiram a um mesmo e só destino. (...)”O nome que se prefere, prova o empenho de se patentear que, aspirando-se a um só e mesmo destino, todas são uma só e cada um adverte e estima de espírito o coração da outra.(Normalista, 1948,p.2)

Tal estratégia discursiva contribui, a nosso ver, para a transmissão da idéia de que apenas a grafia daquelas duas palavras, *Instituto* e *Normalista*, seria por si só suficiente para designar todo o universo de significados compartilhados por um grupo social específico, se considerarmos a força simbólica que suas imagens evocavam, conforme Roger Chartier:

O “mundo do texto” é um mundo de objetos e de performances cujos dispositivos e regras permitem e restringem a produção do sentido. Deve considerar paralelamente que “o mundo do leitor” é sempre aquele da “comunidade de interpretação” à qual ele pertence e que é definida por um mesmo conjunto de competências, de normas, de usos e de interesses. (2003, p.258)

Cabe ressaltar, ainda, que, ao avançarmos na leitura das revistas, percebemos traços característicos nos textos, que nos remetem ao todo da instituição, o que indica uma permanência nesse tipo de enunciado, como se os diferentes cursos ali oferecidos dessem voz a uma só escola, cujo principal porta-voz estaria representado pelas alunas do curso normal. É recorrente a idéia de distinção, traço característico no processo de construção da identidade coletiva de um determinado grupo. Nessa direção argumentativa, afirmamos, assim como Guacira Louro:

Torna-se difícil pensar sobre a escola sem que se considere, articuladamente todos os dispositivos, arranjos, técnicas ou procedimentos e sem que se perceba como agem sobre todos os sujeitos e, em especial sobre estudantes e mestres, Para construí-los dessa forma – para dar a esses sujeitos o sentido de pertencimento à instituição – ela terá de distingui-los dos outros, daqueles que estão fora de seus muros. (1997, p.91).

O processo de ingresso ao Instituto de Educação envolvia um complexo ritual seletivo, no qual as provas, principalmente as de matemática eram cercadas de grande temor. É ilustrativo o seguinte trecho, extraído da primeira edição da revista, que faz uma alusão à dimensão do desejo em pertencer àquele espaço de formação e à dura trajetória das jovens moças para o ingresso na instituição:

A você coleguinha que, durante os anos anteriores ao seu ingresso neste educandário, seguia com os olhos admirados as normalistas que se cruzavam nas ruas, achando que ficaria muito bem dentro daquele uniforme (...) Você venceu. Submeteu-se ao muito famoso concurso de admissão; passou em Matemática (imaginem: em M-A-T-E-M-Á-T-I-C-A!) enfrentou as bancas orais tremendo de medo, mas... a sensação, ao ter seu nome entre as candidatas aprovadas, valeu por tudo. Indescritível não é verdade? Se no final das contas conseguiu usar o nosso uniforme com a “lagartixa no pulso foi porque estudou; mereceu, portanto a recompensa suprema: tornar-se aluna do Instituto! (1948, p.3)

Voltemos a tratar da organização da revista. *Normalista* é apresentada como órgão das alunas do Instituto de Educação, veículo das atividades do Grêmio Cultural Rui Barbosa, que se dedica a divulgar as atividades de caráter acadêmico e cultural promovidas no Instituto. É digna de nota a importância dos grêmios nos espaços educativos naquele período, cuja ação recaía sobre as atividades culturais, tendo como suportes privilegiados de expressão os impressos e, em particular, as revistas escolares.

A equipe de elaboração da revista, nos dois primeiros anos (1948 e 1949), não se altera, sendo composta por uma Orientadora - prof^a Carmen Alonso e as alunas que se distribuíam nos cargos de Diretoras: Aidil Costa e Ruth Lucena; Redatora Chefe: Jussara Guaraciaba; ilustradoras: Maria Therezinha Freitas e Nely Araújo e Diretora de Publicidade: Iza Nóbrega. Conforme se observa, ao contrário da revista *Instituto*, a equipe de *Normalista* é composta apenas por mulheres, alunas do curso normal, que se distribuem em funções diferenciadas, com enfoques específicos, possuindo, como na revista anterior, um docente responsável por sua orientação, neste caso, uma professora.

Nas edições de 1948 e 1949, as notas de agradecimento se fazem presentes, revelando as relações de parceria que viabilizaram as condições para a publicação das revistas e a realização de atividades extraclasse, prática escolar comum naquela instituição e elemento integrante do processo de formação pedagógica e profissional daquelas alunas, conforme se expressa no trecho da equipe de redação sobre a excursão à Universidade Rural:

O programa das excursões organizadas pelo nosso incansável Professor Sussekind de Mendonça, encerrou o Mês de maio último com um passeio que deixou “água na boca” das alunas.(...) De trem até Campo Grande, fomos inspecionando os lugares onde, se as Metodologias permitirem, serviremos brevemente como professoras(...) Continuando a visita, percorremos, na medida do possível, quase todas as dependências da Universidade: O ginásio, o confortável cinema, os gabinetes de Química, Física, Botânica, Fito-Patologia, Zoologia e Sericultura . Interessante também é a notável semelhança entre a fachada principal da Universidade e o nosso Instituto. Modernamente instalados todos os edifícios, tem pátios internos lindamente ajardinados, onde há pequenos lagos e bonitos repuxos. (1948, p.40)

Tal citação nos fornece elementos importantes para pensarmos as relações estabelecidas com outras instâncias de formação acadêmica. Cabe ressaltar a observação contida na fala das futuras professoras com relação aos bairros longínquos do Rio de Janeiro, em que provavelmente exerceriam a docência no magistério público⁸⁴, após o término do curso Normal. Também é digna de nota a referência à arquitetura do prédio da universidade visitada, igualmente marcada pelo estilo neocolonial, o que indica familiaridade das alunas com a dimensão da cultura material do Instituto e sinaliza a importância conferida ao tema.

O artigo é encerrado com uma observação em relação à urgente necessidade de engenheiros agrônomos e veterinários em nosso país, revelando o aspecto educativo dessa atividade em uma perspectiva mais ampliada, privilegiando, também, a promoção da consciência crítica no processo de formação das futuras professoras:

Independentemente da ótima impressão que nos deixou, esta visita levou-nos a fazer o seguinte reparo: num país que tanto carece de desenvolver sua agricultura e onde se concentra uma Universidade Rural tão extensa e bem aparelhada é lastimável o pequeno número de alunos (200 ao todo). O Brasil precisa de agrônomos e veterinários; no entanto concluímos que a mocidade ignora esse fato... (ib., p.40)

⁸⁴ Até 1968, as alunas formadas pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro ingressavam nos cargos do magistério público diretamente.

Conforme já mencionamos, as notas de agradecimentos a órgãos e instituições que viabilizavam esses tipos de atividades são extensas, como a que reproduzimos a seguir, o que revela a presença de outras entidades culturais que participavam do processo de formação das futuras professoras:

Como órgão das alunas do Instituto de Educação, "Normalista" cumpre o dever de agradecer a cooperação que tem prestado às atividades extra-classe as seguintes instituições: Adido cultural da embaixada francesa, Adido Cultural da Embaixada Norte-Americana, Enciclopédia Britânica Filmes, Instituto Nacional do Cinema Educativo e Serviço de Cinema de Cinema do Departamento de Difusão Cultural da Prefeitura do Distrito Federal pela cessão de filmes culturais. Diretório Acadêmico da Escola nacional de Belas Artes, Diretoria do Museu Histórico Nacional, Diretoria do Aéreo Clube do Brasil, Diretoria de Transportes da Prefeitura do Distrito federal, Fábrica Bhering, "Coca-Cola S/A do Brasil" "Fábrica Peixe" – por auxílios prestados às excursões de Ciências Naturais.(ib., p.19)

Pode-se perceber, pela extensa lista de colaboradores e a natureza de suas atividades, que as práticas educativas extraclasse permaneceram como importantes elementos de formação daquelas jovens, o que nos leva a afirmar, conforme Sonia Lopes (2003), que muitas das práticas renovadoras enraizaram-se na cultura escolar do Instituto de Educação, sendo reapropriadas e ressignificadas através de várias gerações de professores.

Destacam-se, também, os agradecimentos à direção do Instituto, na época representada pelo Profº Djalma Regis Bittencourt: "pelo apoio moral e material com que tem prestigiado a iniciativa das alunas desta casa" (*Normalista*, 1949, p.17). Por outro lado, as homenagens a altas figuras do cenário político também se fazem presentes, naquele momento, no espaço escolar da instituição, o que nos leva a atribuir um sentido formativo a esses tipos de práticas na preparação das professoras, principalmente daquelas que iriam exercer a docência na rede pública de ensino. Seleccionamos o seguinte trecho extraído do artigo "Retrospectivas do Ano Findo", para a observação desse aspecto, sendo digno de nota que os cargos de Presidente da República e de Prefeito do Distrito Federal fossem, então, ocupados por dois generais do exército e, cabendo ainda destacar o fato de que um dos professores do Instituto de Educação ocupasse a pasta da Secretaria de Educação e Cultura:

O Instituto de Educação teve a grata honra de recepcionar no ano passado, dois visitantes ilustres: O Exmo.Sr. Gal. Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República e o Exmo.Sr. Gal. Ângelo Mendes de Moraes, prefeito do Distrito

Federal (...).Compareceram, integrando a comitiva, diversas altas autoridades municipais, especialmente do setor educacional, tendo à frente o Exmo.sr. Secretário de Educação e Cultura, Profº Clóvis Monteiro, a quem os alunos desse Instituto se sentem duplamente ligados: pelo cargo público que ocupa e pela dignidade de ser um dos professores do nosso querido Instituto.

(Normalista, 1950, p. 23)

Como se pode observar, as relações entre o cenário político e a vida da escola continuavam bastante estreitas. Com relação à permanência das orientações escolanovistas, identificamos um artigo de autoria da profª Iva Bosnow da cadeira de psicologia, intitulado “Educação”, que integra a seção *A palavra do professor*, nos dando uma mostra da presença desses referenciais na instituição, no final da década de 1940:

O nosso século, a par de outras importantíssimas transformações assistiu ao aparecimento de uma nova Filosofia da Educação influenciada predominantemente, pelas conquistas científicas na Biologia, Psicologia e Sociologia, e, a qual recebeu o nome de “Escola Nova”. Melhor seria dizer Escola renovada. Este movimento foi geral, isto é, comum a vários países e consiste numa profunda revisão e reestruturação dos objetivos, métodos e princípios da educação, portanto a utilização de novos meios e a demarcação de novos fins. (*Normalista*, 1948, p.16).

Cabe ressaltar o histórico da profª Iva, aluna da primeira turma formada pela Escola de Professores na década de 1930, e professora da instituição, a partir do início dos anos 1940. Sua trajetória como normalista abrange o período de concepção do Instituto, enquanto lócus referencial do movimento da educação renovada, tendo ela também vivenciado o momento político posterior, caracterizado pelo viés autoritário, ao qual a professora se refere como “a longa noite de confusão”.⁸⁵ Destacamos as indicações contidas no trabalho de Sonia Lopes, que nos possibilitam um melhor entendimento acerca desse período:

O período mediado entre 1945 e 1960 é quase sempre identificado como a fase áurea da formação docente no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, constatando-se nessa época uma verdadeira efervescência cultural com o reaparecimento das edições dos Arquivos, a revista de alunas *Normalista* e uma efetiva atuação do Grêmio Ruy Barbosa orquestrando atividades culturais como cinema e teatro(...) O otimismo em relação ao regime democrático que ora se instalava no país justificava essas esperanças, levando a acreditar num retorno aos tempos iniciais em que seria possível imprimir um caráter científico e democrático no curso de formação de professores. (2003, p.278)

⁸⁵ Cf. Arquivos, II (1), dez/1945, p.94. Para aprofundar esse assunto ver livro de Sônia Maria Castro Nogueira Lopes(2006).

Conforme já indicado em vários estudos, as mudanças na legislação, observadas na década de 1940⁸⁶, contribuíram para o esvaziamento do caráter profissionalizante da formação do professorado primário, princípio tão caro aos reformadores da década de 1930. As reformas empreendidas tenderiam a marcar um caráter mais enciclopédico na formação para o magistério, ainda que cada vez mais superficial e pulverizado pelo aumento quantitativo das disciplinas oferecidas no curso normal, que passou a ser organizado em três séries. Com as alterações implementadas com a Lei Orgânica do Ensino Normal⁸⁷, observou-se uma valorização, no currículo, das disciplinas humanísticas, indicando a secundarização do caráter profissional do curso de formação de professores do ensino primário, na direção oposta a que se propunha o projeto do reformador Anísio Teixeira, que enfatizava o aspecto profissional e científico do curso.

As críticas, por parte de alguns professores, dirigidas a essas mudanças foram muitas, principalmente por aqueles que participaram do movimento renovador na década anterior, como é o caso da prof^a Iva, conforme podemos observar, em trecho extraído de seu discurso proferido no Teatro Municipal, como paraninfa das professorandas de 1949:

A maioria de vós ainda não pode cristalizar uma consciência pública e profissional do quilate que o exercício do magistério primário exige. Porque fostes sobrecarregadas de erudição, neurotizadas pela competição por notas (...) Se o curso normal pretende realmente formar professores primários, é necessário que se dê uma orientação prática, ativa e experimental.⁸⁸

Cabe lembrar que, no momento em que a professora Iva proferia essas palavras, a sociedade brasileira já não mais vivia sob a ditadura do Estado Novo. Após a deposição de Vargas, em 1945, tem início no país um período de redemocratização, que marca também a chegada ao poder do General Eurico

⁸⁶ Cf. Reforma do Ensino Secundário(1942); Reorganização do Ensino Normal (1943); Lei Orgânica do Ensino Normal (1946).

⁸⁷ Decreto Lei nº 8.530 de 02.01.1946, implementado no Instituto de Educação somente em 1947. O curso normal, no qual se passou a ingressar após o ginásio deveria ser feito em três séries, a primeira destinada a completar os estudos iniciados no curso ginasial e as outras referentes às disciplinas específicas do magistério. Pela Lei Orgânica do Ensino Normal, o primeiro ciclo da antiga escola secundária, agora denominado ginásio, teria a duração de 4 anos e o curso normal passa a ter a duração de 3 anos. Anteriormente, no Instituto, a organização escolar era a seguinte: 5 anos, correspondentes ao 1º ciclo do curso secundário, seguidos de 1 ano, correspondente ao 2º ciclo, após o qual teriam início os dois anos de magistério.

⁸⁸ Cf. Arquivos do Instituto de Educação, 1950, p.67-71

Dutra, um dos principais articuladores do golpe de 1937 e Ministro da Guerra do Estado Novo. A escolha de seu nome remetia diretamente à força dos militares, sobretudo o Exército, interessado em descomprometer-se com a ditadura⁸⁹. Ainda que esse novo governo estivesse respaldado em uma eleição direta, e se encontrasse em curso um processo de restabelecimento das instituições democráticas, é digno de nota que a sustentação política do governo foi possibilitada por uma aliança de base conservadora⁹⁰, aspecto que nos possibilita compreender a forte dose de autoritarismo que marcou o governo Dutra, sendo este um dos aspectos que podem ser percebidos como de continuidade em relação ao governo anterior.

Entretanto, os ares no Instituto dão sinais de renovação. Os *Arquivos do Instituto de Educação*, anuário oficial da instituição, voltam a ser publicados em 1945, após oito anos de interrupção, por iniciativa do então diretor Francisco Venâncio Filho, um dos professores que “sobreviveram à longa noite de confusão”. É digno de nota que a edição dos *Arquivos*, naquele ano, fosse especialmente dedicada à figura de Fernando Azevedo e ao trabalho dos pioneiros na grande obra da renovação educacional que teve lugar naquele espaço privilegiado de formação docente.

Com a nova organização curricular, foi proposta a exclusão da disciplina Educação Cívica, que se integraria às matérias de História e Geografia, revelando uma relação de descontinuidade com o momento político anterior, mas também indicando marcas de continuidade, conforme palavras do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, por ocasião da reforma: “não havia

⁸⁹ Cf. notas sobre o declínio do Estado Novo, cpdoc.fgv./verbete Dutra, p.3, acessado em 23/3/2007: ‘A posição de Dutra ao longo de todo o processo foi clara: procurar obter o máximo de poder e prestígio para a corporação militar brasileira em troca do alinhamento (incontornável) com os aliados, ou, mais concretamente com os Estados Unidos. Reforçado o poder das forças armadas - agora com conotação oposta à do processo de instauração do Estado Novo -, o ministro da Guerra, situado no vértice da pirâmide hierárquica militar, iria atravessar ileso o processo de desmonte e de ajuste de contas com o regime, sem propor um deslocamento do eixo de alianças sociais e políticas, como fez Getúlio’.

⁹⁰ Conforme estudos de GOMES(1988), na ocasião da candidatura de Dutra, o acerto da composição PSD/PTB (partidos “criaturas” de Vargas) foi reafirmado, tendo sido a influência de Getúlio Vargas fundamental no processo presidencial que elegeu o general. Em seu tradicional discurso de 1º de maio, no estádio de futebol de São Januário, no Rio, Vargas afirmou que a candidatura de Dutra merecia a confiança da nação e que ela já reunia “a maioria das forças políticas” nacionais. Entretanto, após a eleição de Dutra, em 1946, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) encontrava-se conturbado e cindido. Configura-se, então, a aliança entre o PSD (Partido Social Democrático) representando as novas elites políticas e a UDN (União Democrática Nacional), cabe ressaltar que muitos dos intelectuais católicos ingressaram na UDN, na sua ala mais liberal, enquanto outros prestaram seu apoio ao pequeno Partido Democrata Cristão.

necessidade de se incluir educação cívica na educação geral, pois, as matérias que formam o espírito do cidadão e do patriota serão ensinadas na Geografia e na História do Brasil”.⁹¹

Nas reformas curriculares vivenciadas no Instituto, as disciplinas ligadas à área de saúde, já presentes na proposta dos reformadores⁹², ganham um maior destaque, revelando um traço de permanência na formação da professora das séries iniciais, no que diz respeito aos aspectos do cuidado e da formação de hábitos de higiene. Nesse novo quadro, a importância maior conferida a uma disciplina como Higiene e Puericultura, que contava, inclusive, com grande carga horária, chegou a provocar a seguinte observação de Fernando de Azevedo: “(...) em matéria de higiene, não se fica sabendo se as escolas normais se destinarão a formar professoras primárias ou a preparar enfermeiras”.⁹³

Alguns artigos expressos nas colunas sobre saúde⁹⁴ ilustram bem as relações estabelecidas com essa área, como, por exemplo, o intitulado “Saúde e Educação”, de autoria de um colaborador, estudante da Faculdade Nacional de Medicina, revelando uma aproximação entre as instituições formativas para o magistério e da área de saúde, bem como o intercâmbio de idéias entre o Instituto de Educação e aquela instituição de ensino, conforme o seguinte trecho:

A saúde e a educação são companheiras inseparáveis. Onde uma não existe, a outra acaba por desaparecer. O indivíduo doente não tem e nem pode ter disposição para estudar. Não podemos nem exigir-lhe que proceda bem com seus semelhantes, uma vez que a doença o torna irascível e mal-educado. Juntos irmanados num mesmo propósito, devemos nós, futuros médicos e futuras professoras, assumir o compromisso solene de manter sempre acesa a chama de nossos ideais. (1949, p.32)

Com relação a essa coluna sobre saúde, destacamos que sua importância pode ser medida pelo fato de ter sido uma das únicas que se

⁹¹ Cf. LOPES, 2003, p.61.

⁹² Cf. D'ÁVILA, 2006.

⁹³ Fernando Azevedo, sobre a reorganização do ensino normal no país. Arquivo Lourenço Filho. CPDOC/FGV.LF e 36.11.21

⁹⁴ Sobre a aproximação entre as áreas da educação e saúde, é importante nos referirmos, também, à criação em 1930, do Ministério da Educação e Saúde, que assim permanece até 1953, quando então passa a se chamar Ministério da Educação e Cultura (MEC1953-1981).

repetem ao longo de quase todas as publicações, o que não ocorre, por exemplo, com a seção religiosa ou com a coluna “A Palavra do professor”, que chamaram nossa atenção, de modo particular. Acreditamos que o lugar ocupado por essa seção sinaliza para a valorização crescente da ciência, em tempos de modernização da vida social.

Conforme percebemos, ao avançarmos na leitura dos artigos, a maioria das mensagens são direcionadas à futura professora, seja na dimensão acadêmico-cultural, seja na dimensão profissional, como se pode observar nos artigos intitulados: “Normalista”, “Mensagem às novas normalistas”, “Por que serei Professora”, “No mundo da Normalista”, “A pedagogia em face do elemento feminino”, “A repórter Normalista”, “Levamos Saudades Colegas”, “Christo Regnati” e “Artigo nº2”.

É no entrelaçamento dos discursos constitutivos das representações relativas à atividade docente, que podemos perceber a permanência da ênfase nas recomendações e prescrições de orientação católica, direcionadas à formação da normalista. É ilustrativo desta argumentação o seguinte trecho, do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, então arcebispo da cidade do Rio de Janeiro, professor de metodologia do ensino do catecismo e colaborador de *Normalista*, o que é, por si só, digno de nota:

Realmente, o futuro de nossa pátria, e a felicidade de nosso futuro, está dependente, em grande parte, da orientação que a mocidade receber neste momento. Eis porque inimigos da Igreja e da Pátria porfiam em ganhar a juventude de hoje. (...) Oh! por que erradamente supondes que a mocidade é toda mais ou menos fraca? Olhai a da Ação Católica, a nossa Juventude Universitária (...) todos enfim que pelejam sob o lábaro do Cristo Rei, pertencem à Igreja Militante! (...) Corações ao alto, ainda é tempo mocidade! (1948, p.36).

Mais uma vez, ressaltamos que esse tipo de pensamento é recorrente nos textos publicados ao longo da década de 1940, os quais procuram destacar as características atribuídas ao magistério com foco na árdua e nobre missão da professora e no altruísmo exigido por essa tarefa. Tal observação nos leva a considerar esse tipo de idéia como sendo uma das mais emblemáticas na compreensão do processo de constituição das representações da futura professora, o que adquiriria projeção ainda maior em um *locus* privilegiado de formação, como o Instituto de Educação do Distrito Federal, na época analisada.

Em uma seção especial, que é digna de nota, intitulada “CHRISTO REGNAT”, publicada na primeira edição da revista, são abordados temas, como a formação moral e espiritual da futura educadora, que buscam incentivar as jovens a cultivarem as qualidades necessárias para a promoção da vida, em uma perspectiva cristã, associada aos valores patrióticos. O trecho abaixo foi extraído do artigo intitulado “No poço de Jacó” (ib p.34) e demonstra a angústia pressentida pela futura educadora com relação a sua formação acadêmica, espiritual e moral, trazendo ainda impressões sobre possíveis reflexos conseqüentes dessa boa ou má formação.

Nós, futuras professoras, temos grande responsabilidade, a nós educadoras serão entregues as almas inocentes que constituem a Pátria de amanhã...Se não cuidarmos de nossa formação, lógico não poderemos dar a nossos alunos o que não possuímos. Poderemos criar uma civilização, nunca uma cultura e, talvez, triste ironia! A civilização que com tanto trabalho construímos se revolte e se destrua a si mesma por ser uma civilização sem Deus. Em nosso Instituto há todos os meios para que nos tornemos mestres não só “de direito”, mas “de fato”. Não omitamos nenhum e só assim na hora de nossa morte poderemos repousar em paz e não teremos que fazer nossas as palavras de uma professora em agonia: “Padre fui apenas semeadora de sementes falhas!”

A prescrições dos discursos religiosos direcionados à família também estão presentes nesse processo de constituição das representações das professoras e possíveis futuras mães, que atuariam no lar e na escola. O artigo intitulado “Se você for chamada a constituir um santo lar” procura orientar as jovens sobre as qualidades e os comportamentos necessários para o êxito e harmonia na vida conjugal: “Quem quiser uma vida feliz no lar deve cuidar-se de vencer-se e dominar-se. As tendências inferiores têm que ser superadas. Nisto consiste a educação. Vamos dizer tudo numa palavra cristã: Aprendam a humildade, fonte de todos estes bens”. (ib.p, 36)

No caso do artigo citado, tais prescrições de forte teor moral-religioso, apoiavam-se em citações do livro intitulado *Noivos e esposos cristãos* de autoria do Padre Álvaro Negromonte, figura de destaque no movimento católico. Cabe destacar que esta evidência nos possibilitou identificar a circulação de impressos de orientação católica explícita dentro do Instituto de Educação, enfatizando, entre outros aspectos a importância da ação educadora no meio familiar. Subjacente a essa idéia, estava o foco na formação de quem deveria educar, no caso o elemento feminino, a professora

e/ou a mãe de família. Destacamos as considerações de Louro, sobre o processo de escolarização das sociedades modernas e a feminização do magistério, principalmente o das séries iniciais:

Já que se entende que o casamento e a maternidade, tarefas femininas fundamentais, constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas. Em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado etc. (1997, p.96)

Como pudemos perceber, em grande parte dos textos analisados, observa-se um conjunto de enunciados que se destinam a cumprir uma função formadora que se expressam, ora no discurso do elogio, de enaltecimento à figura da Mestra, ora no discurso do sacrifício, da abnegação da mulher. Se a missão da professora é “sacrificar-se em prol da infância; é ter nas mãos os destinos da Pátria, é instruir, é educar!” e “ver em cada aluno, um verdadeiro filho”, a fim de que se cumpra “os desígnios tão belos que fortuna nos ditou”, é de se esperar que haja toda uma prática discursiva de alerta e disciplina. Para tanto, os textos se valem de estratégias de exaltação, que, além de louvar a professora, a orientam no sentido de ser digna de tal louvor.

A idéia do futuro e da projeção da professora em uma situação futura também é uma constante. Cabe ressaltar, nas edições que compreendem o período dos anos 1940, que essas idéias estão constantemente associadas ao êxito, ao resgate social via educação. É digno de nota, entretanto, o trecho do artigo que apresentamos a seguir, de autoria de uma aluna, intitulado “Artigo nº2”, e que revela uma manifestação de insegurança e incompletude, o que de certa forma contrasta com as idéias de firmeza, fortaleza e segurança, associadas ao exercício do magistério:

Dizem que é da nova geração que depende o futuro de um país.. se assim é, triste destino o nosso... porque nós, os novos, sofreremos uma crise de confiança: confiança em nós mesmos, nas idéias que concebemos, nos atos que praticamos, no valor daquilo que recebemos do passado e daquilo que podemos dar no futuro; crise de confiança na vida em si, no que há de bom e de mau para se derivar e sublimar. No que é força, no que é destruição; crise de vontade, crise de amor próprio, crise de mútuo auxílio. Renovação é o que falta a nossa direção silenciosa e solitária que por enquanto, de puros ideais, apenas a firmação de cada um que perdeu prematuramente suas crenças e seus sonhos, se é que os teve... (Normalista, 1949, p.4)

Percebe-se um tom de desesperança nas idéias apresentadas pela jovem normalista, o que nos leva a relativizar o entendimento sobre a assimilação naquele espaço de formação, dos discursos massificantes, da confiança absoluta em um futuro promissor. Nessa direção, as palavras da aluna sugerem que a vivência da normalista inclui também, ao que tudo indica, para além das representações idealizadas, elementos de incerteza, próprios de uma experiência de formação e de transição para a vida profissional vivenciadas por jovens moças.

3.2 Novos tempos?

Conforme atestam vários estudos⁹⁵, entre a segunda metade de 1940 e a primeira metade de 1950, mudanças significativas, no plano da organização político-econômica do Brasil e do mundo ocidental, se fazem notar, com rebatimentos importantes nos vários micro-espacos sociais, sendo a esfera de formação docente no Instituto de Educação, um deles. No plano nacional, a promulgação da Constituição de 1946 acena com a promessa de construção, no Brasil, de uma ambiência sócio-política pautada no respeito aos direitos e garantias individuais e à liberdade de pensamento e expressão. O que, tendo em vista o autoritarismo praticado no momento político anterior, representava um avanço. Entretanto, como já vimos, o período em questão, traduzido pelo governo do General Eurico Dutra, revelava-se de feição conservadora.

Segundo o historiador Eric Hobsbawn (1995), após a II Guerra Mundial, o capitalismo passa por uma espécie de reforma, conciliando o liberalismo econômico com os preceitos da social democracia, o que se observa em vários países do mundo ocidental. Essa nova concepção do mundo do capital se configura, nos dizeres do autor, como uma “Era de Ouro”, os tão famosos “Anos dourados”, que passaram a simbolizar o período que compreende o chamado pós-guerra até a década de 1970. A idealização desses novos tempos decorre, em grande medida, do desenvolvimento da industrialização, consolidando a chamada economia globalizada.

⁹⁵ Cf. GOMES, 1988.

Nesse período, viabiliza-se também na sociedade brasileira, a crença na possibilidade do progressivo desenvolvimento do país, com irradiações na área cultural, política e econômica. No que se refere ao cenário político⁹⁶, se o contexto da redemocratização havia trazido poucos aspectos de mudança efetiva, com a chegada de Dutra ao poder, os anos 1950 se iniciavam com uma importante mudança: o retorno de Getúlio Vargas, agora pela via eleitoral, marcando um novo quadro, em que o viés trabalhista do governo se afirmaria em um ambiente de democracia política e de desenvolvimento econômico.

Nessa conjuntura, ainda que pesem as críticas já mencionadas em relação à erudição e ao academicismo que permeariam a nova organização do Ensino Normal, o espaço de formação no Instituto de Educação parecia abrigar um campo de possibilidades, que poderia viabilizar alguns deslocamentos em seu cotidiano. Considerando que possíveis novidades na cultura escolar da instituição poderiam se materializar em artigos veiculados nas revistas, nos dedicamos à análise das publicações.

A publicação de 1950 apresenta um extenso sumário, no qual destacam-se artigos como “Para a Normalista”, “Instituto de Educação”, “A uma colega que partiu”, e “Garota do Instituto”, dentre outros. A equipe de elaboração da revista, ao contrário dos números anteriores é extensa, observando-se ainda uma grande diversidade das funções ocupadas. É ainda digno de nota que, nesta edição, a professora Iva Waisberg Bonow, docente a cuja trajetória já nos referimos anteriormente, seja responsável pela orientação da revista, em parceria com Aidil Costa, aluna e também diretora das publicações de 1948 e 1949.

Tal fato parece indicar um maior espaço de participação e de proximidade das alunas com o corpo docente, no caso professoras, que permanecem orientando as publicações. Os demais cargos são assim representados pelas alunas: Diretora: Floresilla Prestes de Queiroz; Redatora-Chefe: Diva Ferreira; Chefe de Reportagens: Milthes Dias de Alvarenga; Diretora da Seção Social: Odette Henriques Rodrigues; Diretora da Seção-Comercial: Leda Leite; Revisão Amapola Escobedo; Publicidade: Wanda Macedo; Ilustradoras: Maria Therezinha Lintz M. Freitas, Nely Araújo, Adélia

⁹⁶ Sobre o 2º governo Vargas, ver trabalho de Maria Celina D'arújo, 1992 .

tornando assim possível a realização de nossa tarefa.” (*Normalista*, 1950, p.30). Cabe ressaltar que, na gestão na gestão do Professor Mario de Britto, foi solicitada a elaboração do livro *História do Instituto de Educação*, tarefa importante na construção de uma memória de exaltação da instituição e que foi realizada pelo professor de história, Alfredo Balthazar da Silveira. É digno de nota que, na referida obra, publicada em 1954, haja a seguinte referência sobre o Ensino Religioso no Instituto de Educação, o que revela traços de permanência no que diz respeito à influência do movimento católico e a circulação de suas idéias naquele espaço de formação:

Quando foi permitido o ensino religioso nos colégios públicos, não faltaram pitonisas e hierofantes para vaticinarem distúrbios nas escolas; entretanto, tão desagradáveis vaticínios não se verificaram. As aulas de religião têm sido ministradas por sacerdotes e leigos, e as Páscoas das alunas têm sido um belo espetáculo de fé católica, louvado por todos (1954, p.130).

Apesar das mudanças, significativas a nosso ver, na forma de organização e elaboração da revista de 1950, o primeiro artigo desta edição acentua o enfoque religioso, presente nas práticas promovidas nos interior do Instituto, conforme podemos observar no seguinte trecho sobre a celebração da Páscoa⁹⁷:

Na tradição do nosso Instituto há uma data que se repete, cada ano, de modo diferente. É a nossa Páscoa marcada no Plano da Providência, para o grande encontro do Instituto com a Eucaristia. Durante mais de um mês, a preparação espiritual dos alunos vinha sendo feita: por cartazes, por convites, por explicações da missa e dos sacramentos. Essa preparação culminou com o Tríduo preparatório, pregado pelo próprio pastor da Arquidiocese. D. Jaime de Barros Câmara. No nosso auditório, durante três dias, às 11:30, ele desceu até à nossa adolescência barulhenta e explicou nossos problemas. Havia o problema das confissões, que todos os anos se constituía no nosso mais grave empecilho. Este ano, padres de diferentes congregações, se espalharam pelos corredores e serviram às meninas com solicitude e carinho. Na manhã do dia 5, o altar foi preparado no pátio. A Matriz de Santa Therezinha, de Mariz e Barros, a exemplo do que faz todos os anos, emprestou todos os paramentos e vasos sagrados, A Santa Missa foi celebrada pelo frei Luz Gonzaga(...) Na hora da comunhão, 10 sacerdotes distribuíram a Sagrada Eucaristia, de modo ordenado e piedoso, a quase 2,000 comungantes.(...) Em seguida, no Auditório, um grupo de alunas levou à cena um quadro-vivo, baseado na célebre lenda do *Jogral de Nossa Senhora* (...). (*Normalista*, 1950, p.3)

Conforme já pudemos observar ao longo de nosso trabalho, à medida que o Instituto de Educação assumiu o papel de uma instituição formativa modelar, tudo o que ocorria em seu interior passava a ter extrema importância e, assim como o cenário extra-muros interferia na vida da instituição, como já

⁹⁷ Revista *Normalista*, 1950. “Para a Normalista”.

temos acentuado, eventos da instituição também produziam rebatimento na vida social. A dimensão que a celebração da Páscoa, por exemplo, adquire, extrapola os muros da escola, como se pode perceber na referência à parceria com a igreja vizinha, “a Matriz de Santa Terezinha” e a colaboração de diferentes ordens religiosas na celebração do evento.

Se nessa cena narrada chama a atenção o caráter coletivo da cerimônia, impressionante pela força numérica de participantes e também pela carga simbólica presente na mesma, a dimensão da espiritualidade das alunas ocupa também outras formas de manifestação, de caráter mais íntimo, também traduzido nas publicações da revista *Normalista*. Sobressai, nesse sentido, um artigo intitulado “A uma colega que partiu”, de autoria de uma aluna, sobre a morte de uma de suas companheiras do curso normal (*Normalista*, 1950,p.15): “Outras lembranças... os dias de convívio, as aulas, tua dedicação ao estudo, a vontade inabalável de vencer... E possuías o dom supremo dos verdadeiros lutadores – a modéstia do valor.” A aluna prossegue em mensagem direcionada à mãe da jovem e finaliza com a seguinte promessa: “levar intacto à nossa formatura, um pouco em cada um de nossos corações, o ideal de tua filha querida”, pois, “como podia ser última alguma coisa de um espírito que acreditava na vida, que lutava, que tinha um ideal?”

Percebemos, no artigo em questão, a ênfase nos valores que se referem à nobreza do espírito, à determinação pela busca de um ideal, elementos esses que não sucumbem sequer perante a morte. Essas afirmações parecem contribuir para a afirmação da idéia de missão e de fortaleza, presentes, como já indicamos nas representações relativas ao magistério, nos dois contextos analisados. Cabe destacar, ainda nessa linha de argumentação, o discurso proferido por Diva Ferreira, redatora chefe da revista, em cerimônia de posse da nova diretoria do grêmio: “Mas e os caminhos do ideal, os do espírito e o da perfeição? Só o sacrifício, a perseverança e – quantas vezes a humilhação, conseguem desbravá-los. As catedrais são os livros dos analfabetos – disse alguém – pois vinde! Uni-vos destroços, descrenças e futuras catedrais por edificar e procurai ver, nesta que está erguida, a preocupação do direito, da ordem e do dever”. (ib p.11)

As festividades e os eventos culturais permanecem “a todo vapor”. Nos anos 1950, há registros de viagens do Orfeão e suas apresentações no Distrito

Federal e em outras localidades, conforme a seguinte citação sobre a visita do Orfeão a Petrópolis: (ib p.14).

O domingo estava claro e claros estavam os semblantes e vozes de quem tinha conseguido a vitória à custa de muitos esforços, pedidos e...muitas orações. Em Petrópolis, um friozinho de serra, agradável e seco. Quitandinha... Ah! Maravilha, tudo grande, tudo bonito, tudo alegre... Ih! Mas um temor nos assaltava: Sairão certas as músicas? O público aplaudirá? E logo um consolo: No Teatro Municipal aplaudiu. Enfim tudo saiu bem. O próximo será em Belo Horizonte e em breve... bem, faremos a volta ao mundo, em grandes "tournées". (Rezem, meninas, rezem!!!)

As atividades teatrais também continuavam dinamizando a vida cultural do Instituto traduzindo, no interior do colégio, um quadro de incremento de bens simbólicos observado na sociedade brasileira que se modernizava⁹⁸. Pode-se, inclusive, perceber a participação das próprias alunas da equipe de redação da revista, na montagem de espetáculos. Cabe ressaltar que tais alunas, oriundas do Curso Normal, também faziam parte do Grêmio Ruy Barbosa, que tinha como principal finalidade promover as atividades culturais no Instituto de Educação, e, sendo a revista uma espécie de veículo das atividades do grêmio, essa aproximação se mostrará, ainda com maior força, nas publicações seguintes. Em nota sobre a montagem da peça *Linda Rosa Juvenil*, destacamos a seguinte citação:

Alguém pediu à Maria Therezinha Lintz Madeira de Freitas (essa mesma Therezinha ilustradora de "Normalista") que escrevesse uma peça para crianças. Ela não somente escreveu, como também musicou e desenhou todos os figurinos. O elenco foi organizado com alunas que se apresentavam ou eram convidadas(...)Pois bem, depois de muitos ensaios, muitas manhãs de sábado de trabalho, muitas idas á cidade, muitas aulas perdidas, estreou-se a "Linda Rosa Juvenil". E veio a recompensa: a peça foi muito bem recebida pela gente grande e pela crítica (*Globo, Gazeta de Notícias, Diário Carioca*).

No artigo acima, é digna de nota, a referência à mídia jornalística da época, que, conforme pudemos perceber, divulgou crítica elogiosa à encenação promovida nas dependências do Instituto de Educação.

Sinalizando para a presença de um discurso humorístico na publicação - aspecto de importância crescente na imprensa da época de modo geral - são várias as charges e notas bem humoradas sobre a vida acadêmica da futura professora com destaque para aquelas que ironizam situações de sala de aula

⁹⁸ Cf. ORTIZ, 1993.

e da prática pedagógica das normalistas com as crianças. Esse viés pode ser observado nas figuras abaixo:



O amigo da onça
Revista *Normalista*, 1950



Norma, Lili e Cia.
Revista *Normalista*, 1950

Em artigo bem-humorado, intitulado “Garotas do Instituto”, as normalistas assim se definem:

Garotas do Instituto! Endiabradas, sonsas ou estudiosas; levadas, vadias ou filósofas: ei-las como quaisquer outras garotas. Aqui no nosso Instituto temos de todos os tipos para todos os gostos, em qualquer ocasião e de acordo com qualquer receita. Parecem até feitas de encomenda! Seria interessante classificarmos as nossas garotas em grupos gerais... Em primeiro lugar temos duas cisões principais, que distinguem perfeitamente dois grupos heterogêneos: o das estudiosas e o das vadias(...) Do 1º quase não há nada a que falar, passemos ao 2º grupo que é o mais interessante e está dividido em oito sub-grupos.(...) o das incorporadas, das esportivas, as faroleiras, as mascaradas, as namoradeiras, as “snobs” e as tesouras (...) (*Normalista*, 1950, p.21)

Chamou nossa atenção, no artigo, o tom irreverente ao se definir cada grupo e a relativa autonomia para fazê-lo, o que nos leva a perceber que, naquele momento, parecia começar a existir uma maior abertura e a diminuição de práticas de controle com relação à natureza dos textos produzidos.

No artigo intitulado *Crise de Maridos*, de autoria de um colaborador, pudemos perceber a crítica sutil ao dilema do mundo moderno que demanda uma maior participação da mulher na sociedade, para além da esfera doméstica. Nele o autor, provavelmente um colaborador, afirma que: “Outros inventavam contra a mulher moderna, moça resoluta e competente que, nos intervalos do namoro, estuda para os concursos, consegue classificação, é nomeada para um cargo qualquer e vai subindo como um balão. (Normalista, 1950, p.19).

É interessante destacar o fato de haver um grande número de passatempos e brincadeiras, fornecendo uma feição mais recreativa à revista, ainda que ressaltadas as notas sobre a questão dos eventos religiosos e da permanência de aspectos ligados ao caráter missionário da docência. Também destacamos o fato de não identificarmos, nesta publicação, uma maior ênfase na questão da profissionalização docente, fato que pode indicar que a revista não tenha tido essa questão como prioridade, assumindo, ao que parece, de forma mais acentuada, um viés cultural ampliado e de socialização das alunas.

Observamos, entretanto, que a questão profissional não deixa de ter espaço na revista, podendo ser destacada a coluna *A palavra do professor*, na qual o professor Carlos M. Cantão, da área de geografia, em artigo encomendado pela equipe de redação, reflete sobre a importância da espeleologia, que, segundo ele havia despertado grande interesse das alunas:

A turma 1103, do Instituto, sempre vivamente interessada, obrigou-me a suspender o assunto da aula para que pudéssemos responder às numerosas perguntas. Dias antes, pediu-me a Diva Ferreira um artigo para “A Normalista”. Diante da louvável curiosidade das alunas, pensei desde aquela aula, em corresponder à gentileza (...) (ib p.11).

Ainda em relação ao foco nos aspectos culturais, destaca-se, na publicação, a participação das alunas em eventos acadêmicos, dentre os quais citamos a referência ao *III Congresso Infante Juvenil de Escritores*, realizado

nas dependências do Instituto, naquele ano de 1950. Em nota, a responsável pelo texto menciona a importância do evento:

É um congresso de jovens de 10 a 20 anos, vindos de vários estados do país que se dedicam ao culto da língua, escrevendo, lendo e estudando e se propõe a discutir e a descobrir soluções para os problemas da literatura em geral, em relação às crianças e aos jovens da sua idade. (ib., p.27)

A autora do artigo prossegue, citando algumas das sessões que integraram a programação do referido evento: “Na quarta-feira o tema das discussões foi *Os livros didáticos de hoje*, na quinta *A radiofonização e a literatura infanto-juvenil*, na sexta, *O teatro para crianças e jovens* e no sábado, pela manhã, discutiu-se em torno do *Jornalismo por crianças e jovens*”. O Congresso, como outros eventos da instituição, teve irradiações para outros espaços sociais, incluindo, por exemplo, o envio de moções à Câmara, ao Congresso, a Embaixadas, enfim, de “sugestões de todas as espécies, das que nós julgamos mais necessárias para a melhoria de nosso estudo e da cultura geral” (ib.,p.27). Nas notas de agradecimento observamos a referência a educadoras diversas, de várias cidades do país, envolvidas no evento.

A referência à realização deste congresso e a interlocução com outros agentes e espaços de formação constituem-se em elementos bastante representativos, no que diz respeito à capacidade do Instituto de Educação em centralizar e irradiar ações de cunho cultural e pedagógico que, de certa forma, contribuíam para forjar uma especificidade daquele espaço escolar, no que diz respeito aos discursos e práticas educativas.

3.3 Escutem, colegas!

Em todas nós, se travam sérias batalhas entre o nosso ser real e o nosso ser ideal.⁹⁹

As publicações dos anos de 1951, 1952 e 1953 pretendem oportunizar, cada vez mais, o espaço para a futura professora, conforme observamos em vários dos artigos selecionados. Cabe ressaltar que essas publicações assumem um teor mais reflexivo e menos recreativo, ainda prevalecendo as

⁹⁹ Revista *Normalista*, 1952 “Colegas!”

dimensões da tradição, da religiosidade, do caráter cívico-patriótico, relacionado à prática das educadoras. Observa-se uma tendência crescente em destacar a voz da própria normalista, como se as publicações tivessem como principal sentido privilegiar esse grupo e os assuntos que lhes são pertinentes. Destacamos, ainda, que o caráter oficial dos discursos de Estado e do próprio Instituto de Educação não se mostra mais com tanta força nessas publicações, revelando, talvez, um maior grau de autonomia das alunas na seleção das temáticas e elaboração dos artigos.

É digno de nota que as equipes responsáveis pelas edições de 1951, 1952 e 1953, ao contrário das edições anteriores, sejam compostas somente por alunas do Curso Normal, não sendo indicada referência a nenhum docente como orientador. Seguindo, porém, a mesma linha de apresentação das outras revistas, também se destacam os textos que fazem referências à cultura e a eventos promovidos no Instituto, assim como poesias, charges, textos escritos por professores, alunas e colaboradores, que continuam tendo espaço garantido. Há que se destacar que, das variadas funções do grêmio, encontram-se aquelas que visam a promover as atividades culturais no Instituto de Educação que, como vimos, envolviam celebrações artísticas e eventos diversos, cuja expressão estendia-se para além dos seus muros.

Interessou-nos enfocar, nessas publicações, os aspectos referentes à dimensão da formação docente e as questões relativas à profissionalização, ou, pelo menos, a consciência desta por parte da normalista, a futura-professora, fato que ainda não vimos ganhar muita expressão ao longo das publicações já analisadas. Tais idéias encontram-se expressas no texto que reproduzimos a seguir, intitulado "As professoras que nós seremos", que dá o título a este capítulo, e integra a publicação de 1952:

Fico pensando nas responsabilidades que nos aguardam como professoras primárias. Fico pensando no que a Pátria espera de nós e no que poderemos nós oferecer à Pátria. Não bastarão, no desempenho de nossa delicada missão, apenas os conhecimentos adquiridos através de um longo curso. É preciso principalmente, amor, desprendimento, abnegação. Devemos lembrar sempre que não seremos somente mestras, e sim, como compete à nossa condição de mulher, mães moralmente. Que importam a idade e a pouca experiência? Que importa que não tenhamos um filho? Nada. O instinto materno, que jaz adormecido no íntimo de nosso ser, irá manifestar-se na escola, em toda sua plenitude e sublimidade. O papel da mulher na sociedade, tem, hoje em dia, sob todos os pontos de vista, uma importância notável. Nas inúmeras e variadas funções em que a mulher se tem havido com valor, sobressai sem dúvida, a tarefa árdua e magnífica da professora primária.

(*Normalista*, 1952, p.4)

Com referência à citação acima, percebe-se que a tônica do discurso sobre o magistério permanece aquela que alude à dimensão da missão, solidificando certos modelos de comportamento associados diretamente à figura da mulher, como mãe, educadora e construtora da nação, via formação de “cidadãos/filhos” fortes e cultos. Esse discurso, focado na associação, estabelecida com força na época, entre magistério e condição feminina, envolvia também a ênfase em um viés religioso, representação que aparece de forma muito repetida nas publicações analisadas e que, segundo vários estudos, possui um forte sentido de permanência em nossa história. Sobre esse aspecto, analisa Eliane Lopes:

Retrospectivamente, encontramos esse tipo de discurso que faz o mesmo apelo sentimental e salvacionista em todas as décadas, seja no Brasil, seja em outros países do mundo. Essa marca retrospectiva pode ser alongada até o século XVI, quando, então, alguma coisa se passa no campo das grandes relações sociais com evidentes repercussões nas microrelações sociais. Pode-se aí localizar a origem desse tipo de discurso que vai impregnar as mentalidades e a própria Pedagogia e traz um modelo de mestre, inspirado na e pela Contra Reforma. (1998, p.56)

Que esses discursos são recorrentes e aparecem reiteradamente ao longo de todas as publicações, é fato que já tivemos a oportunidade de demonstrar em várias¹⁰⁰ das citações apresentadas, indicando, em alguma medida, a identificação com uma concepção tradicional de magistério. Porém, se o compromisso com a tradição se mostra presente nas páginas do periódico, um outro aspecto digno de nota, é a referência à modernidade e ao progresso, conforme podemos perceber no seguinte trecho do artigo intitulado “Há quem fale da nossa geração”, de autoria de uma aluna:

Todos devem ter notado como a mocidade de hoje é alvo de críticas, daqueles que ainda pertencem à velha guarda. Teimam em dizer que o progresso somente serviu para acabar com a paz, que o mundo mudou, ninguém mais tem pudor, e que antigamente sim, é que havia moral. Contra isto, lanço o meu solene protesto, não só por mim, mas em nome da juventude de hoje. O que mudaram foram as criaturas, ou melhor, sua mentalidade. Aliás, o que é muito natural, de vez que com o progresso, as coisas evoluem, é necessário que evoluamos com elas, quando não ficaremos para trás. (*Normalista*, 1951, p.2).

¹⁰⁰ A quantidade de textos, com esse tipo de enunciado, nas páginas das revistas analisadas é realmente muito grande.

Há que se destacar que a idéia do progresso e do mundo moderno, também já estava posta em momentos anteriores. No entanto, no artigo que ora apresentamos também há uma referência à condição feminina nos “tempos modernos”, que entendemos ser importante destacar, tendo em vista apontar para uma crítica à mulher do “passado”, submissa e dedicada ao lar:

E graças a esse progresso, chegou a liberdade para a mulher. Vocês já pensaram nos direitos que tinham as mulheres antigamente? Não, naturalmente; porque não tinham! Na realidade limitavam-se a ser donas de casa e a cuidar dos filhos. O ensino primário era completado com algumas aulas de francês e de piano. Era esta a mulher ideal do século passado. Hoje ela é independente. Invadiu as repartições, os lugares públicos, as letras, as ciências, e compete com o homem, mostrando do que é capaz. Há que seja contra a competição entre os dois sexos. Mas ela é necessária, de vez que a época, sendo difícil, a mulher se sente obrigada a ganhar a vida e para isto não pode ficar de braços cruzados em casa, esperando um príncipe encantado e um bom casamento (...) (id p.3)

É interessante observar, na seguinte citação, que não há referência exclusiva ao lugar profissional de professora, o que pode sugerir a marcação de uma posição da mulher, em novos tempos, indicando, por exemplo, a sua atuação em outros espaços. Porém, se por um lado, a ênfase na modernidade toma lugar em alguns artigos de autoria das alunas, por outro, a crítica aos padrões de comportamento que esses tempos viabilizaram, aparece de forma jocosa em artigo intitulado “Por que não estudam nossas alunas”, em que o professor José Teófilo afirma:

Quando ouço meus sábios colegas queixarem-se da vadiação crescente de nossas alunas fico a pensar se o que verdadeiramente existe não é uma defesa, contra uma vida escolar cada vez mais complicada e absorvente, cheia de atividades curriculares e extracurriculares, que exige das alunas o sacrifício de, pelo menos, parte daquilo que elas acham ser seus deveres e obrigações inalienáveis como: ir ao cinema, à praia, visitar amiguinhas, ouvir rádio, ler revistas imbecilizantes (tipo Gibi, Mirim e outras que tais) e assistir à noite, na hora mais adequada ao estudo, a esse novo meio de alfabetização maravilhoso que é a televisão, em face incipiente entre nós. (ib. p.5)

O professor prossegue em tom prescritivo e um tanto decepcionado, apelando para a responsabilidade de cada um dos envolvidos no processo educativo:

Enquanto não houver noção do cumprimento do dever; enquanto houver pais e responsáveis comodistas, que não queiram se apoquentar em estimular, fiscalizar e até mesmo obrigar o estudo de suas filhas e tuteladas; enquanto houver professores bonzinhos e complacentes será tolice. Só uma parcela mínima de alunas chegará ao fim do curso em condições de, em consciência, receber seus certificados de conclusão de estudos. Mas quando chegará esse dia? (ib.p 5).

O teor dos artigos presentes nessas publicações não obedecem a uma padronização em seus conteúdos, aparecendo, por vezes, falas que se contrapõem, como é o caso do trecho acima, no qual o autor, em tom de advertência, demonstra sua insatisfação para com o grupo de futuras professoras. Por outro lado, nas notas de apresentação daquele mesmo ano, há uma página inteira dedicada ao diálogo com o professor Edgar Sussekind de Mendonça, de teor bem-humorado, que indica a relação de proximidade e admiração recíproca entre professor e alunas:

- Alô professor Sussekind! Dê uma folga nesta propaganda do “Azul e Branco”¹⁰¹ e pare um pouco que precisamos falar-lhe (...) E aproveitamos a pausa para atirar-lhe a pergunta: Que pensa da Normalista? De tudo o que nos falou, na pausa a que o forçamos, ficou-nos um trecho apenas: “Tratem de somar na Revista os dois aspectos que definem a vida de vocês no Instituto: alegria de expressão e seriedade de propósitos. Mas comecem pela alegria, que é a porta que a mocidade precisa encontrar aberta para penetrar como deve no templo das grandes coisas da vida. Não percam horas em querer fazer a Revista muito sistematicamente: FAÇAM-NA e depois reparem como foi que a fizeram... (ib p.2)

Em relação à perspectiva da formação e do aperfeiçoamento docente, destacamos no trecho a seguir, notas sobre a questão da profissionalização, ou de como deve agir o professor, segundo as propostas da nova pedagogia:

Pouco valor se tem dado às atividades extracurriculares – seminários, tertúlias, excursões, passeios, como se a vida de um estabelecimento de ensino, que também de educação, estivesse restrita às aulas ordinárias e de caráter obrigatório que aí são muitas vezes rotineiramente ministradas. Ao professor compete menos dar aulas que educar, menos ditar pontos que fazer sentir a matéria, tornando-a viva e atraente. Realmente, Mestres são aqueles que ao lado da teoria sabem valorizar os exercícios práticos, compreendendo que antes do que quantidade requer-se qualidade. Já temos dito que o exercício do magistério não se restringe ao horário fixo das aulas, vai muito além. Compete ao professor dar todo o seu apoio às sadias iniciativas e realizações de seus lecionando no setor extracurricular, colaborando para a projeção de filmes culturais e recreativos, para a realização de representações cênicas etc (...) (ib, p.25) .

No que diz respeito à preocupação da jovem normalista, para além do discurso naturalizado do magistério enquanto sacerdócio e que aponta para o sentido de construção, do vir-a-ser ou do tornar-se professora enquanto traço constitutivo desse sujeito, é emblemático o texto, de autoria de uma aluna, que

¹⁰¹ Termo usado para se referir à revista *Normalista*.

pretende singularizar a voz da futura professora, sem, contudo, afastá-la da idealização da profissão:

Colegas,

Desde há muito tempo, tem-se procurado estabelecer o retrato perfeito do professor modelo¹⁰², em todos os seus aspectos. Assustamo-nos, a princípio, com este super-homem que nos desenha, mas depois acostumamo-nos a ele, tendo-o em breve como a nossa imagem ideal, aquela que gostaríamos de atingir. Em todas nós, então, se travam sérias batalhas entre o nosso ser real e o nosso ser ideal. (*Normalista*, 1952, p.17).

A alusão entre o “ser real” e o “ser ideal”, presente na fala da futura professora, revela uma modalidade enunciativa, até então, pouco explorada, nos textos que integram as edições com as quais trabalhamos, o que, de certa forma aponta para um tipo de representação docente que, de novo, se distancia da idéia de segurança e firmeza que subsidiaria a atuação da professora, ainda que o modelo veiculado fosse tomado como referência.

Destacamos que a função enunciativa só se torna de possível apreensão, se for percebida na sua dimensão histórica. No plano educacional, por exemplo, há, na apresentação da revista de 1953, uma nota referente à *GRANDE INVASÃO*, registrando o enorme contingente de alunas para o concurso de admissão naquele ano: “para 250 vagas anunciadas inscreveram-se mais de cinco mil candidatas!” (*Normalista*, 1953, p.2) Nesta época, toma lugar a discussão sobre a super-lotação do Instituto e o problema das excedentes, o que indica reflexão e crítica por parte das normalistas, sobre os problemas vividos no âmbito da escola como projeção de políticas educacionais mais amplas.

Identificamos, também, nas publicações dos anos 1951/1953, algumas modalidades discursivas que propõem uma auto-análise, cumprindo a função de levar os sujeitos, no caso, as normalistas, a refletir sobre sua trajetória profissional, conforme as idéias expressas pela aluna:

É necessário que recebamos a satisfação de nossos anseios não como um prêmio merecido; é preciso, também, que não tomemos uma atitude passiva em face da profissão que abraçamos, mas sim, que o entusiasmo que nos conduziu até aqui continue a ser nosso incentivo; que a esperança que vive no

¹⁰² Cf. LOPES (1998, p.45): “a propósito do emprego no masculino como gênero gramatical, quando o discurso é dirigido a um grupo de mulheres, hábito presente ainda hoje, praticado por homens e mulheres”.

coração de cada uma de nós seja um consolo no momento das decepções. Renunciemos às fantasias e aos devaneios da juventude em troca da compreensão, da firmeza de vontade e da retidão de caráter que devem nortear a vida de uma professora. (ib p.4)

Essa estratégia discursiva, na qual o sujeito enunciador se apresenta na primeira pessoa do plural, permite que os leitores, no caso, as leitoras, possam se apropriar dos textos como sendo produto de sua própria reflexão. O que vem comprovar, conforme Larrosa (1996), o funcionamento da reflexão como traço marcante do discurso moral, constituidor das subjetividades.

Dentre as características das três últimas publicações da revista, destacam-se, ainda, as referências ao nível de relacionamento mantido entre as alunas do Instituto e as integrantes do grêmio Ruy Barbosa. O artigo selecionado exorta o corpo discente a uma maior participação nas atividades promovidas pelo Grêmio, demonstrando o nível de insatisfação da diretoria, conforme se expressa em artigo intitulado “Escute, colega!”:

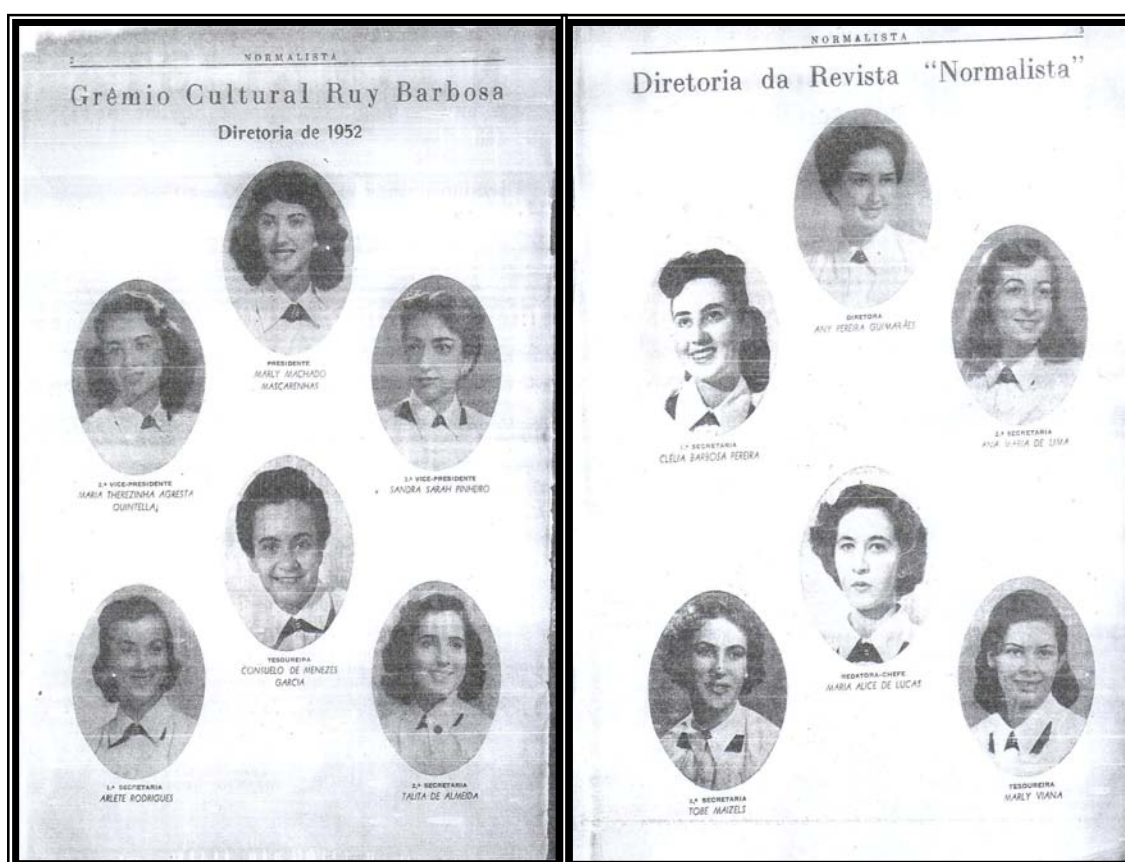
Só agora compreendo o “porquê” do cansaço das presidentes que me antecederam. O “porquê”, colega, é que você jamais se interessa pelas atividades do Grêmio de nossa escola, você ignora, despreocupadamente os esforços de uma Diretoria que procura, heroicamente, fazer com que, no Instituto, haja uma representação de alunas capaz de defendê-las, ajudá-las, proporcionar-lhes atividades extraclasse, para melhorar um pouquinho o nível cultural das alunas. (...) É triste, colega, organizarmos uma atividade para você e ver que você não colabora nem com sua presença. (Normalista, 1952, p.3).

Cabe destacar, no texto selecionado, a crítica colocada contra aquelas que não apoiavam as atividades promovidas, o que pode indicar um distanciamento entre representantes e representadas, o que nos leva a relativizar a idéia de que o grêmio expressasse a voz das alunas em sua totalidade. Por outro lado, há uma extensa homenagem endereçada à direção e a professores, citados como os grandes colaboradores do grêmio, conforme a seguinte nota, na qual se destaca, pela primeira vez, ao longo de todas as revistas analisadas, a referência a uma mulher, Professora Dídía Fortes, à frente da direção da instituição:

Se há criaturas que não acreditam no que possamos fazer, se há as que são apenas indiferentes, outras, há, porém que lutam ao nosso lado, emprestando as nossas iniciativas o seu apoio e a sua colaboração espontânea. A nossa diretora D.Dídía Fortes, por exemplo, tem procurado resolver da melhor maneira possível, os obstáculos que encontramos a cada passo (...) Se você colega, é uma das que são indiferentes ao que vem fazendo o Grêmio,

conheça a Yvette Azevedo. Ela é normalista também, não faz parte da diretoria do Grêmio, mas apesar disso faz questão de ajudar! E, para terminar duas palavras, apenas: Muito obrigada, amigos desinteressados do Grêmio Cultural Ruy Barbosa! Muito obrigada! (ib p.8)

Nesta publicação, as menções ao grêmio e à sua importância dentro do Instituto de Educação são recorrentes, o que parece indicar que sua popularidade e a participação das demais alunas realmente estivesse necessitando de um reforço e/ou estímulo. Cabe destacar que a publicação de 1952 é feita pela nova diretoria, eleita em maio daquele ano, tendo a revista sido publicada em novembro. Grêmio e revista aparecem, então, diretamente relacionados, sendo mencionadas, inclusive, em duas páginas inteiras, as fotos das diretorias. Em um outro artigo, intitulado “Leia isto, por favor”, uma das representantes dirige chamamento às colegas: “é preciso que você tenha a convicção de que este órgão, que algumas chegam mesmo a desconhecer, é a entidade máxima do corpo discente do Instituto de Educação, e, sendo assim, as alunas precisam e devem a ele se agrupar, contribuindo pelo menos, com seu interesse e respeito.” (ib.11).



Apesar das críticas da diretoria, há que se destacar a participação de alunas nos textos que integram a revista. Em artigo intitulado “Ser normalista”, a jovem, que não faz parte da equipe de redação, nem do grêmio, refere-se à vida da futura professora no Instituto, como um tempo em que são vividos “os anos mais felizes de nossa vida, anos de sonho e ilusão” e se dirige às colegas em tom afetuosos:

É para vocês, colegas de todas as séries, que eu dedico estas minhas humildes linhas; para vocês que sentem orgulho de poder vestir esse uniforme, de pertencer a essa comunidade(...) Ensinares, a nossos filhos a amarem e respeitarem os mestres que nos formaram e que primeiro nos ensinaram a atravessar o caminho espinhosos que é a VIDA.(...) Pensar que assim é o Instituto: um pouco de nós mesmas, a nossa família escolar (...) (ib.p,14)

Uma característica importante na publicação de 1953, é que nela aparece um tom de menor cobrança em relação às participações das alunas, talvez pelo fato de que, naquele período, começa a circulação de uma outra revista escolar no Instituto de Educação, a revista *Tangará* e posteriormente a *Estrela Azul*¹⁰³, de teor mais recreativo, que descrevem o aspecto cotidiano das normalistas do Instituto. Cabe destacar que a direção do grêmio também mudou, o que pode indicar uma outra forma de gestão mais conciliatória, que pretendeu uma maior proximidade com as demais alunas.

A dimensão dos espaços de poder ocupados se faz presente logo na resenha de apresentação daquele número, que informa sobre os novos diretores das escolas que compõem o Instituto e as melhorias promovidas pela nova diretoria do grêmio, viabilizadas pela parceria com o então Secretário Geral de Educação e Cultura, Roberto Accioli, revelando mais uma vez a interpenetração da esfera político-educacional naquele espaço de formação docente:

A nova diretoria cogitou desde logo realizar vários melhoramentos. Para isso concorreu muito o apoio do atual Secretário Geral de Educação e Cultura, o simpático e ilustre professor Roberto Accioli. Lembraremos entre vários outros, os seguintes: reorganização e nova administração para o restaurante, reforma da cooperativa, restituição, ao Instituto, da sala ocupada pelo Juízo Eleitoral. Trata-se agora de instalar no prédio, o Serviço Médico e outras dependências do Instituto, o que permitirá à diretoria dotar de melhor acomodação as seções de Desenho, Artes Aplicadas e Trabalhos Manuais. (*Normalista*, 1953,p.6)

¹⁰³ Cf. MARTINS (1996), sobre os periódicos *Tangará- Em revista para jovens* (1953-1962) e *Estrela Azul- Revista de Alunas* (1954).

Observa-se, na citação acima, a referência a melhores acomodações para as atividades curriculares de caráter de artístico e prático. Destaca-se, ainda, nessa publicação, a referência ao laboratório de matemática, como espaço de aprendizagem organizado segundo os fundamentos da pedagogia moderna, conforme indica a seguinte nota elogiosa sobre a inauguração do novo laboratório: “E assim a matemática, graças à tendência renovadora dos processos de ensino começa a abandonar o método de leitura e lição, de questão e resposta, aderindo ao método de laboratório, onde se aprende fazendo”. (ib.p31) Como se pode perceber, tais idéias vêm demonstrar que a preocupação com o tema da instrumentalização para o exercício competente do magistério, e com a incorporação de tendências pedagógicas renovadoras, ainda permaneceram, naquele espaço de formação docente na temporalidade analisada.

Quanto ao viés religioso, percebemos sua permanência, ao longo de todo o período de publicação das revistas, no entanto, deve-se ressaltar que, nos anos finais, essa permanência apresenta-se matizada, se comparada com as publicações da década de 1940. A associação entre a religiosidade, o civismo, a família e a escola se expressam em alguns trechos: “Deus, Pátria, Família e... Escola. Sendo esta, na real acepção do conceito, uma família ampliada (...) o Instituto de Educação, uma pequena Pátria, há de ser, se Deus quiser, uma harmonia instintiva de vontades, uma desmedida permuta de abnegações, um tecido vivente de almas entrelaçadas (ib.p.10). Observamos, enfim, para além dos deslocamentos observados ao longo do período que cobre a publicação das revistas, que são as permanências, ainda que matizadas, sobre as representações do ser-professora, associadas ao caráter missionário da profissão, que adquirem maior expressão.

Considerações Finais

DIA DO MESTRE

“Oficialmente é apenas mais uma data no calendário. Mas nós, que escolhemos trilhar esta estrada, sinalizada por dificuldades de todo tipo, obstaculizada por imponderáveis empecilhos, os quais estão, em todo percurso, instigando nossas consciências e nos desafiando a continuar, nós chegamos, ao fim de alguns anos, marcados pelas cicatrizes das batalhas sem prêmios; nós sabemos o que é ser professor(a). É para vocês todos, vencedores desse combate, diuturno e sem tréguas, que dirijo minha saudação neste dia 15 de outubro.”¹⁰⁴

A citação que escolhemos para finalizar nosso trabalho não foi extraída das revistas com as quais trabalhamos, nem, tampouco, foi escrita naquela temporalidade. Na verdade, a mesma utiliza-se da tecnologia atual: está na página da internet, no *site* que dá acesso ao Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ e foi escrita recentemente pelo atual diretor geral da instituição. Cabe destacar que a escolha foi feita, tendo em vista nosso interesse em identificar traços de permanências e desvios, uma vez que há claras alusões ao ideário que caracteriza a profissão docente como sendo tarefa árdua e cheia de obstáculos, tarefas essas que assumiriam a proporção de “batalhas sem prêmios”, das quais sairiam vencedores, os professores, “marcados pelas cicatrizes da batalha”. O objetivo dessa mensagem é claro, homenagear o mestre, na mesma instituição formadora sobre a qual detivemos nosso olhar, privilegiando as revistas nas décadas de 1940 e 1950. Fica-nos a sensação de que essa mesma citação poderia ser extraída de quaisquer das revistas analisadas.

Conforme procuramos demonstrar ao longo dos capítulos que integram essa dissertação, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro assumiu, na então capital federal do país, um status de instituição formativa de excelência, constituindo-se em pólo irradiador de discursos e práticas de formação

¹⁰⁴ Profº Ubiratan Castro Viana, Diretor Geral do ISERJ, site acessado em novembro de 2006. www.iserj.net

docente. Obviamente, há que se considerar sua constante interação com o plano político de Estado e institucional, que remonta, inclusive, à década de 1930, quando surge como instituição modelar de práticas ligadas ao movimento da educação renovada e também às propostas político-educacionais de Anísio Teixeira que instituiu a chamada Escola de Educação, ligada à Universidade do Distrito Federal. Os traços que essa memória escolar legou às gerações que por lá tiveram oportunidade de passar, seja na condição de docentes, discentes e/ou pesquisadores interessados sobre o tema, são notórios, haja vista a grande quantidade de material organizado e estudos que se dedicam ao assunto.

Pudemos perceber, ao longo de nossa pesquisa, que a idéia de construção do futuro da nação aparece associada à imagem da professora primária, que, dotada da “natureza” e do conhecimento necessário à compreensão do espírito infantil, teria como uma de suas principais tarefas a formação de futuros cidadãos. Tal ideário contribuiu para acentuar uma representação da futura professora identificada como uma criatura abnegada e imbuída da nobre e árdua tarefa de educar.

Como vimos, principalmente na edição de 1941, o nacionalismo se transforma em uma palavra de ordem, sendo reverenciados os grandes nomes de uma história brasileira que busca remontar e valorizar a idéia de origem e de unidade da nação. A importância atribuída à questão da formação da juventude é digna de nota, tendo sido exemplar, nesse sentido, as referências contidas em vários artigos de caráter cívico e de promoção do sentimento nacional-patriótico.

Cabe ressaltar a atuação do D.I.P. que, como constatamos, teve direta influência sobre os instrumentos de divulgação da ideologia da época, tendo, inclusive, publicado artigo na revista *Instituto*. No nível discursivo, na publicação de 1941, observa-se à ênfase no coletivo, idéia que se coaduna às intenções políticas do regime estadonovista, e que adentra o espaço escolar de formação de professoras, tendo em vista propagar os valores de unidade e de nacionalidade. Destacamos, ainda, que a revista expressa, em seus enunciados, um discurso oficial, afinado com os interesses governistas e os da própria instituição, sendo muitas vezes essas duas dimensões integradas e veiculadas como um discurso único, de valor inquestionável. Essas estratégias

discursivas, através do discurso cívico-militar, propagando a idéia de ordem e disciplina, ganham força quando relacionadas às imagens religiosas, constituindo-se, também, essa associação, em um traço característico dos textos presentes na edição. Cabe destacar, inclusive, as relações de proximidade entre o regime varguista, na época do Estado Novo, e a Igreja Católica, viabilizando a interpenetração desses discursos em uma instituição pública de formação para o magistério.

Na revista *Instituto*, a voz da professora tende a ser representada pelo todo, pelo coletivo, conforme pudemos constatar em uma série de enunciados-padrão que se traduzem em prescrições e orientações relacionadas ao fazer e ao pensar docente da época: “a jovem professora, a construtora da nação,” “responsável pela criação de filhos fortes e cultos,” “responsável por livrar do analfabetismo os homens do amanhã”, a quem o país confiou a “nobre e árdua tarefa de educar”. É digno de nota, entretanto, no que diz respeito à temática da profissionalização docente, que esta foi secundarizada, se comparada a dimensão cívico-patriótica assumida nos textos.

Interessou-nos também observar de quais lugares de poder instituídos se posicionavam os agentes sociais, os portadores das “vozes” que integravam a dinâmica das representações docentes. Buscamos indicar formas sutis de controle, dispositivos propagados através das superfícies discursivas materializadas nas revistas. Convém lembrar que, em nosso estudo, privilegiamos a dinâmica das continuidades e descontinuidades, com atenção para as condições de possibilidade para que certos saberes, e não outros, ganhassem expressão naquele espaço-tempo e, conforme nos foi possível identificar, o traço mais marcante foi, de fato, o caráter oficial dos discursos para o magistério, ancorado nos ideais cívico-patrióticos, característicos do regime do Estado Novo.

Ao analisarmos a revista *Normalista*, observamos traços de continuidade com relação ao momento político anterior, porém matizados, no que diz respeito, por exemplo, à forma de organização da revista, equipe diretora e natureza dos artigos. Cabe ressaltar que esses matizes se acentuam na década de 1950, em um momento de maiores transformações na vida político-educacional do Instituto, em tempos “mais ou menos democráticos”. Nessa direção, o caráter oficial da política de Estado não se manifesta na revista do

mesmo modo que em *Instituto*, sendo observado um maior espaço dado à voz da futura educadora.

A dimensão religiosa ainda permanece com bastante expressão, revelando ser esse um dos traços mais emblemáticos das representações docentes, fato que se pode identificar com maior força nas publicações do final da década de 1940. Segundo nosso entendimento, tais idéias, ancoradas numa tradição de longa data em nossa sociedade, contribuíram para reforçar uma representação da educadora identificada como portadora de uma aura sagrada e imbuída da nobre e árdua *missão* de educar os futuros cidadãos.

Nas revistas com as quais trabalhamos, o apelo às imagens religiosas encontra-se presente em grande parte dos artigos publicados no período do Estado Novo, mas também pode ser observado no momento político posterior. Impregnado no cenário político e mais ainda no cenário educacional, o imaginário cristão foi um instrumento eficaz para propugnar a unidade e o sacrifício exigidos em momentos particularmente difíceis na vida política brasileira.

Observamos que as imagens sagradas, o apelo à religiosidade, que vinham se manifestando, desde um passado distante, como traços distintivos da profissão docente, constituíram um fator importante para o entendimento acerca das representações da futura professora no período analisado, indicando relações de continuidade no processo de transição do contexto político do Estado Novo para o chamado período da redemocratização. Contribuíram, nesse sentido, para a reflexão sobre os elementos constitutivos da identidade de um grupo, no caso, a normalista, e de suas representações na época em questão.

A proposta de trabalharmos com o termo "*futura-professora*" teve como elemento desencadeador o fato de percebermos a jovem normalista como alguém que se projeta, um sujeito em construção. Constantemente, nos artigos analisados nas revistas, encontramos referência a essa terminologia, o futuro, como o tempo que ainda não chegou, mas que, contudo, já se faz presente no imaginário coletivo como algo realizável. A idéia do futuro e do comprometimento da jovem educadora para com o êxito desse futuro é, sem dúvida, um traço importante no processo de constituição das representações docentes, pois a escolha feita pelas jovens implicaria, não somente em um

comprometimento com sua formação profissional, mas também, e, sobretudo, com a transformação da sociedade brasileira. Também foi possível perceber a presença de elementos de identificação a uma noção de modernidade, em termos de educação e comportamento, por meio do entrecruzamento das diferentes “vozes”, permitindo-nos assim uma ampliação do entendimento sobre os discursos e práticas de formação docente no período analisado.

Como pudemos perceber em grande parte dos textos analisados, observa-se um conjunto de enunciados que se destinam a cumprir uma função formadora e que se expressam, ora no discurso do elogio, de enaltecimento à figura da Mestra, ora no discurso do sacrifício, da abnegação da mulher. Se a missão da professora é “sacrificar-se em prol da infância; é ter nas mãos os destinos da Pátria, é instruir, é educar!” e “ver em cada aluno, um verdadeiro filho”, a fim de que se cumpra “os desígnios tão belos que a fortuna nos ditou”, é de se esperar que haja toda uma prática discursiva de alerta e disciplina. Para tanto, os textos se valem de estratégias de exaltação, mas também sinalizam para a necessidade de, ao ser louvada, a professora cuidar para se tornar digna de tal louvor.

Ao concluirmos nosso estudo, identificamos a presença de valores religiosos articulados aos valores cívicos, no âmbito de formação para o magistério, entendendo ser o Instituto de Educação do Rio de Janeiro (naquele momento, Instituto de Educação do Distrito Federal) um lócus privilegiado de circulação desses valores. Apontamos, porém, principalmente nas revistas da década de 1950, modalidades discursivas que se caracterizam por textos que propõem uma auto-análise, cumprindo a função de levar os sujeitos, no caso, a normalista, a refletir sobre sua própria ação e futura atuação como docente.

Somos o nosso tempo e também o que nos antecede, traços do “vir-a-ser” se colocam nessas duas temporalidades, sujeitos ou objetos, estamos todos impregnados de história. E, ao finalizarmos esse trabalho, acreditamos que o deslocamento temporal que promovemos e os materiais que constituímos como fontes nos possibilitaram uma ampliação do entendimento acerca das representações da futura-professora.

E, ainda que se deva considerar que tais revistas não expressavam um pensamento independente das alunas, por se vincularem, ainda que em menor ou maior grau às instâncias de poder da instituição e da sociedade, pode-se

observar, por outro lado, a presença de um grau significativo de compartilhamento, entre as futuras professoras, de uma dimensão religiosa, de um sentido de missão, articulado, por sua vez, à condição feminina, como um aspecto crucial na construção de sua identidade profissional:

Que compreenda a aluna do Instituto de Educação desde cedo sua missão sublime.

O que se planta agora, colher-se-á no futuro.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Revista *Normalista*, 1951 “Com exclusividade para a Normalista”.

Referências

1. Bibliográficas

1.1 Livros e artigos

ALVES, Claudia. “A escrita da história da educação na pós graduação no Rio de Janeiro (1972-2001)” in: GONDRA, José.G. *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

APPLE, Michael. “Magistério e trabalho feminino”. In: *Trabalho Docente e Textos* Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BASTOS, M^a Helena C. “A imprensa educacional no Brasil”. In: CATANI & BASTOS (org). *Educação em revista*. São Paulo: Escrituras, 1997

BASSANEZI, Carla. “Mulheres dos anos dourados”. In: Pinski, Jaime & BASSANEZI, Carla (orgs). *História da Cidadania*. 2^a ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième sexe*. Paris. Éditions Gallimard, 1949.

BOMENY, Helena. *Organização Nacional da Juventude*. RJ: CPDOC, FGV, 1981.

_____. *Os Intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BURKE, Peter. *O que é história Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Marta C. *Molde Nacional e forma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da associação Brasileira de educação (1924-31)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

_____. “A Escola Nova e o impresso: Um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil”. In: FARIA FILHO, L.M.(org.) *Modos de ler, formas de escrever: estudos da história da leitura no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1994.

_____. “Saber teórico – saber escolar: perspectiva de pesquisa no campo da história cultural”. In: CATANI, Denice B. (org.) *A pesquisa em educação e intercâmbio cultural*. Série estudos e documentos, vol 30. São Paulo: USP, 1991.

CASPARD, Pierre. "O Estado e o indivíduo na história da educação: Problemas de fontes e método". In: *Seminário História da Educação Brasileira: a ótica dos pesquisadores*. Brasília: INEP, série documental: Eventos, nº 6, abril, 1995.

CATANI, Denice Bárbara "A imprensa educacional no Brasil de 1808 a 1944" In: CATANI, D. e BASTOS, M.H. (orgs) *Educação em revista*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. *A invenção do Cotidiano: 1 Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história: entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2002.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

COSTA, Messias. *A educação nas Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CURY, Carlos R.J. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 1988.

CUNHA, Luiz A. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina S. *O segundo Governo Vargas (1951-1954)*. São Paulo: Ática, 1992.

DAROS, M^a das Dores. "A sociologia na formação dos professores catarinenses nos anos 1930 a 1940" In: SCHEIBE, Leda; DAROS, M^a das Dores (orgs). *Formação de professores em Santa Catarina*, UFRGS, 2001.

D'ÁVILLA, Jerry. *Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil-1917-1945*. São Paulo: UNESP, 2006.

DOSSE, François. *A história á prova do tempo: da História em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITO, Jader de M. *Dicionário dos educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002.

FISCHER, Beatriz.D."A professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970)" IN: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara(orgs). *Histórias e memórias da Educação no Brasil*. VOL III. Petrópolis: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *História da Sexualidade-I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

_____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária,2000.

_____. "O que é um autor?" In: *Ditos e Escritos* Vol III, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. "A ética do cuidado de si como prática de liberdade" In: *Ditos e Escritos*. Vol.V Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Memória intelectual da educação brasileira*. Bragança Paulista. EDUSF, 1999.

GOMES, Ângela de C. "A escola republicana: entre luzes e sombras" In GOMES, Ângela de C., PANDOLFI, Dulce C e Alberti, Verena (orgs) *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

_____. *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.200.

GONDRA, José G. (org.). *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

_____. (org). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Nipel. São Paulo: Cia das Letras,1998.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 6ª. Ed.Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HERSCHMANN, Micael & PEREIRA, Carlos Alberto(orgs). *O imaginário moderno no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JULIÀ, Domenique. "A cultura escolar como objeto histórico". Trad.Gizele de Souza. In: *Revista brasileira de História da educação* nº 1, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento in Enciclopédia Einaudi V.1 Memória História*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

LARROSA, Jorge. "A estruturação pedagógica do discurso moral". *Educação e Realidade*, vol.21.n.2, jul.dez/1996. Porto Alegre.

LOURO, Guacira Lopes.*Gênero, sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós- estruturalista*. Petrópolis: Vozes,1997.

LOPES, Eliane M. T., FARIA FILHO, Luciano M.GREIVE, Cynthia. (orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____ (org). "Da sagrada missão pedagógica" in *A psicanálise escuta a educação*.Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. "Mulheres na sala de aula" In: DEL PRIORI, M. In: *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LOPES, Sonia Maria de Castro. *A Oficina de Mestres do Distrito Federal: História, Memória e Silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

MONARCHA, Carlos. *A Escola Normal da Praça*. Campinas: Unicamp, 1999.

MAGALDI, Ana M.B. " A quem cabe educar?" In: *Revista brasileira de História da Educação*, nº 5/ Junho, 2003.

_____ & GONDRA, José G.(Orgs). *A reorganização do campo educacional: manifestações, manifestos e manifestantes*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

_____. ALVES, Cláudia e GONDRA, José G. (orgs) *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. VILLANOVA, Carla."Valores Católicos e profissão docente: um estudo sobre representações em torno do magistério e do ser professora (1930-1950)". *VI Congresso Brasileiro de História da Educação*-Nov.2006.

NÓVOA, António. “A imprensa da educação e o ensino”. In: CATANI & BASTOS (orgs) *Educação em revista*. São Paulo: Escrituras, 1997.

NUNES, Clarice. *História da educação – Espaço do Desejo*. Em aberto n° 47, ano IX, Jul/Set. 1990, Brasília: INEP

_____.”História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos”. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, vol.6, 1992.

_____. “As políticas públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas”In: BOMENY. *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro. FGV, 2001.

_____ & CARVALHO, Marta Maria Chagas. “Historiografia da Educação e Fontes.” In: *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

REVEL, Jacques (org) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHWARTZMAN, S. BOMENY, Helena, COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SCOTT, Joan. “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*; 16(2), julho-dezembro 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu (org). *O sujeito da educação - Estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. *História do Instituto de Educação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Biblioteca do ISERJ, 1954.

SOUZA, Cíntia Pereira. “A Educação pelas leituras: registros de uma revista escolar (1930-1960)”. In: CATANI & BASTOS (org). *Educação em revista*. São Paulo: Escrituras, 1997.

SOUZA, Rosa Fátima de & Valdamarin, Vera Teresa (orgs). *A cultura escolar em debate: Questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VELLOSO, Mônica P. "Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo". In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília (orgs) *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VILLA LOBOS, Heitor. *A musica nacionalista no governo Vargas*. Rio de Janeiro: DIP, s/d.

VIDAL, Diana G. "Escola Nova e processo educativo". In: LOPES, Eliane M.T; FARIA FILHO, Luciano M; VEIGA, Cynthia G.(orgs) *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica 2000.

_____. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século.XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005a.

_____. "Cultura e prática escolares. Uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares" In: *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas:Autores Associados, 2005b.

_____. *O exercício disciplinado do olhar: Livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco. 2001.

_____.& CARVALHO, Marília."Mulheres e Magistério Primário: Tensões, ambigüidades e deslocamentos" In: Vidal & HILSDORF (org) *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP , 2001.

XAVIER, Libânia N. "O manifesto dos pioneiros da Educação Nova como divisor e águas na história da educação brasileira" In: XAVIER, M^a.C. (org) *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *Para além do campo educacional: Um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista, Sp: EDUSF, 2002.

WARDE, Mirian (org). *Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas*. São Paulo: PUC-SP, 1998.

WARDE, Mirian e CARVALHO, Marta M.C. "Política e Cultura na História da Educação no Brasil". In: *Revista Contemporaneidade e Educação*, Ano V n° 7, 1° sem.2000.

1.2 Dissertações e Teses

ACCACIO, Liette de Oliveira. *Instituto de Educação do Rio de Janeiro: A história da formação do professor primário (1927-1937)* Rio de Janeiro, 1993. Mestrado, Faculdade de Educação/UFRJ.

CARUSO, Andréa. *Traço de União como vitrine: Educação Feminina, ideário católico e práticas escolanovistas no periódico do Colégio Jacobina*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, Dept° de Educação, 2006.

LOPES, Sonia Maria de Castro Nogueira. *A oficina de mestres do Distrito Federal: História, Memória e Silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)*. Tese (doutorado) Rio de Janeiro: PUC, Dept° de Educação, 2003.

MAGALDI, Ana M^aB.M. *Lições de casa: Discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em História, UFF, Niterói, 2001.

MARTINS, Ângela Maria Souza. *Dos anos Dourados aos anos de zinco: Análise Histórico Cultural da formação do educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro*. Tese (doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira e a poesia da ação*. Tese de Doutorado. Dept° de Educação, PUC-Rio, 1991.

SHAEFFEL, Sarita Lea. *Instituto de Educação do Rio de Janeiro: A construção da identidade do professor (1930-60)*. Tese de doutorado. Dept ° de Educação. PUC-Rio, 1999

MENDONÇA, Ana Waleska. *Universidade e formação de professores: Uma perspectiva integradora – A universidade de educação de Anísio Teixeira*. Tese de doutorado. Dept° de Educação. PUC-Rio.

2. Fontes documentais

2.1 Legislação de Ensino.

PREFEITURA do DF. Decreto 3810 de 19 de março de 1932. Organização do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

PREFEITURA do DF. Decreto nº 5513 de 04 de abril de 1935. Institui na cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências.

PREFEITURA do DF. Decreto nº 7941 de 25 de março de 1943. Reorganiza o Instituto de Educação do Distrito Federal.

PREFEITURA do DF. Decreto nº 8605-A de 31 de Agosto de 1946. Regulamenta o Ensino Normal do Instituto de Educação.

BRASIL.Dec.Lei.1.063 de 20 de janeiro de 1939. Dispõe sobre a transferência de estabelecimento de ensino da Universidade do Distrito federal para a Universidade do Brasil.

BRASIL.Dec.lei 4.244 de 09 de abril de 1942- lei orgânica do Ensino Secundário.

BRASIL. Dec.lei.8.530 de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.

Brasil. Dec.Lei 4024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional.

2.2 Periódicos.

1. Instituto ANO I N° 1, outubro-dezembro de 1941

2. Normalista ANO I N° 1, setembro/1948

3. Normalista ANO I N° 2, março/1949

4. Normalista ANO II N°3, março/abril de 1950

5. Normalista ANO II N°4, setembro/1951

6. Normalista ANO IV N°5, novembro/1952

7. Normalista ANO IV N°6, agosto/1953
8. Arquivos do Instituto de Educação vol 2 n° 1, dezembro/1945.
9. Arquivos do Instituto de Educação vol 2 n° 2, junho/ 1949.
10. Arquivos do Instituto de Educação vol 2 n° 3, junho/1950

3. Internet

Sites consultados:

www.cpdoc.fgv.br. Verbetes: Vargas e Dutra - acessado em 22.03.2007

www.iserj.net. - acessado em 30.11.2006

www.cemii.blogspot.com.- acessado em 14.02.2007

www.sbhe.org.br.- acessado em 30.11.2006